

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ARTUR HOLZSCHUH FRANTZ**

**A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA O CHIFRE DA ÁFRICA:  
UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TURCO-SOMALI ENTRE 2011 E 2020**

**Porto Alegre**

**2021**

**ARTUR HOLZSCHUH FRANTZ**

**A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA O CHIFRE DA ÁFRICA:  
UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TURCO-SOMALI ENTRE 2011 E 2020**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Frantz, Artur Holzschuh

A Política Externa da Turquia para o Chifre da  
África: uma análise da cooperação turco-somali entre  
2011 e 2020 / Artur Holzschuh Frantz. -- 2021.  
102 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Relações Bilaterais. 2. Potência Média. 3.  
Chifre da África. 4. Turquia. 5. Somália. I. Pereira,  
Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

**ARTUR HOLZSCHUH FRANTZ**

**A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA O CHIFRE DA ÁFRICA:  
UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TURCO-SOMALI ENTRE 2011 E 2020**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Granato

UFRGS

*“As nações todas são mistérios.*

*Cada uma é todo o mundo a sós.”*

(Fernando Pessoa. Quarto: D. TAREJA, 1928).

---

Aos meus pais, Maribete e Ricardo,  
e à minha irmã, Betina.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado brasileiro e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por tudo aquilo que esta instituição de ensino me propiciou desde a infância, na creche da Universidade, e, sobretudo, durante os últimos cinco anos na Graduação. Sou grato à UFRGS por, a despeito de conjunturas desfavoráveis, que ameaçaram seu funcionamento e sua própria existência, ter me proporcionado uma experiência ímpar de formação pública, gratuita e de indubitável qualidade em um dos melhores cursos de Relações Internacionais do país. A riqueza daquilo que vivi, pessoal e profissionalmente, ao longo destes anos de UFRGS, entre o ensino, a pesquisa e a extensão, me colocam em eterna dívida de gratidão para com a sociedade brasileira, que me possibilitou essas oportunidades.

Aos professores e às professoras que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, agradeço imensamente por todos os ensinamentos e por terem despertado o meu interesse na busca constante pelo conhecimento na área de Relações Internacionais. Em especial, agradeço à Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, pelo acompanhamento, orientação e lições ao longo dos últimos quatro anos. Na figura dela, aproveito para registrar meu agradecimento a todos(as) os(as) colegas de CEBRAFRICA, com quem pude aprender e trocar conhecimentos que foram fundamentais para a existência deste trabalho. Ademais, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica, que me incentivou a conhecer novas áreas relacionadas às RI, e ao Prof. Dr. Leonardo Granato, que me orientou e me auxiliou nessa desafiadora etapa.

Agradeço, ainda, a todas as amigas que fiz ao longo da graduação, colegas de turma e pessoas que conheci pelos projetos de extensão. Não listo todos, para evitar que eu inevitavelmente esqueça de alguém, mas gostaria de agradecer diretamente a alguns. Ao João Pedro, que, mesmo à distância, geográfica ou pandêmica, está sempre ao meu lado há mais de uma década. À Luana, à Juliana, ao Pedro, e a tantos outros, pela amizade, apoio e companhia ao longo de todos esses anos. À Maitê, ao Victor Hugo e ao Rodrigo Cassel, pela parceria e pelos ensinamentos nos projetos de extensão. E à Maria Variani, pela companhia e apoio no processo de elaboração deste trabalho, tornando-o menos solitário.

Por fim, agradeço especialmente à minha família. Meus avós, tios, tias, primos e primas, que me apoiaram e torceram por mim. Meus pais, Maribete e Ricardo, que acreditaram mais em mim do que eu mesmo e sempre priorizaram a minha educação antes de qualquer coisa. E minha irmã, Betina, que, mesmo de longe, me apoiou e auxiliou nesta jornada.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações bilaterais entre a Turquia e a Somália durante o período 2011-2020. Destaca-se que este caso concreto permite apreender lições relevantes não apenas acerca dos atores envolvidos, mas sobre dinâmicas gerais do Sistema Internacional. A partir de 2011, as relações turco-somalis tiveram um incremento quantitativo e qualitativo significativo, na esteira da grave crise e da fome que atingiram o país africano naquele ano. O questionamento que motiva o presente trabalho, portanto, diz respeito à compreensão dos motivos que levaram à aproximação entre esses dois Estados em específico. Ademais, busca-se analisar o que este caso concreto sinaliza a respeito das mudanças de polaridade no Sistema Internacional, uma vez que a nova visão de política externa da Turquia aponta para a sua ascensão como uma potência média e regional de atuação autônoma, indicando uma afirmação da multipolaridade sistêmica. Para dar conta dessas questões, o trabalho parte de uma breve apresentação teórica e conceitual que embasa o restante do trabalho. Na sequência, é debatido o desenvolvimento histórico do Estado somali, apresentando as dinâmicas ocorridas em sua região durante a Guerra Fria e os processos políticos e securitários que se desenvolveram na esteira do fim da bipolaridade e levaram à constituição do momento atual do país. Posteriormente, são apresentadas as mudanças pelas quais a política externa turca tem passado nas últimas décadas, em função de fatores internos e externos, e que tem levado a Turquia a um maior engajamento com a região do Grande Oriente Médio e com a África como um todo, assumindo, cada vez mais, o papel de potência regional. Por fim, apresenta-se e analisa-se o processo de aproximação entre a Turquia e a Somália e as relações que se estabeleceram a partir de 2011, apontando quais fatores fizeram com que essa dinâmica ocorresse quando ocorreu e qual foi o modelo adotado pela Turquia para garantir o sucesso de uma parceria com ganhos mútuos, ainda que assimétricos. Com base na discussão deste caso concreto, busca-se obter elementos que possam ser utilizados para a formulação, em um momento posterior, de um modelo para a análise de processos de cooperação entre potências médias e Estados periféricos que seja utilizável em outras situações.

**Palavras-chave:** Relações Bilaterais. Potência Média. Chifre da África. Turquia. Somália.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the bilateral relations between Turkey and Somalia during the period 2011-2020. It is noteworthy that this particular case allows relevant lessons to be drawn not only about the actors involved, but also about the general dynamics of the International System. Since 2011, Turkish-Somali relations have had a significant quantitative and qualitative increase, in the wake of the severe crisis and famine that hit the African country that year. The question that motivates this work, therefore, concerns the understanding of the reasons that led to the rapprochement between these two States in particular. In addition, it seeks to analyze what this case signals about the changing polarity in the International System, since Turkey's new vision of foreign policy points to its rise as an autonomous regional and middle power, indicating an affirmation of systemic multipolarity. To account for these issues, the paper starts with a brief theoretical and conceptual presentation that informs the rest of the work. Next, the historical development of the Somali State is discussed, presenting the dynamics that occurred in its region during the Cold War and the political and security processes that developed in the wake of the end of bipolarity and led to the constitution of the country's current moment. Subsequently, it presents the changes that Turkish foreign policy has undergone in the last decades, due to internal and external factors, which has led Turkey to a greater engagement with the Greater Middle East region and with Africa as a whole, increasingly assuming the role of a regional power. Finally, the process of rapprochement between Turkey and Somalia and the relations they have been established since 2011 are presented and analyzed, pointing out what factors made this dynamic occur when it did and what was the model adopted by Turkey to ensure the success of a win-win, albeit asymmetric, partnership. Based on the discussion of this specific case, we seek to obtain elements that can be used to formulate, at a later stage, a model for the analysis of cooperation processes between middle powers and peripheral States that can be employed in other situations.

**Keywords:** Bilateral Relations. Middle Power. Horn of Africa. Turkey. Somalia.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Mapa da Região do Grande Oriente Médio conforme a definição do G8 .....	22
Figura 2: Mapa das Facções Armadas no Território Somali em 1992 .....	28
Figura 3: Mapa das Regiões controladas pela Turquia na Síria após março de 2020 .....	51
Gráfico 1: Valor das Exportações da Turquia para a Somália (2011-2020) .....	69
Gráfico 2: Valor das Exportações da Somália para a Turquia (2011-2020) .....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAD	<i>Afet ve Acil Durum Yönetimi Başkanlığı</i> (Agência de Administração de Desastres e Emergências)
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AKP	<i>Adalet ve Kalkınma Partisi</i> (Partido da Justiça e Desenvolvimento)
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CJTF – HOA	<i>Combined Joint Task Force – Horn of Africa</i> (Força Tarefa Combinada – Chifre da África)
EACTI	<i>East Africa Counter-Terrorism Initiative</i> (Iniciativa de Contraterrorismo do Leste da África)
EPRDF	<i>Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front</i> (Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope)
EUA	Estados Unidos da América
GMEI	<i>Greater Middle East Initiative</i> (Iniciativa para o Grande Oriente Médio)
ICU	<i>Islamic Courts Union</i> (União das Cortes Islâmicas)
IGAD	<i>Intergovernmental Authority on Development</i> (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)
İHH	<i>İnsan Hak ve Hürriyetleri İnsani Yardım Vakfı</i> (Fundação de Ajuda Humanitária para Direitos Humanos e Liberdades)
LDC	<i>Least Developed Country</i> (País Menos Desenvolvido)
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCI	Organização para a Cooperação Islâmica
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SDF	<i>Syrian Democratic Forces</i> (Forças Democráticas Sírias)
SFD	<i>Somali Federal Government</i> (Governo Federal Somali)
SI	Sistema Internacional
SSDF	<i>Somali Salvation Democratic Front</i> (Frente Democrática de Salvação Somali)
SNA	<i>Somali National Alliance</i> (Aliança Nacional Somali)
SNA*	<i>Somali National Army</i> (Exército Nacional Somali)
SNF	<i>Somali National Front</i> (Frente Nacional Somali)
SNM	<i>Somali National Movement</i> (Movimento Nacional Somali)

SPM	<i>Somali Patriotic Movement</i> (Movimento Patriótico Somali)
SSA	<i>Somali Salvation Alliance</i> (Aliança de Salvação Somali)
TFG	<i>Transitional Federal Government</i> (Governo Federal de Transição)
TFSA	<i>Turkish-backed Free Syrian Army</i> (Exército Livre da Síria apoiado pela Turquia)
TİKA	<i>Türk İşbirliği ve Koordinasyon İdaresi Başkanlığı</i> (Agência Turca de Cooperação e Coordenação)
TNG	<i>Transitional National Government</i> (Governo Nacional de Transição)
TOKİ	<i>Toplu Konut İdaresi Başkanlığı</i> (Agência de Administração de Desenvolvimento de Moradia)
TUSKON	<i>Türkiye İşadamları ve Sanayiciler Konfederasyonu</i> (Confederação Turca de Empresários e Industrialistas)
UA	União Africana
UNITAF	<i>Unified Task Force</i> (Força Tarefa Unificada)
UNOSOM	<i>United Nations Operation in Somalia</i> (Operação das Nações Unidas na Somália)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USC	<i>United Somali Congress</i> (Congresso Somali Unido)
USP	<i>United Somali Party</i> (Partido Somali Unido)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BIPOLARIDADE E O FIM DA GUERRA FRIA: A POSIÇÃO TURCA E A INSTABILIDADE NO CHIFRE DA ÁFRICA .....</b>	<b>16</b>
2.1	POLARIDADE E ESTABILIDADE: EFEITOS REGIONAIS .....	17
2.2	O FIM DA GUERRA FRIA E A GUERRA CIVIL NA SOMÁLIA: INTERVENÇÕES EXTERNAS E MUDANÇAS DE POLARIDADE .....	25
<b>3</b>	<b>POLÍTICA EXTERNA TURCA PARA A ÁFRICA: ASCENSÃO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS E O CASO DA SOMÁLIA .....</b>	<b>34</b>
3.1	A “POLÍTICA DE ABERTURA PARA A ÁFRICA” DE 1998 E OS ANOS 2000: O AKP E A NOVA POLÍTICA EXTERNA.....	35
3.2	AUTONOMIA TURCA EM SEU ENTORNO ESTRATÉGICO: ASCENSÃO DE POTÊNCIAS MÉDIAS E REGIONAIS .....	40
3.3	INÍCIO DA APROXIMAÇÃO ENTRE TURQUIA E SOMÁLIA: A CRISE HUMANITÁRIA DE 2011 E A AÇÃO MULTIDIMENSIONAL .....	53
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES TURQUIA-SOMÁLIA APÓS 2011: ANÁLISE POR SETORES E RESUMO DO MODELO .....</b>	<b>61</b>
4.1	RELAÇÕES HUMANITÁRIAS, SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS.....	62
4.2	RELAÇÕES POLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS .....	71
4.3	O MODELO TURCO DE COOPERAÇÃO: A SÍNTESE DO CASO SOMALI.....	79
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Turquia moderna ocupa, territorialmente, parte da histórica região da Trácia, no continente europeu, e a península da Anatólia, antiga Ásia Menor, no continente asiático. A alternância no foco da política externa turca entre os assuntos europeus e os afro-asiáticos, relativos ao Grande Oriente Médio, é um fato que marca a atuação internacional turca desde o período do Império Otomano até o contemporâneo momento republicano. O processo revolucionário, encabeçado por Mustafa Kemal “Atatürk” após o fim da Primeira Guerra Mundial, visou a romper muitos dos laços históricos, culturais e políticos que existiam até então entre os turcos e os outros povos islâmicos que compunham o antigo império. Os esforços para que a Turquia fosse, cada vez mais, uma nação ocidental fizeram com que o país passasse décadas voltado quase exclusivamente para as reformas sociais e culturais e para a estabilização interna, dando pouca atenção ao cenário internacional. Essa situação começa a mudar a partir da década de 1990, mas é após a virada do milênio que é possível observar uma inflexão mais clara na posição externa do país (ÖZKAN, 2018a).

Ao longo do século XXI, a Turquia tem construído uma política externa cada vez mais ativa, redirecionando seus esforços e ações para além do espaço europeu. Nesse contexto, o Grande Oriente Médio e a África ocuparam espaços centrais na reorientação da política exterior do país, que buscou estabelecer novos parceiros e, sobretudo, assumir o protagonismo em assuntos regionais. A Somália, país localizado no leste africano, na região conhecida como o Chifre da África<sup>1</sup>, e banhado a Leste pelo Oceano Índico e ao Norte pelas águas do estratégico Golfo de Áden, tornou-se um ponto de interesse da ação turca — principalmente após a grave crise de 2011 — onde foi possível promover uma aproximação multissetorial e estabelecer sólidas relações de parceria em um curto espaço de tempo. Os povos dessa região africana foram parte da esfera de influência do antigo Império Otomano, com o qual mantiveram relações políticas e comerciais por séculos. Contudo, após o estabelecimento de um Estado somali soberano, em 1960 o país teve sua trajetória marcada por constantes instabilidades, geradas pelo processo de descolonização e independência, por mudanças políticas, por crises econômicas, por guerras externas e, desde o final dos anos 1980, por conflitos civis (CARDOSO, 2020).

---

<sup>1</sup> Em consonância com a definição utilizada por Cardoso (2020), entende-se por Chifre da África, igualmente denominado chifre africano, a região localizada no extremo leste do continente africano que é composta por seis países, quais sejam Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão e Sudão do Sul.

Enfrentando grupos secessionistas, senhores da guerra e organizações de caráter terrorista que atuam no seu território, a Somália é vista como um foco de insegurança regional por países vizinhos e por potências extrarregionais. Após as sucessivas falhas das intervenções humanitárias nos anos 1990, o país passou a ser considerado um caso irresolúvel, recebendo atenção internacional apenas como parte de uma estratégia mais ampla de Guerra Global ao Terror ou durante eventuais crises humanitárias de maior gravidade. Poucos esforços foram feitos no sentido de garantir e apoiar as bases internas para que a Somália conseguisse atingir melhores graus de estabilidade política e econômica, podendo, assim, promover seu próprio desenvolvimento (CARDOSO, 2020). É em meio a esse contexto que a Turquia busca sua aproximação com a nação do Chifre Africano, a partir de um enfoque verdadeiramente multissetorial, percebendo que um eventual sucesso da atuação turca na Somália criaria uma abertura para o país assumir um novo papel em seu entorno estratégico e para fortalecer uma política mais enfática voltada à África (ÖZKAN, 2017).

As relações entre as duas nações, portanto, são um caso relevante a se analisar, a fim de buscar compreender o novo direcionamento da política turca, a relevância econômica e estratégica do espaço africano, e, mais especificamente, da Somália, para as relações internacionais, além de introduzir elementos sobre o debate a nível sistêmico relativo à polaridade e à atuação de potências médias e regionais. A cooperação entre turcos e somalis já é um fato, bem como a ascensão da Turquia como um ator independente no seu entorno regional e no continente africano como um todo. Associa-se a isso, ainda, a mudança de polaridade que tem sido observada no Sistema Internacional (SI) ao longo dos últimos anos, com a crescente afirmação e consolidação de uma ordem multipolar, a qual tende a garantir uma maior liberdade de ação autônoma para potências médias e regionais (PARLAR DAL, 2016). Importa, assim, analisar quais desenvolvimentos históricos levaram à formação dessa parceria — que pareceria improvável até poucas décadas —, quais seus resultados efetivos e o que é possível apreender a partir deste caso concreto.

O presente trabalho tem como problema de pesquisa as seguintes questões: quais são os elementos explicativos que indicam a inflexão da política externa turca? E de que forma isso se reflete em uma maior aproximação da Turquia com os países afro-asiáticos, seu espaço regional e, especialmente, a Somália? A hipótese com a qual se trabalha é de que, em meio a um contexto de afirmação da multipolaridade e de menor interesse estratégico das grandes potências na região do Chifre da África, a Turquia, que vivia um momento de relevantes mudanças políticas internas, buscou um posicionamento mais ativo e autônomo no seu entorno estratégico e na África como um todo. Assim, as sucessivas falhas de iniciativas

internacionais em promover e assegurar a paz no Estado somali afastaram o país de seus parceiros tradicionais, levando a Somália a estabelecer uma parceria bilateral com um país que passou a ter uma política clara para a região. O intuito do trabalho é avaliar, a partir de fontes primárias, de dados empíricos e de sua análise na literatura especializada, de que forma e com que peso ocorreu a mudança nas relações entre Turquia e Somália no período analisado, buscando possíveis relações entre este processo e as dinâmicas mais amplas de mudanças no SI. Assim, o objetivo principal do presente trabalho é examinar as relações político-econômicas entre Turquia e Somália ao longo da última década. Como objetivos secundários, listam-se: (i) analisar o processo histórico de desenvolvimento do Estado somali e a formação do cenário atual; (ii) apresentar e debater a nova estratégia de política externa da Turquia para a África; e (iii) avaliar a relação bilateral entre os países como um possível modelo de cooperação entre uma potência média e um Estado periférico.

A fim de atingir os objetivos propostos e de avaliar a hipótese levantada, o presente trabalho utiliza a análise qualitativa da literatura especializada sobre o tema, bem como de documentos oficiais e declarações dos atores envolvidos, com base no método histórico e no método descritivo-explicativo. Visando à organização lógica do trabalho, ele está dividido em três capítulos de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais. O **primeiro** capítulo de desenvolvimento apresenta algumas definições teóricas e conceituais relevantes para a sequência do trabalho descreve o processo histórico de construção da Somália contemporânea, passando pelo período da Guerra Fria, com a análise das dinâmicas regionais e da posição turca nesse contexto, e apresentando o conflito civil que se instaurou no país após o fim da bipolaridade. O **segundo** capítulo de desenvolvimento está voltado para a Turquia, enfatizando as mudanças de direcionamento de sua política externa — como a fortalecida política para o continente africano —, sua inserção nas alterações sistêmicas mais amplas na transição para a multipolaridade, além de sua aproximação com a Somália em específico. O **terceiro** capítulo, que encerra o desenvolvimento, trata do objeto central do trabalho: as relações entre os dois países a partir do ano de 2011. Essa aproximação é avaliada a partir das iniciativas humanitárias, socioculturais e econômicas e das iniciativas políticas e geoestratégicas, a fim de averiguar se a forma como elas foram combinadas neste caso concreto pode ser a base de um modelo turco de cooperação para o desenvolvimento entre uma potência média e um Estado periférico.

A escolha do tema para este trabalho é justificada tanto acadêmica, quanto socialmente. Em primeiro lugar, há a necessidade, já explicitada há anos, de uma maior quantidade de estudos sobre a África partindo do Brasil, a fim de melhorar a compreensão de

nossa própria história, bem como para assentar as bases para a cooperação com os países do continente. Em segundo lugar, cita-se a necessidade de trabalhos que abordem a Somália como um espaço relevante para as relações internacionais e não apenas como uma terra arrasada, com um Estado falido e assolada por piratas, como costuma ser a imagem perpetuada internacionalmente. Por último, é relevante destacar que a Turquia, assim como o Brasil, não é uma grande potência no SI, e, ainda assim, vem buscando assumir um papel de destaque nas temáticas que concernem sua região e ter relações de cooperação com os países no seu entorno estratégico. Assim, espera-se que o presente trabalho permita depreender lições de sucesso no âmbito da Cooperação Sul-Sul, incentivando futuros trabalhos acadêmicos sobre o tema e embasando ações que possam ser postas em prática no Brasil, buscando a consolidação de uma política externa que valorize a cooperação com as nações africanas na outra margem do Oceano Atlântico.

## 2 BIPOLARIDADE E O FIM DA GUERRA FRIA: A POSIÇÃO TURCA E A INSTABILIDADE NO CHIFRE DA ÁFRICA

É extenso, na literatura sobre Relações Internacionais, o debate quanto à relação entre a polaridade do SI e sua estabilidade. A vasta maioria das teorizações sistêmicas sobre política internacional busca avaliar se ordenamentos uni, bi ou multipolares garantem maiores ou menores níveis de estabilidade, paz e segurança, e como ocorrem as transições entre eles (WALTZ, 1979; GILPIN, 1981). Esses trabalhos se concentram no estudo das dinâmicas de disputa de poder entre as grandes potências, ou entre estas e seus contendores, e não necessariamente nos processos regionais ou no papel de potências menores. Conforme aponta Raymond Aron: “Um sistema internacional, tal qual um sistema partidário, envolve apenas um número pequeno de atores. [...] A estrutura do sistema internacional sempre é *oligopolista*. Em cada período, os atores principais determinaram o sistema mais do que foram determinados por ele” (ARON, 2017, p. 95, traduzido pelo autor, grifo no original). Não obstante, o papel das potências médias e regionais é uma questão relevante e que está no fundamento do caso aqui trabalhado. Por mais que este não pretenda ser um trabalho teórico, este capítulo iniciará por uma breve, porém essencial, discussão sobre as mudanças no sistema ocorridas entre o final do século passado e as primeiras duas décadas deste. Tanto a polaridade quanto a polarização do sistema, termos que serão melhor desenvolvidos na sequência, importam para compreender o papel da Turquia como potência média, bem como para auxiliar na explicação das dinâmicas observadas no Chifre da África.

Portanto, o presente capítulo está dividido, para fins de organização, em duas seções, que tratam separadamente as questões teóricas e sua relação com a situação concreta da Somália. A primeira seção busca apresentar, sucintamente, o referencial teórico utilizado para tratar as questões de organização, de polaridade e polarização do SI, com ênfase nos impactos para além das grandes potências, utilizando como exemplo as dinâmicas políticas no Chifre da África sob a bipolaridade. A segunda seção trata do fim da Guerra Fria, e, por extensão, da bipolaridade do SI, a fim de situar sobretudo a Somália neste contexto de transição global. Além disso, busca-se debater o papel e os resultados das sucessivas intervenções estrangeiras que ocorreram na nação, analisando de que forma estas se deram, quais foram suas causas, suas consequências e de que modo estão ligadas às mudanças sistêmicas de polaridade e à posição dos Estados aqui analisados, incentivando a aproximação entre Turquia e Somália.

## 2.1 POLARIDADE E ESTABILIDADE: EFEITOS REGIONAIS

O realismo estrutural, inaugurado na academia de Relações Internacionais pela obra *“Theory of International Politics”* de Kenneth N. Waltz (1979), apresenta a relevância do debate teórico sobre o caráter anárquico da estrutura do SI. A partir deste trabalho, emergem discussões sobre a natureza e a forma da organização deste sistema, que originam conceitos fundamentais para o presente trabalho. De forma prática, estas questões teóricas possibilitam a compreensão ampla do fenômeno em análise, ao garantir que as interações entre as unidades sejam vistas não como eventos isolados que, somados a outros, compõem um todo, mas como parte de um sistema que também constrange suas dinâmicas (DINI, 2013). O objetivo desta seção, portanto, é obter elementos teóricos para relacionar a estrutura do sistema às interações observadas ao longo das últimas décadas no caso concreto em estudo, bem como posicionar Turquia e Somália neste quadro geral. Além disso, a apresentação das disputas políticas e securitárias ocorridas no Chifre da África durante a Guerra Fria é utilizada para exemplificar as relações existentes entre a análise do nível global e do nível regional, servindo também para introduzir o contexto histórico da discussão que se segue neste capítulo.

Ao tratar da estrutura do sistema e das suas partes, ou unidades componentes, vale salientar que, para Waltz (1979), estas são conceitos, abstrações, que permitem uma compreensão sistemática e teórica da realidade, a qual jamais pode ser plena. Nas palavras do próprio autor, “Um sistema é composto por uma estrutura e por partes que interagem. Ambos a estrutura e as partes são conceitos relacionados, mas não idênticos, a agentes e agências reais. A estrutura não é algo que vemos” (WALTZ, 1979, p. 80, traduzido pelo autor). Logo, a estrutura é definida pelo arranjo das partes e pelo seu princípio ordenador, que, para Waltz, é a anarquia<sup>2</sup>. Assim, apenas mudanças nesse arranjo podem ser mudanças estruturais. Sendo o SI um sistema eminentemente político, essas dinâmicas serão mudanças na distribuição de poder entre suas partes componentes, que, para Waltz, são os Estados, por serem os mais relevantes (WALTZ, 1979). Dini (2013) aponta que a definição do conceito de poder é uma questão controversa no campo das Relações Internacionais. Aqui, como em seu trabalho, será empregada uma definição mais básica, e, portanto, mais abrangente, do termo. Poder será compreendido em sua forma relacional, a partir da ideia de que um agente mais poderoso é capaz de influenciar os outros atores mais do que ele próprio é influenciado, podendo ser

---

<sup>2</sup> A anarquia como princípio ordenador do SI implica a ausência de um governo, de uma ordem ou de uma organização centralizados (WALTZ, 1979). Ou seja, não há uma autoridade suprema, superior aos Estados, que dite, interprete ou implemente as regras (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

manifestado nas relações entre os Estados das mais diversas formas (WALTZ, 1979; DINI, 2013).

Ademais, a fim de dar conta de analisar a realidade, considerando também os aspectos de sua economia, mais especificamente de sua economia política, utiliza-se a base do referencial teórico das teorias de análise do Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 2004). Mesmo sem ser o ponto central deste estudo, a compreensão do moderno sistema mundial, baseado na existência de uma economia-mundo capitalista ligada a Estados nacionais, que estão inseridos em uma divisão internacional do trabalho na condição de centro, semiperiferia ou periferia, de acordo com sua posição relativa ao sistema de trocas e distribuição desigual da riqueza e do poder, fundamenta as análises aqui propostas (ARRIGHI, 1997; ARIENTI; FILOMENO, 2007). Assim, além das esferas tradicionais de disputa de poder político e militar entre os Estados, estes também buscam aliar-se aos detentores nacionais de capital, visando a garantir seu domínio sobre as atividades centrais da economia global, que são as mais lucrativas (ARIENTI; FILOMENO, 2007). Soma-se a isto a questão central da tecnologia, ou, na conceitualização de Celso Furtado<sup>3</sup>, os centros de decisão econômica, que dizem respeito à possibilidade de um país dominar a tecnologia de produção a ponto de poder fazer escolhas sobre o caminho do seu desenvolvimento, que são fundamentais para a construção e a afirmação de uma potência (MARTINS, 2008). Para os fins do presente trabalho, considera-se que a Turquia está inserida na economia-mundo capitalista sob o status de país da semiperiferia, desenvolvendo simultânea e paralelamente atividades econômicas centrais e periféricas, a depender do tipo de relação. A Somália, por outro lado, é um típico caso de um país periférico, sujeito às condições de concorrência e de trocas desiguais impostas pelos monopólios centrais (ARIENTI; FILOMENO, 2007).

Com base nestas definições sobre o poder e a estrutura do sistema, surgem dois outros conceitos centrais para a análise que se busca desenvolver neste trabalho: polaridade e polarização. O professor Nilton Cardoso (2020) os define sinteticamente, considerando polaridade como as estruturas das capacidades relativas entre os Estados e polarização como o padrão de amizades e inimizades entre estes atores. Avila (2013), tendo por base a obra supracitada de Waltz (1979), define os conceitos da seguinte maneira: “Por polaridade entende-se a capacidade do Estado em maximizar poder, compreendendo os meios de utilização da força na Política, e polarização a distribuição de intenções, com impactos nas

---

<sup>3</sup> Conforme aponta Martins (2008), os centros de decisão econômica são uma categoria central da obra de Celso Furtado, tendo o autor destacado as seguintes obras: FURTADO, 1962, p. 109; FURTADO, 1975, p. 79; FURTADO, 1984, p. 108 e FURTADO, 1992, p.24.

alianças estratégicas” (AVILA, 2013, p. 27). Assim, os conceitos permitem a compreensão acerca da forma como o sistema está organizado, ou seja, quantos são os seus polos, bem como de qual o padrão de interação entre esses polos.

Importa, ainda, para a utilização desses conceitos, ser capaz de estabelecer quais são os polos do SI em um dado momento, a fim de que se possa conhecer sua estrutura. Em se tratando do SI como um todo, são considerados polos, para a determinação da uni, bi ou multipolaridade, as grandes potências. A definição sobre quais Estados ou blocos de Estados são ou não grandes potências e como isso é determinado não é um consenso na academia. O presente trabalho, portanto, utiliza uma combinação dos conceitos de alguns autores da área, a fim de chegar a uma definição que conjugue critérios objetivos e relacionais, e que seja adequada para o cenário atual. Parte-se dos aspectos objetivos e materiais apontados por Cepik (2008, p. 68) que considera grandes potências aqueles Estados com as maiores Forças Armadas do mundo e que tenham a capacidade termonuclear de segundo ataque. Além disso, utiliza-se a definição relacional de Ross (2004, p. 272) que aponta uma grande potência como aquele Estado, ou aliança, capaz de contender em guerra com qualquer outro Estado do sistema. Para este autor, uma grande potência ainda deve ter uma esfera de influência e ser responsável pela manutenção da ordem securitária pelo menos da sua própria região. Em suma, uma grande potência deve ter um “lugar na mesa” em qualquer debate, e sua posição deve ser sempre considerada pelos outros atores — principalmente por aqueles que não são grandes potências —, para que a solução de um impasse possa ser efetiva, ou seja, a polarização ocorre em torno da posição das grandes potências (ROSS, 2004). Destarte, é possível considerar que existem, no SI contemporâneo, três grandes potências: os Estados Unidos da América, a China e a Rússia (DINI, 2013). Dadas as diferenças entre suas capacidades materiais, bem como do seu engajamento em questões globais, constata-se que a atual estrutura do sistema é de uma multipolaridade — neste caso uma tripolaridade — assimétrica ou desequilibrada (CEPIK, 2008; 2013; DINI, 2013).

Para o presente estudo, além da análise das grandes potências, importa, também, o papel das potências regionais. Cepik (2008) considera potências regionais aqueles Estados que têm as maiores capacidades militares convencionais no contexto de uma balança de poder regional, podendo, assim, dissuadir e/ou defender-se de um ataque militar de qualquer um dos outros Estados da região. É notável que, após o fim da Guerra Fria, com a dissolução da bipolaridade, as potências regionais, e as regiões em si, têm tido crescente destaque no cenário internacional (THUDIUM *et al.*, 2017). Por mais que as definições de potência regional e das próprias regiões sejam objeto de constante contestação, estas são noções relevantes para que

se possa dar conta do caso aqui analisado (HURRELL, 2010). Utiliza-se, desse modo, uma concepção de região que combina duas visões: por um lado, a região será compreendida como um espaço que opera como sistema internacional paralelo, menor (LEMKE, 2002); por outro, uma região também é um nível intermediário de análise, entre a unidade, o Estado, e o global, o SI (KELLY, 2007). Logo, o estudo centrado nas regiões e nas potências regionais deve ser desenvolvido em paralelo à análise das mudanças gerais no SI, a fim de dar conta da complexa realidade dos fenômenos internacionais contemporâneos (THUDIUM *et al.*, 2017).

A Turquia, notadamente, não faz parte do grupo das grandes potências que ditam as regras do sistema internacional, mas vem se afirmando como um ator político, econômico e securitário crucial para o Oriente Médio, o Leste do Mediterrâneo, o Norte e o Chifre da África (IQBAL, 2020). Do mesmo modo, a Somália, e a região do Chifre da África como um todo, não têm sido o centro do debate geopolítico ao longo das últimas décadas, apesar de ser um espaço estratégico relevante e que vem ganhando destaque na atuação da política externa turca (ÖZKAN; ORAKCI, 2015). Assim, é necessário que a análise não fique circunscrita apenas ao nível sistêmico e à disputa entre as grandes potências, mas que se utilize deste para contextualizar e compreender os fenômenos que envolvem os Estados num segundo escalão da distribuição de poder mundial e os Estados na periferia do SI (CARDOSO, 2020; THUDIUM *et al.*, 2017).

Para tanto, um conceito fundamental para compreender a posição e papel da Turquia no SI e na sua região é o de potência média. Emel Parlar Dal (2018) apresenta o histórico de criação deste conceito, que tem seus fundamentos ainda no século XVI, mas que foi de fato introduzido às Relações Internacionais após a Segunda Guerra Mundial e ganhou força no início deste século. A autora destaca diferentes abordagens para formular a concepção de uma potência média, as quais podem ser funcionais (quanto ao papel desempenhado pelo país no SI e na sua região), posicionais (quanto a elementos materiais e políticos de cada Estado) ou comportamentais (quanto à forma de atuação diplomática do país). É notável que não há consenso quanto a um conceito único que possa ser empregado universalmente, visto que cada conceito vem sendo utilizado para analisar aspectos ou situações diversas, considerando para isso elementos diferentes (PARLAR DAL, 2018). O foco do presente trabalho é situar a Turquia como uma potência média em afirmação<sup>4</sup>, considerando seu papel global e sua influência como potência na sua própria região. Assim, a síntese proposta por Sennes (2003),

---

<sup>4</sup> Ver: Müftüleri e Yüksel (1997), Öniş e Kutlay (2013), Parlar Dal e Gök (2014), Parlar Dal (2014), Süssler (2019) e Kayhan-Pusane (2021).

após sua própria revisão conceitual, aparenta ser a mais apropriada para a discussão aqui realizada, por enfatizar a relação entre os níveis mundial e regional. Conforme o autor:

O traço, portanto, mais marcante desta revisão, ainda que em proporções e combinações distintas, é a característica recorrente das Potências Médias ocupando, de um lado uma posição intermediária no sistema internacional global com sua conseqüente (sic) condição de *system-affecting states* e, de outro, participando intensamente dos sistemas regionais e subregionais (sic) onde se encontram. É na combinação dessas duas vertentes que as Potências Médias se destacam como atores relevantes, atuantes e estruturadores do sistema internacional (...) (SENNES, 2003, p. 25).

Para que se possa considerar a distinção entre os posicionamentos global e regional da Turquia, há de se definir qual é a região de atuação do país. Mohammad Iqbal (2020) aponta que os esforços regionais da política externa turca têm diversos focos, como o Leste do Mediterrâneo, os Bálcãs, o Cáucaso e o Oriente Médio. A fim de tratar a política externa turca para a Somália, importa, no entanto, considerar outra categorização para esta região do globo: a do Grande Oriente Médio. Perthes (2004) afirma que esse termo passou a ser utilizado após a proposição, por parte dos EUA no ano de 2004, de uma Iniciativa para o Grande Oriente Médio (GMEI, na sigla em inglês)<sup>5</sup>. A Cúpula do G8, realizada naquele mesmo ano, afirmou, para fins de organização de políticas e estratégias conjuntas, a noção de uma região denominada Grande Oriente Médio e Norte da África, a qual inclui os países árabes, dentre os quais a Somália, somados a Israel, Turquia, Afeganistão e Paquistão, conforme a figura abaixo (PERTHES, 2004). Isso indica que Turquia e Somália podem ser consideradas parte de uma região mais ampla, o que aumenta ainda mais a relevância das questões geopolíticas e securitárias do Chifre da África para o governo turco (ABDULLE; GURPINAR, 2019).

---

<sup>5</sup> A proposta era de uma iniciativa diplomática para a implementação de uma nova ordem na região, de acordo com os princípios defendidos pelo governo americano à época, visando, sobretudo, a difusão de valores liberais e ocidentais, servindo aos propósitos da Guerra ao Terror (PERTHES, 2004).



estabelecer laços próximos com a URSS (CARDOSO, 2020). Esta situação passa por uma profunda mudança no ano de 1974, sobretudo em função do processo revolucionário etíope que, segundo Westad (2007), foi a mais relevante transformação de orientação marxista no continente africano ao longo do período da Guerra Fria.

Com relação ao Sudão, seu alinhamento face à disputa bipolar começa a se alterar logo no início da década, quando as relações com a URSS são estremecidas pela perseguição interna a comunistas promovida pelo governo a partir de 1971 (CARNEY, 2005). Além disso, há um renovado interesse estadunidense em buscar alianças com os Estados árabes produtores de petróleo após a crise de 1973, e a revolução marxista na vizinha, e rival, Etiópia fornece um impulso a mais para a aproximação entre os EUA e o Sudão, que foi formalizada em 1976 (CARDOSO, 2020). A Revolução Etíope, portanto, foi o início de uma inflexão relevante para o padrão de relacionamento regional, tendo, inclusive, impactos sistêmicos ao contribuir para o agravamento das relações entre Washington e Moscou (HALLIDAY; MOLYNEUX, 1981). Todavia, a alteração mais profunda para a polarização local, e para o relacionamento da região com as superpotências, ocorreu após 1977, com a invasão somali ao Deserto de Ogaden e o início da Guerra do Ogaden que se estendeu até o ano seguinte (CARDOSO, 2020).

O Ogaden, denominado Somália Ocidental pelos somalis, é uma região majoritariamente árida da Etiópia que está localizada na fronteira com a Somália e que tem ricos vales agricultáveis, por onde passa uma estratégica ferrovia que liga a capital etíope de Adis Abeba aos portos do Djibuti. A maioria da população da região é de origem somali e o Ogaden era visto como parte do projeto de uma Grande Somália, que englobaria territórios de outros países como Djibuti e Quênia que fossem habitados por povos somalis, com o intuito de criar um único grande Estado somali. Assim, o território foi objeto de disputa entre Mogadíscio e Adis Abeba por décadas. Logo, após 1974, percebendo uma aparente fragilidade do Estado e das Forças Armadas etíopes, em decorrência do processo revolucionário e dos conflitos políticos internos provocados pela oposição ao novo regime e por grupos insurgentes de diversas etnias, o governo somali iniciou a preparação de planos para a invasão do Ogaden. Acreditando poder contar com o apoio da URSS para a operação, o ataque, que visava a apoiar as forças da Frente de Libertação da Somália Ocidental, grupo autonomista formado em 1963, foi lançado em julho de 1977, tendo grande êxito inicial (CARDOSO, 2020).

O Kremlin, no entanto, já vinha demonstrando sua insatisfação com alguns aspectos do movimento socialista somali sob o governo de Siad Barre, como o papel preponderante do

islamismo na sociedade e no governo, a proximidade com regimes árabes conservadores e a ausência de um partido revolucionário de vanguarda que organizasse as decisões de cunho econômico (SCHMIDT, 2018). Assim, a URSS manteve uma posição cautelosa com relação ao conflito, não se comprometendo com nenhum dos lados, inicialmente, e almejando uma mediação que permitisse a criação de uma confederação de Estados socialistas na região<sup>6</sup>. Mas após decorridos os primeiros meses da campanha, Moscou suspendeu qualquer apoio militar à Somália e passou a fornecer grandes quantidades de armamentos ao governo etíope, além de contribuir com o transporte de 18 mil efetivos cubanos, enviados para apoiar a revolução na Etiópia e derrotar as forças somalis (CARDOSO, 2020).

Na esteira, o governo de Mogadíscio denunciou o tratado de amizade e cooperação que firmara com a URSS em 1974, fechou bases militares e expulsou assessores cubanos e soviéticos, além de romper relações diplomáticas com Cuba. Após este momento, e em resposta ao grande engajamento logístico dos soviéticos em apoio à Etiópia, os EUA e seus aliados na região, sobretudo a Arábia Saudita e o Irã, passaram a apoiar econômica e militarmente o lado somali da guerra (WESTAD, 2007). Com o apoio soviético e cubano, as forças etíopes, superiores numericamente e contando com suprimentos de material significativos, fornecidos por Moscou via ponte aérea, conseguiram reverter a situação do conflito e forçar a retirada total do exército somali em março de 1978 (WEISS, 1980). Logo, a Revolução Etíope de 1974 e a Guerra do Ogaden representaram uma verdadeira inversão nos alinhamentos dos Estados da região frente às duas superpotências do período, além de ter impactado as relações de uma com a outra, contribuindo para o fim do período de *Détente*<sup>7</sup> e sendo um prelúdio da chamada Segunda Guerra Fria (HALLIDAY; MOLYNEUX, 1981; BRZEZINSKI, 1985; CARDOSO, 2020).

Em suma, a presente seção buscou conjugar a apresentação da base teórica e conceitual que será empregada na sequência do trabalho com o início da apresentação histórica do caso concreto em análise. Conclui-se que é fundamental partir da compreensão

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que mesmo após a Revolução Etíope, o governo do país continuou recebendo apoio financeiro e militar dos EUA, que tinha interesses estratégicos na região, como evitar a independência da Eritreia, que levaria a um controle ainda maior sobre o Estreito de Bab el-Mandeb pelos países árabes, e fazer oposição ao apoio soviético recebido pela Somália (HALLIDAY; MOLYNEUX, 1981). Prova disso é o acordo secreto de fornecimento de armamentos ao DERG – sigla em amárico do Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial, que assumiu o governo da Etiópia após a revolução – assinado entre Washington e Adis Abeba em dezembro de 1976 (SCHMIDT, 2013).

<sup>7</sup> O período conhecido como a *Détente* (distensão ou relaxamento em francês) iniciou-se no final da década de 1960, quando Richard Nixon assume a presidência dos Estados Unidos e, juntamente com seu conselheiro e posterior Secretário de Estado, Henry Kissinger, busca apaziguar as relações com a União Soviética de Leonid Brezhnev, tendo durado basicamente ao longo da década de 1970 e sendo seguida por um novo acirramento das relações, a chamada Segunda Guerra Fria (SLANTCHEV, 2014).

sistêmica, utilizando a polaridade e a polarização como conceitos-chave para realizar a ponte entre o plano teórico e a realidade observada e que se busca analisar, a fim de que se consiga situar fenômenos específicos no quadro geral das Relações Internacionais contemporâneas. Não obstante, buscou-se mostrar que apenas o nível sistêmico é insuficiente para analisar o comportamento das unidades, os Estados, e que, portanto, o nível regional é crucial para dar conta das dinâmicas internacionais atuais. Assim, o caso do Chifre da África durante o período de bipolaridade foi utilizado para exemplificar a forma como a influência das grandes potências pode ser determinante para o resultado de disputas e conflitos políticos regionais sob esse tipo de polaridade. Ao mesmo tempo, quis-se evidenciar que acontecimentos políticos nacionais ou regionais, que geram mudanças na polarização de uma região, podem, também, ter efeitos importantes para a disputa entre os polos e, em última instância, para a organização do sistema. A mudança de polaridade, a reorganização do sistema e seus impactos para o Chifre da África, e, sobretudo, para a Somália, serão tratados na seção seguinte.

## 2.2 O FIM DA GUERRA FRIA E A GUERRA CIVIL NA SOMÁLIA: INTERVENÇÕES EXTERNAS E MUDANÇAS DE POLARIDADE

Ao analisar a estabilidade do sistema sob a distribuição de poder bipolar, Gilpin (1981) argumenta que esta pode ser instável, uma vez que um dos polos pode falhar no desempenho do seu papel na balança, o que pode levar a reações exageradas e violentas que destruam o equilíbrio. No caso do fim da bipolaridade do século XX não houve esse choque violento, pois uma das superpotências, a URSS, colapsou e se retraiu, deixando espaços estratégicos até então disputados sob a influência exclusiva dos EUA. No Chifre da África, as mudanças sistêmicas foram acompanhadas por processos políticos nacionais relevantes, gerando uma grave instabilidade na região. Após a falha das intervenções preconizadas pelo governo estadunidense, o Chifre da África passou por um período definido como de vazio estratégico, retornando à agenda política e securitária global apenas após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, no contexto da Guerra Global ao Terror (CARDOSO, 2020). Dessa forma, a presente seção busca dar continuidade à apresentação das dinâmicas políticas e securitárias na região depois do fim da bipolaridade, enfatizando suas relações com as mudanças globais de polaridade e a forma como a Turquia pôde construir sua política externa para a Somália a partir desse contexto.

O fim da bipolaridade fez com que o investimento, por parte das grandes potências, em apoio estratégico para a disputa geopolítica no Chifre da África perdesse sentido, ou não fosse mais rentável. A falta desses recursos financeiros e militares enfraqueceu os governos centrais de Etiópia e Somália, levando a sua derrota contra grupos insurgentes. Na Etiópia, a Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (EPRDF, na sigla em inglês), que derrotou o governo de Mengistu Mariam em 1991, convocou uma conferência nacional para reorganizar o Estado e o governo do país. Já na Somália, o regime de Siad Barre, que comandava o país desde o final da década de 1960, foi deposto no mesmo ano que seu vizinho, mas os grupos que se aliaram para derrubá-lo não conseguiram montar um governo central efetivo para substituí-lo<sup>8</sup> (CARDOSO, 2020). Assim, houve uma desintegração das instituições de governança no país, o que abriu espaço para que senhores da guerra locais disputassem violentamente o controle sobre áreas rurais e urbanas. Os dois anos que se seguiram ao fim do governo de Siad Barre foram marcados por violência e instabilidade, resultando em declarações de independência ou de autonomia em diversas regiões do país, além de causar a morte de milhares de somalis e fazer com que milhões tivessem de deixar suas casas, tornando-se refugiados ou deslocados internos (NYADERA; MOHAMED; AGWANDA, 2019).

O povo somali é geralmente considerado homogêneo em termos sociais, linguísticos, culturais e religiosos, fato incomum para uma região tão extensa quanto a ocupada por esse povo, sobretudo no continente africano. Apesar de haver uma forte identificação decorrente da afinidade religiosa, uma vez que aproximadamente 99,7% da população é muçulmana, a sociedade somali ainda tem no sistema clânico um dos fundamentos da sua organização política e territorial (KUSOW, 1994; PEW-TEMPLETON, 2020). Os clãs eram a base da sociedade somali antes do período colonial, mas, mesmo depois deste período e das décadas de governo centralizado que se seguiram à independência, as divisões territoriais e as disputas entre essas unidades pelo controle de recursos e pelo poder político fazem parte do cenário da

---

<sup>8</sup> Há quatro grupos centrais para a compreensão da derrubada do regime de Siad Barre e a subsequente desintegração do Estado somali: a Frente Democrática de Salvação Somali (SSDF), que contribuiu para a derrubada de Siad Barre e para a declaração de autonomia da Puntlândia, no Nordeste do país, em 1998; o Movimento Nacional Somali (SNM), que encabeçou o combate às tropas do regime central no Norte do país e posteriormente organizou a declaração de independência da Somalilândia, após uma sangrenta guerra de independência; o Movimento Patriótico Somali (SPM), baseado no Sul do país, que foi crucial para a tomada de Mogadíscio e buscou, na sequência, a autonomia da região de Jubalândia; e o Congresso Somali Unido (USC), que se aliou ao SPM e ao SNM, formando a Aliança Nacional Somali (SNA), para derrubar Siad Barre, união essa que se dissolveu em seguida, quando tentou-se estabelecer um governo interino em Mogadíscio (NYADERA; MOHAMED; AGWANDA, 2019; CARDOSO, 2020).

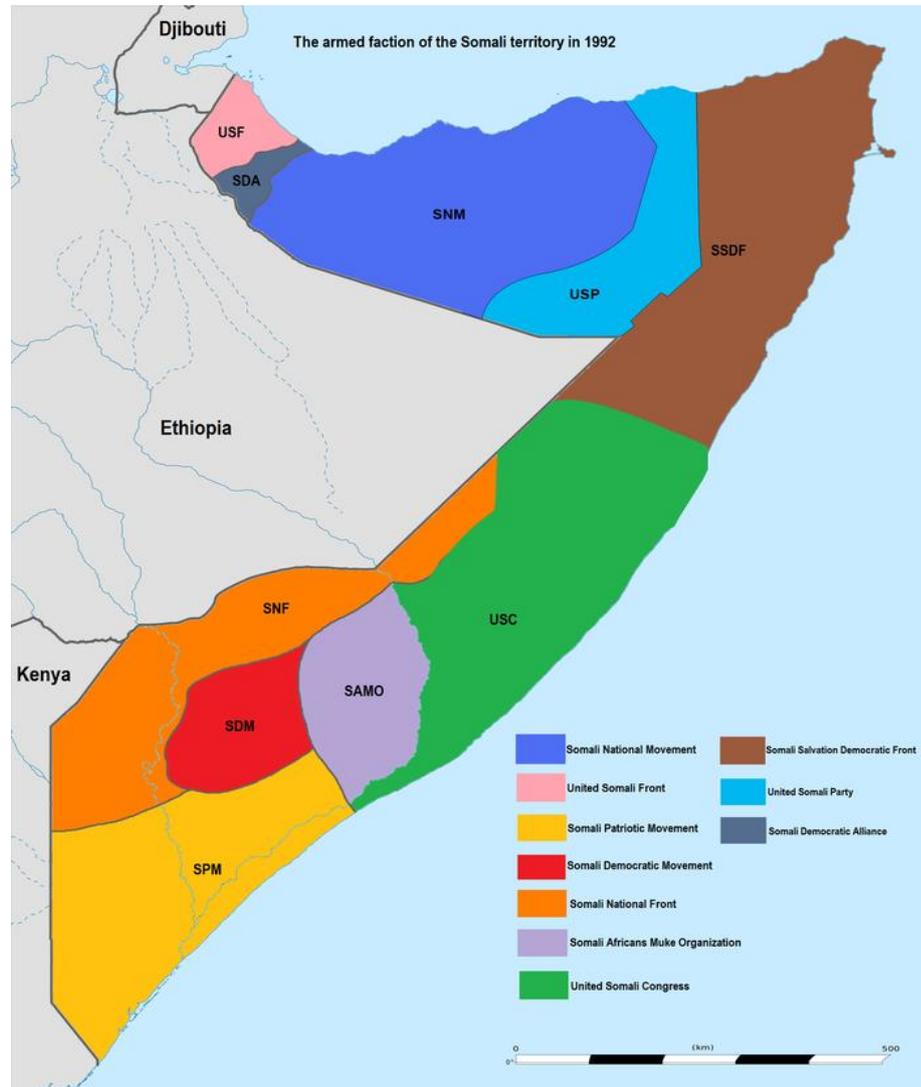
Somália contemporânea<sup>9</sup>. Isso pode ser observado nos diversos movimentos secessionistas que surgiram na esteira da desestruturação do Estado somali nos anos 1990, os quais visavam, por meio da criação de grupos insurgentes e milícias comandadas por senhores da guerra, a legitimar o controle do território pelos clãs (NYADERA; MOHAMED; AGWANDA, 2019).

Em 1989, foi formada a Aliança Nacional Somali (SNA), que uniu o Movimento Nacional Somali (SNM), o Movimento Patriótico Somali (SPM) e o Congresso Somali Unido (USC), a fim de organizar a derrubada do regime central. O movimento, comandado por Mohamed Farah Aideed, do USC, iniciou sua campanha em direção à capital no final de 1990, logrando seu objetivo e depondo Siad Barre, que fugiu do país, no início de 1991 (COMPAGNON, 1998). Após a tomada do poder, outro líder do USC, Mohamed Ali Mahdi, se autoproclamou presidente do país, visando ao estabelecimento de um governo interino. Tal movimento, no entanto, levou ao rompimento da SNA e gerou uma divisão do próprio USC, fazendo com que cada um destes grupos buscasse governar de forma autônoma suas próprias regiões. O SNM, no Norte, declarou a independência da Somalilândia; o SPM, no Sul, liderado pelo Mohamed Said Hershi Morgan, passou a disputar o poder com senhores da guerra locais e a buscar a autonomia da região de Jubalândia até que a ordem nacional fosse restabelecida; a Frente Democrática de Salvação Somali (SSDF), no Nordeste, reteve o controle da região da Puntlândia, também buscando maior autonomia em meio à situação caótica do país; e o USC, na região central, próxima a Mogadíscio, se dividiu em dois grupos: o USC/SNA, liderado por Aideed, e o USC/SSA (Aliança de Salvação Somali, em inglês), liderado por Ali Mahdi, os quais entraram em conflito um com o outro. Além destes, havia ainda grupos menos organizados, comandados por senhores da guerra locais, e outros grupos leais ao antigo regime de Siad Barre, como a Frente Nacional Somali (SNF), no Sul, e o Partido Somali Unido (USP), no Norte. A distribuição destes grupos, e de outros menos relevantes, no território do país pode ser vista no mapa abaixo. Em suma, o que ocorreu na Somália, a partir de 1991, foi uma guerra civil extremamente violenta, em que, após um momento de união inicial dos grupos opositores do regime, as alianças e muitos dos próprios grupos se fragmentaram e passaram a disputar uns com os outros o controle de fatias do território do país (NYADERA; MOHAMED; AGWANDA, 2019; CARDOSO, 2020).

---

<sup>9</sup> Há seis principais clãs que ocupam o território que hoje corresponde ao Estado somali: Dir, Darood (que tem vários sub-clãs e é o clã base da SSDF e do SPM), Isaq (clã base do SNM), Hawiye (clã base do USC), Ree-Win e Digil. Destes, os quatro primeiros são majoritariamente nômades ou seminômades e os dois últimos têm tradição agropastoril (KUSOW, 1994).

**Figura 2** – Mapa das Facções Armadas no Território Somali em 1992.



Fonte: Wikimedia Commons (2019).

A deterioração da situação securitária na Somália, que, somada à seca que atingiu o país e à consequente situação de fome, levou à morte de um número estimado de 300 mil pessoas no início dos anos 1990, fez com que o tema fosse levado à atenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>10</sup> (SCHMIDT, 2018). Após algumas resoluções iniciais, impondo um embargo de armas e determinando o envio de uma equipe técnica ao país, em abril de 1992 é aprovada a Resolução 751 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC, 1992a), que determina o estabelecimento da Operação das Nações Unidas na Somália

<sup>10</sup> Após o fim da Guerra Fria, as relações entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança se tornaram muito mais amistosas. Com isso, observou-se um declínio significativo no uso do poder de veto por parte desses países, o que levou a um aumento muito grande no número de resoluções. Ademais, o Conselho foi alterando sua visão com relação às operações de paz neste período, permitindo a criação de missões em mais países, com mais recursos e com mandatos expandidos (HAGEBOUTROS, 2021).

I (UNOSOM I). O mandato desta operação, o qual foi reforçado alguns meses depois pela Resolução 775 (UNSC, 1992b), estava voltado para a observação do cessar-fogo entre as partes envolvidas e para a segurança dos comboios de ajuda humanitária que chegavam ao país e eram, muitas vezes, capturados por forças insurgentes. Ademais, a desconfiança, por parte de Aideed, que acreditava que a Organização das Nações Unidas (ONU) estivesse apoiando Ali Mahdi para derrotar grupos opositores, fez com que a UNOSOM I tivesse de operar com menos pessoal do que fora previsto, limitando sua eficácia (SOUSA, 2014).

Em dezembro de 1992, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 794 (UNSC, 1992c), que autorizou o envio de mais de 30.000 efetivos de diversas nacionalidades, mas principalmente dos EUA, que detinham o comando da operação, para o que se denominou Força Tarefa Unificada (UNITAF) ou *Operation Restore Hope* (NYADERA; MOHAMED; AGWANDA, 2019). Em um contexto de afirmação da unipolaridade estadunidense, o governo do país afirmava que os EUA, sozinhos, não poderiam ser responsáveis pela garantia da paz no mundo todo, mas que havia situações, como esta, que não poderiam ser solucionados sem seu envolvimento, tornando esta operação necessária para atrair o envolvimento dos demais Estados (CARDOSO, 2020). Seu mandato visava à garantia da entrega de apoio humanitário às centenas de milhares de pessoas que estavam em situação de insegurança alimentar, por meio de uma demonstração inequívoca de força, que faria com que os grupos armados que atuavam no país recuassem ou se escondessem, e a missão teve sucesso nesses objetivos. Contudo, a proposta do governo estadunidense, em consonância com sua visão da guerra no pós-Vietnã e pós-Guerra do Golfo, era de realizar uma entrada rápida e avassaladora, intimidar os grupos percebidos como agressores e logo retirar suas forças, sem promover o desarmamento dos grupos locais ou qualquer outra estratégia de estabilização e construção de nação para o longo prazo. Dessa forma, quando as forças estadunidenses da UNITAF se retiraram, em 1993, seus avanços foram logo desfeitos, e os efetivos que as sucederam, liderados pela ONU, tiveram de reiniciar vários processos que já pareciam solucionados (MURRAY, 2008).

Em março de 1993, na esteira de um novo relatório do Secretário-Geral da ONU e das reuniões e conversas de conciliação ocorridas em Adis Abeba no mesmo mês, a Resolução 814 (UNSC, 1993) foi aprovada pelo Conselho de Segurança, estabelecendo uma segunda Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II). Esta nova fase da intervenção da ONU no país estava respaldada pelo Capítulo VII da Carta da organização, o que lhe garantia a possibilidade de empregar todos os meios necessários para a execução do seu mandato. A UNOSOM II era muito mais robusta do que sua primeira versão, contando com

aproximadamente 28.000 efetivos para o ano de 1993, e tendo um mandato mais voltado para a imposição da paz (*peace enforcement*), incluindo o desarmamento das milícias e esforços de construção de Estado, do que para a manutenção da paz (*peacekeeping*), como a operação anterior (SOUSA, 2014; SCHMIDT 2018). A tropa teve dificuldades em manter o cessar-fogo no país e passou a envolver-se em conflitos com as forças locais, cujo episódio mais famoso é a derrubada, no centro da cidade de Mogadíscio, de dois helicópteros *Black Hawk* (Sikorsky UH-60), que resultou na morte de dezoito soldados das unidades táticas de elite estadunidenses e iniciou uma longa conflagração que ficou conhecida como a Batalha de Mogadíscio. O evento desencadeou profundas alterações na forma como os EUA e a própria ONU percebiam as missões de paz, visto que a experiência na Somália foi descrita como uma das grandes falhas deste tipo de operação nos anos 1990 (CARDOSO, 2020).

Por parte da ONU, ficou claro que houve sérios erros com relação à coleta e distribuição de inteligência militar, bem como na condução das operações militares. Além disso, questionou-se a decisão da organização de ampliar o mandato da missão de uma tradicional operação humanitária de manutenção da paz para uma missão de imposição da paz (PATMAN, 2010). Já para os EUA, o envolvimento na Somália, e sobretudo o episódio da Batalha de Mogadíscio, gerou uma mudança crucial na política externa de segurança do país: mesmo sendo o polo do SI, os EUA passariam a não se envolver de forma tão profunda em conflitos que não fossem centrais para seus interesses, adotando uma visão também mais estadocêntrica (MURRAY, 2008; CARDOSO; 2020). Patman (2010) resume o impacto da chamada “Síndrome da Somália” na política externa dos EUA em cinco pontos: (i) Estados “falidos” não são vitais para os interesses dos EUA; (ii) instituições multilaterais, sobretudo a ONU, não deveriam ser autorizadas a colocar os interesses securitários estadunidenses em risco; (iii) os EUA deveriam limitar o emprego de força militar em cenários que não fossem de interesse vital para si; (iv) a Batalha de Mogadíscio demonstrara que o avassalador poderio militar americano poderia ser contido por um inimigo que tivesse equipamentos suficientes e conhecimento do terreno local; e (v) quando fosse necessário empregar a força para defender os interesses do país, os EUA deveriam basear-se em operações de punição à distância, usando o poder aéreo e apoiando aliados locais. Em suma, os EUA passaram a defender o desengajamento de regiões periféricas de menor interesse estratégico para o país, como era o caso do Chifre da África. Criou-se a percepção de que a crise da Somália seria irresolúvel, uma situação que só poderia e deveria ser solucionada pelos próprios somalis, conforme foi apontado na Resolução 954 (UNSC, 1994), que determinou a retirada das forças da UNOSOM II e o fim da missão. Após esse ponto, o Conselho de Segurança das Nações

Unidas somente voltou a produzir resoluções relativas à Somália em 2001, mesmo com a continuidade do conflito civil e da instabilidade no país (SECURITY COUNCIL REPORT, 2021).

A guerra civil seguiu na Somália com uma intensidade menor após a retirada dos efetivos internacionais que vinham atuando no país nos anos 1990. Os conflitos que seguiram existindo eram majoritariamente localizados e motivados por disputas inter e intraclânicas pelo controle de territórios ou por poder político regional. Nesse sentido, a estrutura política do país seguiu muito fragmentada, a despeito dos esforços das diversas convenções de paz sobre o tema, que foram sediadas e mediadas por países vizinhos e por organizações regionais como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), no sentido de criar governos centrais, como o caso do Governo Nacional de Transição (TNG), de 2000, e o Governo Federal de Transição (TFG), de 2004 (MURRAY, 2008). Nesse sentido, a partir das lições apontadas por Patman (2010), que passaram a constituir a base para o envolvimento estadunidense, ou sua falta, no Chifre da África no contexto durante a unipolaridade, os EUA voltaram a ter interesse na Somália apenas no contexto da Guerra Global ao Terror na esteira dos atentados de 11 de setembro de 2001. As administrações Bush e Obama dos anos 2000 promoveram ataques aéreos e operações punitivas contra bases de grupos terroristas considerados parceiros da Al Qaeda. Além disso, o governo estadunidense, assim como os de outros Estados da região que estiveram engajados nas tratativas para a solução da crise somali, manteve uma visão que priorizava a construção de um governo central e a reestruturação do Estado na Somália, mesmo que a situação securitária ainda fosse instável e conflituosa (NYADERA; MOHAMED; AGWANDA, 2019).

A visão proeminentemente securitária sobre o Chifre da África no século XXI, por parte dos EUA e das potências centrais, conforme aponta Cardoso (2020), pode ser observada em ações como a criação da Força Tarefa Conjunta Combinada — Chifre da África (CJTF-HOA), da Operação Liberdade Duradoura — Chifre da África (OEF-HOA), da Iniciativa Contraterrorismo no Leste da África (EACTI) e de um Comando das Forças Armadas dos EUA específico para a África, o AFRICOM. Para a Somália, essa abordagem securitizadora ganhou força com a ascensão da União das Cortes Islâmicas (ICU), um grupo que unia muçulmanos mais e menos radicais que eram favoráveis à aplicação da Sharia, a Lei Islâmica, no país e que tomou o controle de Mogadíscio em 2006, visando a expulsar as milícias que governavam a cidade. Após tentativas de derrubá-la por meio do apoio a senhores da guerra locais, a ICU foi derrotada na sequência por uma operação militar etíope, também apoiada pelos EUA, a convite do TFG, apesar de ter sua legalidade e legitimidade questionadas

(ALLO, 2009). Esse grupo, no entanto, se dissolveu em outras unidades menores, das quais a mais significativa e, também, mais radical foi sua ala jovem, o Al-Shabaab<sup>11</sup>, que se tornou o principal grupo insurgente em oposição ao TFG, inclusive unindo-se à Al Qaeda em 2012 (SOUSA, 2014).

O período após 2006, portanto, foi de um novo aumento na intensidade dos conflitos civis na Somália, levando à criação em 2007 de uma Missão de Paz, por parte da União Africana (UA), a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), a fim de ocupar o espaço das tropas etíopes, que se retirariam do país após a intervenção do ano anterior (SOUSA, 2014). Ricardo de Sousa (2014) aponta que, ao longo das últimas décadas, o tipo de intervenção externa realizada tem tido uma relação muito significativa com a intensidade do conflito civil no país, nem sempre trazendo a paz que se propõe, conforme o seguinte trecho:

Diferentes tipos de intervenções afetam diferentemente a intensidade do conflito, e diferentes objetivos de um mesmo tipo de intervenção têm resultados diferentes. Intervenções militares partidárias escalonam o conflito, ao passo que as intervenções neutras não têm efeito significativo. Intervenções diplomáticas partidárias que apoiam ambos os lados não têm efeito sobre a intensidade do conflito, mas, se forem neutras, elas podem ser associadas a uma menor intensidade de conflito. As motivações dos atores não parecem estar diretamente ligadas à intensidade do conflito, especificamente após o meio dos anos 90. Em geral, a suposição de que as intervenções promovem a paz é rejeitada. Em vez disso, o objetivo da paz pode competir com outros objetivos de uma constelação de motivações e iniciativas dos atores externos e internos (SOUSA, 2014, p. 82, traduzido pelo autor).

Neste contexto de instabilidade política e securitária, ainda que já muito mais tranquilizada do que no auge do conflito civil, falta de interesse e engajamento efetivo das potências centrais na resolução da situação e intervenções regionais com poucos recursos financeiros e de sucesso limitado que ocorre o ponto de inflexão para a política externa turca com relação à Somália. A grave seca que atingiu o Chifre da África, gerada por um forte fenômeno *La Niña* no Oceano Pacífico, foi considerada a pior em seis décadas e afetou quase 10 milhões de pessoas na região (OCHA, 2011). Essa seca, somada à longa guerra civil que persistia, mesmo que atenuada, e ao rápido aumento no preço de alimentos importados na Somália, levou a uma grande fome no país. Em meio à crise que tirou aproximadamente 260.000 vidas nas regiões Sul e Central da Somália entre os anos de 2011 e 2012, o envio de ajuda humanitária estrangeira, seja financeira ou na forma de alimentos, ficou muito aquém do desejado, principalmente por parte das potências ocidentais (CHECCHI; COURTLAND

---

<sup>11</sup> Oficialmente chamado *Harakat al-Shabab al-Mujahideen*, que significa Movimento do Jovem Guerreiro, o grupo é tradicionalmente referido como Al-Shabaab, ou “A Juventude” em árabe.

ROBINSON, 2013). Devido à força que o Al-Shabaab havia adquirido em anos recentes e ao longo histórico de ataques de grupos insurgentes a ações humanitárias, capturando seus recursos e utilizando-os para seus próprios fins, havia um temor, principalmente nos EUA, de que qualquer ajuda humanitária enviada à Somália acabaria por financiar grupos terroristas. Assim, diversos governos de países muçulmanos, organizados por meio da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), passaram a destinar significativos recursos para apoiar a Somália (MAXWELL; FITZPATRICK, 2012).

Em meio a esta situação que a Turquia surge como um importante aliado para o governo somali, tanto para a resposta humanitária inicial à fome no país, como para os projetos de desenvolvimento e cooperação política e econômica que se seguiram. A Turquia já vinha reorientando sua política externa para a África havia cerca de uma década, mas a crise somali de 2011 configurou uma inflexão, conforme será debatido na sequência do trabalho, e colocou a Somália no centro da agenda externa turca, evidenciando um modo próprio de cooperação. Face a um contexto internacional marcado pela unipolaridade, que não costuma perdurar, e percebendo a falta de interesse efetivo das potências centrais no Chifre da África, bem como ascensão de outras potências médias e regionais, a Turquia utilizou a janela de oportunidade oferecida pela situação somali para firmar uma parceria que geraria benefícios para ambos os lados (TANK, 2015).

O presente capítulo partiu, portanto, de explicações teóricas e conceituais que fundamentam este trabalho. Na sequência, visou-se a apresentar a relação entre as dinâmicas que ocorrem no nível sistêmicos e os processos políticos internos à Somália e à região do Chifre da África, pontuando como as decisões tomadas pelas grandes potências, neste caso principalmente os EUA, contribuíram para que o cenário político e humanitário da Somália fosse um espaço geoestratégico que pudesse entrar para a esfera de influência de outra potência, ainda que uma média e com pretensões claramente regionais. Buscou-se, assim, atender o primeiro objetivo secundário deste trabalho, analisando o desenvolvimento do Estado somali ao longo das últimas décadas e a formação da situação atual. O capítulo seguinte irá enfatizar a perspectiva turca acerca da afirmação da multipolaridade sistêmica e do seu papel no continente africano e na Somália especificamente, com base nas diversas mudanças políticas e estratégicas do país.

### **3 POLÍTICA EXTERNA TURCA PARA A ÁFRICA: ASCENSÃO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS E O CASO DA SOMÁLIA**

As mudanças sistêmicas pelas quais o SI vem passando a partir do final da primeira década deste século, aliadas a processos políticos internos e mudanças de relacionamento com antigos parceiros, levaram a Turquia a reorientar sua política externa. Antes de 2002, o país mantinha uma política externa que deixara, há poucas décadas, de ser isolacionista e que ainda não tinha um desenho claro, priorizando as relações com a Europa Ocidental e com os EUA, via Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e outras iniciativas pontuais sem um direcionamento bem-organizado. Após esta data, no entanto, o Partido da Justiça e Democracia (AK Parti ou AKP, na sigla em turco) chega ao poder e passa a promover uma política externa baseada em um entendimento da realidade internacional que assimila o final da Guerra Fria e deseja posicionar a Turquia como um ator relevante neste novo mundo que surge (ÖZKAN, 2014a). As relações com o Oriente Médio e com a África entram no debate sobre a atuação internacional turca, em consonância com um momento político interno em que grupos que defendiam uma maior relevância da religião e da cultura muçulmana ascendiam ao poder (ÖZKAN, 2013a). Ademais, a Turquia passa por um importante período de crescimento econômico, no início deste século, e começa a reivindicar uma relevância maior no cenário geopolítico e geoeconômico internacional, buscando autonomia em diversas questões que dizem respeito ao seu entorno estratégico (PARLAR DAL; GÖK, 2014).

O presente capítulo, portanto, dialoga com o segundo objetivo secundário deste trabalho, destacado na introdução, no sentido de apresentar e debater a nova estratégia de política externa turca para a África. Para fins de organização, o capítulo está dividido em três seções, cada qual enfatizando um nível da análise sobre este processo. A primeira seção dá conta das dinâmicas internas de mudança de governo e de criação de uma nova orientação de política externa, a qual garantiu maior destaque para o continente africano e para a Somália. A segunda seção traz uma análise no nível sistêmico, considerando a Turquia como uma das potências médias e regionais que vêm ascendendo em meio ao processo de afirmação da multipolaridade. A terceira seção trata dos elementos que levaram à aproximação entre Turquia e Somália especificamente, ou seja, quais fatos ou interesses levaram o governo turco a considerar o país africano como um potencial parceiro no momento em que isso ocorreu, descrevendo os primeiros passos dessa relação. Em suma, busca-se partir do plano nacional, a fim de inserir a mudança de direcionamento da Turquia no plano global para relacionar isso

ao que foi apresentado acerca da situação somali no capítulo anterior, com o intuito de chegar à relação bilateral entre as duas nações.

### 3.1 A “POLÍTICA DE ABERTURA PARA A ÁFRICA” DE 1998 E OS ANOS 2000: O AKP E A NOVA POLÍTICA EXTERNA

É evidente que as relações entre a Turquia, ou o povo turco, e o continente africano, sobretudo as regiões do Norte e do Chifre da África, não se iniciaram há apenas duas décadas. Contudo, para o caso concreto aqui estudado, é notável que, neste século, com a chegada ao poder do AKP sob a liderança de Recep Tayyip Erdoğan<sup>12</sup>, houve uma alteração significativa na política externa turca para África e para a Somália em específico. A presente seção, portanto, visa a descrever e analisar essa mudança de rumos e a nova agenda proposta pela Turquia. Para esse fim, será feita, inicialmente, uma breve recuperação da história política turca e das relações turco-africanas e turco-somalis, já destacando o início de uma política externa voltada à África ainda nos últimos anos do século XX. Na sequência, busca-se apresentar a forma como o AKP está inserido no debate político turco e como foi sua chegada ao poder, enfatizando sua visão sobre política externa. Por fim, visa-se a descrever o papel das relações com os Estados africanos dentro do novo entendimento do governo turco sobre sua inserção internacional e sua função regional.

O relacionamento entre os turcos e o continente africano precede, inclusive, a fundação da atual República da Turquia, em 1923, encontrando suas origens no Império Otomano por volta do século XVI. Neste período, o império comandado a partir de Constantinopla, atual Istambul, controlava a maior parte dos territórios na Costa Mediterrânea do Norte da África, o Levante, boa parte da Península Arábica e ambas as margens do Mar Vermelho<sup>13</sup>. Apesar de também manter algumas relações com região Subsaariana, principalmente nos âmbitos comercial e religioso, estas eram menos relevantes para os turcos do que os laços com as regiões do Norte e do Chifre da África (ÖZKAN, 2008). O declínio e

---

<sup>12</sup> Cabe, aqui, uma breve nota acerca das peculiaridades do Alfabeto Turco, que é uma variação do Alfabeto Latino e foi implementado por Atatürk como parte do processo de ocidentalização do país, a fim de auxiliar a leitura. A letra “ğ”, ou gê suave, não é pronunciada com um “gê” no português e tem apenas o efeito de alongar a vogal anterior. Assim, o sobrenome do político turco é pronunciado “Erdô-an”. Outras letras que não estão presentes no nosso alfabeto e que têm pronúncias diferentes do português são: “c”, pronunciado como “dj”; “ç”, pronunciado como “tch”; “ı”, que difere do “i” e é pronunciado como o “â” no português ou o “uh” no inglês; “ö” e “ü”, pronunciados da mesma forma que no alemão e que em português soariam como “oe” e “ue”; e o “ş”, pronunciado como “ch” (KINZER, 2008).

<sup>13</sup> Özkan (2008) aponta que os seguintes Estados africanos tiveram seus territórios atuais total ou parcialmente ocupados pelo Império Otomano: Egito, Líbia, Argélia, Sudão, Eritreia, Etiópia, Djibuti, Somália, Níger e Chade.

a retração territorial do Império Otomano, no entanto, levaram a um gradual afastamento destas regiões, que foi acentuado pela Primeira Guerra Mundial e pela caótica conjuntura do fim do império e da Guerra de Independência Turca. Nesse contexto, a recém-formada República da Turquia, liderada por Mustafa Kemal “Atatürk” — o primeiro presidente do país, cujo apelido, significando “pai dos turcos”, tornou-se sobrenome, e que ainda é uma figura extremamente influente na cultura e na política turca nos dias de hoje, sendo representado pelo movimento kemalista, que defende o secularismo e a ocidentalização da Turquia —, estava distante do cenário internacional, priorizando a resolução de questões internas (DODO, 2016).

Destarte, os primeiros anos da Turquia republicana constituíram o momento de maior isolamento do país com relação ao resto do mundo. Os turcos viam a existência do seu Estado constantemente ameaçada por inimigos externos e internos e não dispunham das capacidades materiais para enfrentá-los e projetar poder internacionalmente ao mesmo tempo. Além disso, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, a maior parte dos países africanos estavam sob o jugo colonial de potências europeias, fazendo com que as relações turco-africanas nesse período fossem quase inexistentes. Com o processo de descolonização, no entanto, aumenta o interesse de acadêmicos e formuladores de política em Ancara acerca da África, e o país passa a apoiar os movimentos de libertação nacional e a abrir suas primeiras embaixadas no continente no início da década de 1960 (DODO, 2016).

Após esse momento, as relações com o continente africano permaneceram bastante estagnadas até receberem um novo impulso quando Necmettin Erbakan chega ao posto de primeiro-ministro em 1996. O governo de Erbakan durou pouco, quase exatamente um ano, mas foi marcante por ter ido de encontro à tradição do secularismo kemalista e trazer o Islã para o palco central da política turca. Nesse sentido, o primeiro-ministro defendia um distanciamento com relação à Europa e às influências demasiadamente ocidentais, e priorizava uma política externa estruturada em torno do contestador islamismo terceiro-mundista, aproximando-se, por exemplo, da Líbia de Muammar Gaddafi e do Iraque de Saddam Hussein. Essa visão de política externa não se propunha a substituir o direcionamento que vinha sendo seguido, o qual visava à aproximação com a Europa, almejando uma futura entrada na União Europeia, e com os EUA. Essa linha foi mantida sobretudo pelo Ministério das Relações Exteriores. A política externa islamista de Erbakan era compreendida como um complemento a esta, com o intuito de fazer com que a Turquia voltasse a se engajar com o espaço que fizera parte do Império Otomano. Apesar dos desentendimentos diplomáticos

ocorridos entre Erbakan e Gaddafi quando o primeiro realizou visita oficial à Líbia<sup>14</sup>, a viagem teve o papel de recolocar a África na agenda de política externa da Turquia, visto que premiê turco foi também à Nigéria e ao Egito e propôs articulações para a criação de organismos multilaterais envolvendo nações africanas<sup>15</sup> (ROBINS, 1997).

Em 1998, o Ministério das Relações Exteriores da Turquia, sob o comando İsmail Cem, que assumira a pasta no ano anterior, lançou um documento intitulado “Política de Abertura para a África”, em linha com uma orientação de política externa multidimensional, lançada por Erbakan, mesmo após o fim do seu governo. O movimento ganhara ímpeto em função da frustração turca com a não aceitação de sua proposta de adesão à União Europeia, que foi rejeitada na cúpula de organização de 1997, ensejando uma política externa mais voltada para o Oriente e para a África. O documento de 1998 levou à criação de um plano de ação, no mesmo ano, cuja elaboração contou com a participação de representantes ministeriais, de agências governamentais e do setor privado, além de embaixadores turcos atuando na África e de diplomatas africanos alocados na Turquia (ÖZKAN; AKGÜN, 2010).

O plano instava uma maior cooperação política, econômica e cultural com os Estados africanos, propondo a ampliação das instalações diplomáticas já existentes e a criação de novos postos. Na esfera política, destacava-se o incentivo à realização e à recepção de visitas de alto nível entre chefes de Estado e de governo, bem como ao maior engajamento no âmbito das organizações multilaterais. Quanto à economia, citavam-se propostas para o aumento do comércio com as nações africanas e a proteção de investimentos no continente, além de encorajar a adesão da Turquia a organizações financeiras multilaterais, como o Banco Africano de Desenvolvimento. No campo cultural, o plano de ação listava diversas iniciativas, sobretudo na área educacional, como o incentivo ao contato entre universidades, a concessão de bolsas de estudo e a criação de um Instituto de Estudos Africanos. Além disso, havia menções à cooperação securitária, como o treinamento de militares africanos na Turquia ou sua participação em exercícios militares turcos e uma maior contribuição turca para as missões de paz da ONU. No entanto, o plano não foi completamente implementado em

---

<sup>14</sup> Quando Gaddafi recebeu Erbakan em sua tenda, próximo a Trípoli, o líder líbio desferiu duras críticas à Turquia. Segundo ele, a política externa turca estava voltada para o apoio a Israel, a despeito dos povos árabes. Além disso, Gaddafi posicionou-se a favor do movimento curdo, tópico muito sensível para os turcos, afirmando que Ancara não tratava essa minoria de forma justa e defendendo a criação de um Curdistão independente (ROBINS, 1997).

<sup>15</sup> Em suas viagens à Ásia e à África, Erbakan propôs a criação do chamado D-8 (*Developing-8*), uma organização para cooperação nas mais diversas áreas, composta pelas potências médias predominantemente muçulmanas: Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria, Paquistão e a própria Turquia (ROBINS, 1997). O grupo existe até os dias de hoje sob o nome de Organização D-8 para a Cooperação Econômica e promove cúpulas periódicas entre os Estados-membro, a mais recente das quais ocorreu em abril de 2021 (D-8 ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION, 2021).

função de problemas logísticos e da agitação política pela qual a Turquia passava à época, que conjugava um governo de coalizão composto por três partidos, trocas de presidente e de primeiros-ministros e uma severa crise econômica em 2000-2001 (ÖZKAN; AKGÜN, 2010).

A chegada ao poder do AKP, no entanto, alterou esse cenário e representou uma mudança fundamental na política interna da Turquia, acarretando alterações no direcionamento de sua política externa. A política turca é comumente descrita a partir do embate central entre os kemalistas, defensores do secularismo, e os islamistas, defensores de uma maior influência da religião e da cultura muçulmanas na política. Özkan (2013a), no entanto, sustenta que uma abordagem embasada na noção de centro-periferia é mais útil para dar conta dos processos políticos da Turquia contemporânea. Segundo ele, há uma forte divisão no país, que foi sendo acentuada ao longo do período republicano, entre a elite política e econômica do país, concentrada em grandes centros urbanos como Ancara e Istambul, tradicionais defensores do kemalismo, do secularismo e da ocidentalização da Turquia, e as massas populares, distribuídas pelo território da Anatólia, profundamente religiosas e conservadoras. Destarte, o AKP, fundado no final dos anos 1990 por um grupo de ex-integrantes do maior partido islamista da época, o *Refah* (Partido do Bem-Estar), se constituiu como um representante dos interesses da periferia do país<sup>16</sup>. Nesse sentido, apesar de ser liderado por políticos geralmente classificados como islamistas, o AKP chegou ao poder com a proposta de representar os interesses do interior do país, atendendo algumas de suas reivindicações com relação à religião, mas incorporando ao seu plano de governo propostas de modernização, de aproximação com a União Europeia e de administração técnica e eficiente do Estado — pautas tradicionalmente associadas às elites kemalistas (ÖZKAN, 2013a; KINZER, 2008).

Nas eleições de 2002, o AKP conquistou uma vitória convincente, formando um governo de maioria no parlamento. Inicialmente, o cargo de primeiro-ministro foi ocupado por Abdullah Gül (que se tornou presidente do país anos mais tarde), pois o líder do partido, Recep Tayyip Erdoğan, estava impedido de assumir o cargo em função de uma condenação

---

<sup>16</sup> Stephen Kinzer (2008), em seu livro que busca descrever a sociedade e a política da Turquia, a partir de sua experiência como correspondente internacional do *The New York Times* no país, descreve as diferenças qualitativas entre o AKP e os outros partidos turcos em diversas situações. Segundo ele, o AKP foi o primeiro partido verdadeiramente de massa no país, com uma grande base popular e uma militância ativa, o que não existia nos outros partidos políticos turcos, que eram estruturados em torno de políticos de carreira e tecnocratas dos grandes centros urbanos que iam ao interior do país apenas para angariar votos em época de eleições. Além disso, o autor destaca que a própria biografia de Recep Erdoğan – nascido em um distrito pobre de Istambul, filho de uma família de migrantes vindos do interior do país, próximo da fronteira com a Geórgia, passando a infância na região do Mar Negro, na Anatólia, tendo mais tarde trabalhado em atividades simples, braçais, e se tornado prefeito de Istambul, vindo a ser preso ainda durante o mandato por ameaçar a secularidade do Estado –, que passou a ser a cara do AKP, representam sua base de apoio (KINZER, 2008).

que recebera quando era prefeito de Istambul. Todavia, logo em 2003, sua sentença foi anulada e Erdoğan se tornou o premiê do país. O início do seu governo enfatizou temas de maior urgência, como a recuperação econômica, após a crise de 2001, e a formação de uma política externa mais ativa, envolvendo temas como a Guerra do Iraque, a questão do Chipre e as relações Turquia-União Europeia. A abertura para a África ganhou destaque no governo apenas a partir de 2005, ano que foi anunciado pela Turquia como “O Ano da África” (ÖZKAN, 2008).

Em março de 2005, ocorreram as primeiras atividades do Ano da África: as visitas oficiais de Erdoğan à Etiópia e à África do Sul, esta última sendo a primeira de um premiê turco ao Sul da Linha do Equador. A princípio, o projeto de aproximação política e de maior engajamento econômico não estava voltado a uma região ou a alguns países específicos, mas abrangia todo o continente. Por isso, um dos primeiros movimentos de aproximação com o continente foi a obtenção do status de observador na UA, ainda em 2005, o qual foi alterado para o status de “Parceiro Estratégico” em 2008, após a participação do primeiro-ministro turco na plenária de abertura da cúpula da organização. O comércio com o continente também teve um significativo aumento, passando de cerca de USD 5,4 bilhões em 2003 para mais de USD 16 bilhões em 2008, um aumento de quase três vezes. Ademais, o esforço contou com o engajamento do setor privado turco. Já em 2007, o continente africano representava quase 30% dos projetos de empreiteiras turcas no exterior, somando um valor total em projetos de cerca de USD 5,8 bilhões. Ao todo, cerca de 355 empresas turcas atuavam na África em 2008, incluindo um dos símbolos do país, a *Turkish Airlines*, que já operava treze rotas diferentes para o continente à época. A fim de incentivar ainda mais investimentos na África, a Turquia tornou-se o vigésimo quinto membro não regional do Banco Africano de Desenvolvimento (ÖZKAN, 2008).

O ápice desse primeiro impulso de cooperação promovido pelo AKP, sob a liderança de Erdoğan, foi a Cúpula de Cooperação Turquia-África, ocorrida em Istambul, em agosto de 2008, com o título “Solidariedade e Parceria para um Futuro Comum”. O evento foi encabeçado por Abdullah Gül, agora presidente turco, e contou com a presença de representantes de alto nível de 50 Estados africanos, além do Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, e do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon. A Cúpula representou um momento de institucionalização da abertura turca para a África, tendo aprovado dois documentos — a Declaração de Istambul sobre a Parceria Turquia-África e a Estrutura de Cooperação da Parceria Turquia-África — e estabelecido reuniões subsequentes de alto nível e a nível ministerial (DODO, 2016). Os documentos aprovados previam, ainda, a ocorrência de novas

cúpulas a cada cinco anos, na Turquia e na África, em base rotativa (TURKEY-AFRICA COOPERATION SUMMIT, 2008a). Seu conteúdo dispunha sobre a cooperação nas seguintes áreas: (i) Cooperação Intergovernamental; (ii) Comércio e Investimento; (iii) Agricultura, Agronegócio, Desenvolvimento Rural, Administração de Recursos Hídricos e Empresas de Pequeno e Médio Porte; (iv) Saúde; (v) Paz e Segurança; (vi) Infraestrutura, Energia e Transportes; (vii) Cultura, Turismo e Educação; (viii) Mídia e Informação e Tecnologia de Comunicação; e (ix) Meio Ambiente (TURKEY-AFRICA COOPERATION SUMMIT, 2008b).

Observa-se, desse modo, que na primeira década do século XXI houve três momentos que marcaram mudanças relevantes para as relações turco-africanas, que começaram a receber atenção a partir dos últimos anos do século anterior. O primeiro foi a chegada ao poder do AKP, liderado por Recep Erdoğan, em 2002, que significou um redirecionamento político interno e externo, atendendo aos anseios da população do interior do país, principalmente da Anatólia, que demandava uma maior relevância para a cultura e a religião muçulmana na condução do governo e uma maior proximidade com o mundo islâmico. O segundo foi o ano de 2005, o dito “Ano da África”, em que o país se aproximou da UA, realizou visitas oficiais inéditas a Estados africanos e passou a tratar as relações com o continente africano, de forma geral, como uma prioridade de política externa. O terceiro foi o ano de 2008, marcante por ser o momento de institucionalização deste processo, por via da realização da primeira Cúpula de Cooperação Turquia-África, em Istambul, e da adoção de documentos aprovados em alto nível que garantiam a sequência dos diálogos e contatos em variados temas (ÖZKAN, 2008; ÖZKAN; AKGÜN, 2010; DODO, 2016). Importa destacar, no entanto, que, para compreender como estas mudanças políticas internas levaram ao estabelecimento de relações como a ocorrida entre Turquia e Somália no início da década seguinte, é necessário levar em conta as dinâmicas que se desenvolviam concomitantemente na organização do SI e que permitiam uma maior autonomia às potências médias (PARLAR DAL; GÖK, 2014).

### 3.2 AUTONOMIA TURCA EM SEU ENTORNO ESTRATÉGICO: ASCENSÃO DE POTÊNCIAS MÉDIAS E REGIONAIS

Conforme apontado anteriormente, a Turquia é uma potência média em afirmação no cenário internacional, desempenhando um papel crescentemente relevante como potência regional a partir de uma posição geoestratégica pivotal e desafiadora (ÖNİŞ; YILMAZ, 2009). O intuito inicial da presente seção, portanto, é de apontar alguns elementos objetivos

que podem ser considerados para conferir tal status à nação eurasiática. Na sequência, visa-se a analisar as mudanças políticas internas na Turquia e seu impacto na forma como o país tem se posicionado face às mudanças de polaridade ocorridas no SI nas últimas décadas, sobretudo com relação à autonomia de atuação internacional do país. Para tanto, serão descritas as relações turcas com as duas grandes potências mais ativas no seu entorno: Rússia e EUA, via OTAN, em paralelo ao engajamento da Turquia em crises regionais, como as da Líbia e da Síria. Ademais, destacar-se-á a relevância da contribuição de Ahmet Davutoğlu, ex-chanceler e ex-primeiro-ministro do país, para a nova visão geopolítica turca, assim como as mudanças ocorridas após sua saída do governo do AKP.

A importância da Turquia para o SI e para sua região, mais especificamente, pode começar a ser descrita pela sua posição geoestratégica. O país é um dos poucos Estados transcontinentais do mundo, posicionada entre a Europa e a Ásia, no Leste do Mediterrâneo, e controlando os cruciais estreitos de Dardanelos e do Bósforo, que conectam o Mar Negro ao Egeu. Apesar de não ter um grande território, apenas o 38º maior do mundo, com cerca de 793.000 km<sup>2</sup>, a Turquia tem uma população de mais de 82 milhões de habitantes, a 18ª no mundo, e um Produto Interno Bruto (PIB) de USD 760 bilhões, sendo a 13ª maior economia do planeta (ESTADOS UNIDOS, 2021). Além disso, o país dispõe de um poder militar moderno e bastante significativo, listado como o 11º mais forte do mundo e tendo o segundo maior contingente de militares dentre os países da OTAN, atrás apenas dos EUA. Dados recentes apontam que o investimento turco em defesa vem crescendo e gira em torno de USD 17 bilhões por ano, correspondendo a uma proporção cada vez maior do seu PIB, já se aproximando da marca de 2%. Assim, as Forças Armadas do país contam com quase 850.000 membros, entre militares da ativa, da reserva e membros de forças paramilitares, dotados de equipamentos modernos, adquiridos de parceiros diversos ou produzidos localmente, com destaque para os veículos blindados e as baterias de artilharia autopropulsada da força terrestre (GLOBAL FIREPOWER, 2021).

Após a fundação da República da Turquia, em 1923, e ao longo do período da Guerra Fria, o país pautou sua política externa em um famoso ditado atribuído a Kemal Atatürk: “paz em casa, paz no mundo”<sup>17</sup>. Essa doutrina, muito influente entre os kemalistas mais tradicionais que governaram a Turquia por décadas, acarretou uma preferência turca pelo isolacionismo com relação à maioria das disputas internacionais (MURINSON, 2006). Durante a disputa bipolar entre os EUA e a URSS, o temor com relação ao comunismo e a

---

<sup>17</sup> *Yurtta sulh, cihanda sulh*, no original em turco.

preferência do *establishment* kemalista pelo Ocidente levaram a Turquia a tornar-se membro da OTAN, em 1952, na esteira da Guerra da Coreia — o primeiro engajamento turco efetivo em assuntos globais no período republicano (KINZER, 2008) —, e a assumir um papel internacional mais reativo. Conforme aponta Yalçın (2012), o país priorizava manter seu status como um leal aliado dos EUA e da OTAN na região, deixando seus próprios interesses em segundo plano em favor desse alinhamento. Em termos geoestratégicos, a Turquia resumiu sua função, em larga medida, a ser responsável pelo flanco Sul da frente europeia da OTAN na disputa contra os soviéticos. Destarte, o período da Guerra Fria levou a uma alienação da Turquia com relação à realidade do Oriente Médio, fazendo com que o país fosse estigmatizado pelos Estados da região como uma espécie de fantoche estadunidense, o que levou a um ciclo vicioso em que os turcos iam se afastando dos vizinhos da região e aprofundando sua dependência com relação aos interesses dos EUA (DAVUTOĞLU, 2001).

Nos anos 1990, após o final da bipolaridade, já era possível observar o início de uma alteração no posicionamento internacional turco. Preocupado com a possibilidade de perder sua relevância estratégica, em um contexto em que a ameaça soviética deixara de existir, o país passou a adotar duas posturas inovadoras em sua política externa e de segurança. Por um lado, tendo em vista a maior conexão que passou a existir entre o Ocidente e o Oriente, a Turquia visou a tornar-se uma ponte entre a Europa e a Ásia. Tal posição, no entanto, foi bastante passiva e não envolveu uma maior busca por autonomia estratégica. Por outro lado, o governo turco também começou a substituir sua relação de exclusividade com a OTAN por uma posição mais independente, almejando um engajamento com os vizinhos no Oriente Médio. A Turquia passa a tentar solucionar de forma ativa alguns problemas duradouros dentro e fora das suas fronteiras, como a questão dos curdos, as disputas sobre recursos hídricos com a Síria e com o Iraque, e sua necessidade de expansão econômica. Ademais, surge, nos círculos políticos e acadêmicos turcos, e com a anuência do ex-primeiro-ministro e presidente turco, Turgut Özal, o movimento conhecido como “neo-otomanismo”, ou “segundo-republicanismo”, no início nos anos 1990. De acordo com seus proponentes — que ganharam tração após o conflito nos Bálcãs naquela década e o forte impacto gerado no público turco pela perseguição e pela limpeza étnica de bósnios muçulmanos —, a Turquia deveria buscar uma política externa ativa e diversificada em sua região, com base nos territórios previamente ocupados pelo Império Otomano. Para os neo-otomanistas, a Turquia deveria ser uma liderança entre os povos túrquicos e entre os povos muçulmanos, além de ser uma potência central na Eurásia (YALÇIN, 2016; GOREN, 2018).

A partir do início do século XXI, com a chegada do AKP e de Erdoğan ao poder, emerge uma compreensão de política externa que é verdadeiramente inovadora. Baseada nas ideias neo-otomanistas e nas reformas institucionais promovidas por Özal uma década mais cedo, que afastaram os militares do *establishment* kemalista do controle das relações exteriores, essa nova visão levou a Turquia a buscar alinhamentos mais complexos, com maior autonomia, visando a tornar-se um ator político indispensável na sua região. Um personagem fundamental para esse novo desenho de política externa foi Ahmet Davutoğlu. Acadêmico nas áreas de Ciências Políticas e Relações Internacionais e ex-professor de universidades na Turquia e no exterior, Davutoğlu tornou-se Conselheiro-chefe do primeiro-ministro turco em matéria de política externa, assim que Erdoğan ocupou o cargo, sendo posteriormente alçado ao posto de Ministro das Relações Exteriores e ocupando ele próprio a cadeira de primeiro-ministro entre 2014 e 2016. Davutoğlu é amplamente considerado como a fonte do pensamento estratégico e da fundamentação ideológica da política externa turca sob o AKP (MURINSON, 2006).

A base da doutrina de política externa estruturada por Davutoğlu é o conceito que intitula seu principal livro: profundidade estratégica. O conceito é uma síntese do neotomanismo do período de Turgut Özal, a política externa multidimensional de Necmettin Erbakan e a própria visão de Davutoğlu sobre geopolítica. A tese central da profundidade estratégica é a combinação das chamadas profundidade histórica e profundidade geográfica, de forma que, em função do legado histórico do Império Otomano, a Turquia teria uma grande região geográfica de influência, estando posicionada no centro de muitas áreas de grande relevância geopolítica. A doutrina da profundidade estratégica exige, portanto, um engajamento ativo com todos os sistemas regionais no entorno da Turquia, sobretudo com as áreas que estiveram sob domínio otomano e com as regiões de maioria muçulmana. Apesar de adotar um tom predominantemente antiocidental em sua produção acadêmica, Davutoğlu foi pragmático no período em que fez parte do governo, sustentando que a Turquia deveria buscar o ingresso na União Europeia e a manutenção de boas relações com os EUA, mas que as parcerias deveriam ser diversificadas e que seu país não poderia ficar aguardando o aceite dos europeus para sempre. Assim, o país passou a adotar uma estratégia de garantir sua profundidade geográfica por meio do engajamento e da cooperação com novos atores. A Turquia assumiu para si o papel de mediador em diversos conflitos no seu entorno, a fim de atingir um ambiente regional pacificado, o que ficou conhecido como a “política de zero problemas com vizinhos”, para que o país pudesse enfatizar seu papel internacional (DAVUTOĞLU, 2001; MURINSON, 2006; GOREN, 2018).

O desenvolvimento das diversas crises na região — como as do Iraque, da Síria, do Irã, e as já quase tradicionais questões do Chipre, dos curdos e do conflito israelense-palestino — levaram a um enfraquecimento deste papel de mediação turco, por enviar sinais confusos para os vizinhos da região, que não compreendiam qual era de fato o alinhamento político do país. Assim, a Turquia foi buscando uma postura cada vez mais autônoma com relação aos assuntos regionais, contando com a permissividade e até com o impulso das dinâmicas do SI e de outros atores da região. Considerando a organização das grandes potências no cenário internacional e suas zonas de influência, é notável que os relacionamentos prioritários da Turquia no Oriente Médio são com os EUA, sobretudo via OTAN, e com a Rússia. Durante o período da bipolaridade e da unipolaridade, no século XX e no início do XXI, o país manteve-se firmemente como um aliado estadunidense na região, apesar dos anseios de governos específicos de romper tal alinhamento. A ascensão da multipolaridade, no entanto, e a volta de uma disputa quase bipolar no Oriente Médio, visto que a China, apesar de estar cada vez mais interessada, não tem priorizado a região, ao passo que a Rússia voltou a estar diretamente engajada nos seus processos, aumenta o poder de barganha da Turquia frente às grandes potências (DINI, 2013; GOREN, 2018).

A multipolaridade que vem se afirmando no SI, permite às potências médias e às potências regionais escapar dos alinhamentos automáticos com apenas uma grande potência. Em um cenário unipolar, ou mesmo na bipolaridade rígida da Guerra Fria, Estados que dispunham de significativos recursos de poder político, militar e econômico ou de localização estratégica relevante, como era e é o caso da Turquia, tinham de optar por alinhar-se ao polo (ou a um dos polos) ou ficar isolados. No ambiente multipolar, aqueles Estados que decidem seguir um rumo de política externa que dê preferência à autonomia e à busca do seu interesse nacional, como a Turquia de Erdoğan e Davutoğlu fez neste século, têm a opção de tomar uma posição pragmática, analisando quais alinhamentos fazem sentido para os seus objetivos e quais potências oferecem mais vantagens em troca daquilo que a potência média pode trazer à mesa, realizando uma barganha diplomática (DINI, 2013).

Isso é relevante, na medida em que momentos de transição de polaridade no SI se afiguram como janelas de oportunidade em que potências médias, que não somente a Turquia, podem tirar proveito do reordenamento de forças entre os polos para garantir resultados vantajosos para si, seja obtendo recursos diretamente fornecidos pelas grandes potências ou assegurando uma posição mais proeminente de destaque regional (DINIZ, 2006; DINI, 2013). Emel Parlar Dal (2016) realiza uma análise da condição turca de potência regional emergente, distinguindo entre o seu papel no Oriente Médio, nos Bálcãs e no Cáucaso — três regiões de

grande relevância geoestratégica no entorno do país. Sua conclusão é que a Turquia dispõe dos recursos materiais e ideacionais para ser considerada uma potência regional no Oriente Médio, ainda que esta seja a região com mais contendores. No entanto, a falta de embasamento institucional para o seu envolvimento na região faz com a Turquia seja uma potência regional, mas não uma liderança regional, apesar de ser por vezes apontada como um modelo a ser seguido. Percebendo as limitações da abordagem cooperativa e conciliadora que vinha sendo adotada até então, a Turquia passou a tomar posições cada vez mais independentes nos cenários global e regional. A base desse novo momento da política externa turca pode ser resumida a quatro pontos, elencados por Davutoğlu: (i) atenção máxima à defesa do interesse nacional e de uma política externa baseada em valores; (ii) atuação com autoconfiança em meio ao processo de grande transformação histórica; (iii) condução autônoma da política externa; e (iv) formulação da política externa orientada por uma visão ampla e de longo prazo (DAVUTOĞLU, 2012).

Alguns pontos marcantes em que é possível observar essa busca por autonomia estratégica e a defesa do interesse nacional, além do caso somali que será tratado mais detalhadamente na sequência do trabalho, são o conflito na Síria e a reconstrução da Líbia, tendo em conta seus efeitos para as relações da Turquia com EUA e Rússia (GOREN, 2018; SEUFERT, 2020). A fim de fazer frente ao governo Assad, ao Estado Islâmico e aos curdos na Síria, cujo separatismo é um elemento de constante preocupação para Ancara, o governo Erdoğan decidiu levar a cabo operações terrestres de incursão no território sírio em 2016. A primeira operação, denominada Escudo do Eufrates, gerou respostas diversas em termos de apoio ou condenação no mundo inteiro, mas foi realizada com a anuência do governo russo, que vinha tomando a dianteira no conflito sírio e cujas relações com o governo turco estavam instáveis. Após décadas de construção de relações positivas na esteira da Guerra Fria, as relações turco-russas haviam se deteriorado profundamente no ano de 2015, culminando com a derrubada de um bombardeiro tático SU-24M russo, que invadira o espaço aéreo da Turquia, por um caça F-16 turco em novembro daquele ano, o que levou a um recrudescimento nas relações diplomáticas entre os países e a uma drástica diminuição no seu comércio bilateral (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019).

A derrubada da aeronave russa foi considerada um escalonamento grave e inesperado das tensões entre Turquia e Rússia na fronteira Norte da Síria tanto pelos próprios russos, que viam nos turcos importantes parceiros em matérias energéticas<sup>18</sup>, quanto pelos aliados

---

<sup>18</sup> A despeito dos frequentes impasses políticos e estratégicos envolvendo Turquia e Rússia, a cooperação econômica, com destaque para as questões energéticas, tem sido a base para a manutenção de relações amistosas

ocidentais da Turquia. A deterioração das relações turco-russas levou Ancara a buscar apoio nos seus tradicionais parceiros: os EUA e a OTAN. Com a recusa, por parte dos membros da OTAN, de invocar o Artigo 5 do tratado da organização, relativo à segurança coletiva, para apoiar a Turquia se a situação se agravasse, o governo turco viu a necessidade de efetivar mudanças políticas internas, visando, em larga medida, aos seus impactos na política externa e de segurança do país. Em meio ao embate travado pelo agora presidente Erdoğan contra o chamado “Estado-paralelo” do Movimento Gülenista, evidenciado na tentativa de golpe impetrada por este grupo em julho de 2016, e à aproximação do presidente com círculos políticos mais nacionalistas e conservadores, um dos políticos substituídos foi Ahmet Davutoğlu, que ocupava o cargo de primeiro-ministro até maio de 2016, quando renunciou em função de discordâncias com Erdoğan (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019). Apesar de ter criado as bases da nova política externa turca, seu período no comando da chancelaria e do parlamento do país tiveram sucesso limitado, e a relação que veio a se desenvolver com a Rússia é sintoma disso, conforme o seguinte trecho:

Durante os primeiros anos de governo do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), a Turquia adotou a perspectiva de política externa de Ahmet Davutoğlu, caracterizada pelo lema "zero problemas com os vizinhos". Mas, com o tempo, a Turquia passou a ter problemas com a maioria de seus vizinhos. Notavelmente, ela se desentendeu com Israel, Egito, Síria, Irã e Iraque (além de disputas de longa data com a Grécia e a Armênia) e viu suas relações amistosas com seus parceiros ocidentais serem desafiadas por uma falta de confiança e de pontos comuns de interesse. A Rússia pode ser apontada como o único ator estrangeiro significativo que não impôs condições prévias à Turquia quando se tratou de aprofundar as relações estratégicas e econômicas. Isto pode ter sido o que se chama de "compartimentação" nas relações bilaterais destes dois países, bem como da renovação do comportamento da política externa russa (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019, p. 77, traduzido pelo autor).

Binali Yıldırım, o novo, e, até o momento, o último<sup>19</sup>, primeiro-ministro turco, mudou rapidamente o curso da política externa do país com relação à Síria, ao Iraque, ao Egito e à

---

entre os dois Estados. Além de Ancara importar grandes quantidades de petróleo e gás natural da Rússia, adquirindo, inclusive, mais do que o necessário para consumo interno, com o objetivo de reexportar a terceiros, a Turquia ainda controla os estreitos por onde passam significativos volumes de exportações russas. Ademais, os dois Estados cooperaram na construção de um novo gasoduto, o *TurkStream*, que tomou o lugar do antigo projeto do *South Stream*, incluindo, assim, a Turquia em um grande projeto, em operação desde 2020, que entrega mais gás natural russo à Europa, ao mesmo tempo em que desvia o fluxo que costumava atravessar a Ucrânia, cujas relações com a Rússia estão abaladas há alguns anos (KOUTROUMPIS, 2019; JIRUŠEK, 2020).

<sup>19</sup> Na esteira da tentativa falhada de golpe de Estado de 15 de julho de 2016, deflagrado pelos militares da linha kemalista mais tradicional em suposta aliança com o Movimento Gülen ou Hizmet – um grupo islamita, liderado por Fethullah Gülen, um pregador muçulmano que vive em exílio nos EUA, considerado um grupo terrorista pelo governo turco que o denomina FETO, ou Organização Terrorista Fethullahista –, o presidente Erdoğan convocou um referendo constitucional para o ano de 2017. O referendo foi aprovado de forma polêmica e por uma estreita diferença de 51% a favor e 49% contra, contando majoritariamente com os votos favoráveis ao AKP

própria Rússia, seguindo o lema de “fazer mais amigos do que inimigos”, uma evolução da noção de “zero problemas com os vizinhos”. Nesse sentido, a Turquia visou a restabelecer relações com Israel, abaladas desde 2010, e a solucionar a situação com a Rússia. Erdoğan enviou uma carta ao presidente russo, Vladimir Putin, expressando seu lamento pela derrubada do avião russo no ano anterior, e fez de São Petersburgo, em agosto de 2016, seu primeiro destino internacional oficial após a falha tentativa de golpe de Estado que enfrentou em 15 de julho do mesmo ano. A partir desse encontro, Turquia e Rússia começam a estabelecer o padrão, que vem se afirmando, em que os dois Estados conjugam rivalidade e cooperação simultâneas, em linha com o que se chamou acima de compartimentação. Essa relação turco-russa é visível inicialmente na Síria, mas o equilíbrio, ou a barganha, entre esse tipo de comportamento para com os russos e a condição da Turquia como membro da OTAN passa a constituir um elemento importante da estratégia de política externa do país em outros teatros e, inclusive, na aquisição de equipamentos militares (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019; SEUFERT, 2020).

Essa espécie de concerto entre Turquia e Rússia permitiu aos turcos seguir sua própria agenda com relação ao conflito sírio. Sua ênfase no enfraquecimento dos grupos curdos que atuavam próximo da sua fronteira, na derrubada do regime Assad, por vezes priorizando esse ponto ao combate ao Estado Islâmico, e no estabelecimento de uma zona de exclusão aérea no Norte da Síria não estavam no centro dos interesses da OTAN e dos EUA neste conflito, criando pontos de oposição (GOREN, 2018). Assim, a Turquia inicia uma série de operações militares em território sírio que, além de combater diversos grupos que são seus rivais na região, tinham o intuito de criar zonas de controle em torno de suas fronteiras, a fim de garantir a proteção do seu próprio território. Essas campanhas são um resultado decorrente do maior engajamento russo na guerra civil do país a partir de 2015, o que fortaleceu o governo central do regime de Bashar Al-Assad e empurrou grupos rebeldes opositores em direção ao Norte, para as regiões próximas da fronteira turca. Por esse motivo, as Forças Armadas organizaram incursões no território sírio, em conjunto com um grupo denominado Exército Nacional Sírio, ou Exército Livre da Síria apoiado pela Turquia (TFSA), visando a afastar alguns desses grupos rebeldes, e, por vezes, as próprias tropas do governo sírio, a fim de estabelecer zonas tampão e assegurar as relevantes atividades econômicas transfronteiriças que são cruciais para os dois países (KHADDOUR, 2020).

---

no interior da Anatólia. A proposta posta a voto era uma reforma constitucional profunda que extinguiu o cargo de primeiro-ministro e transformando a Turquia de uma república parlamentarista em uma república presidencialista, concentrando o poder nas mãos do presidente, que era, à época, e segue sendo até o momento Recep Tayyip Erdoğan (BBC, 2017; RÜMA; ÇELİKPALA, 2019).

As primeiras operações foram voltadas ao combate contra o Estado Islâmico e as Forças Democráticas Sírias (SDF), que são um grupo armado de origem étnica diversa, apoiado pelos EUA, criado para combater o próprio Estado Islâmico e para defender os interesses dos curdos no Norte da Síria. Entre 24 de agosto de 2016 e 29 de março de 2017, a Turquia realizou a Operação Escudo do Eufrates (*Operation Euphrates Shield* ou *Firat Kalkanı Harekâtı*) na região Norte da província de Aleppo. A operação contou com o apoio estadunidense, russo e britânico em seus aspectos que envolviam o combate ao Estado Islâmico, mas a Turquia utilizou o avanço de suas forças para empurrar as tropas das SDF para a margem Leste do rio Eufrates, enfraquecendo a posição curda e garantindo o sucesso absoluto da missão turca. Entre janeiro e março de 2018, a Turquia lançou outra campanha, a Operação Ramo de Oliveira (*Operation Olive Branch* ou *Zeytin Dalı Harekâtı*), supostamente contra os mesmos adversários, mas desta vez visando de fato a combater as SDF na região de Afrin, na porção Noroeste da província de Aleppo. Apesar do apoio fornecido pelo governo central sírio, que entrou em acordo com os curdos para combater a incursão turca, as SDF foram derrotadas e a Turquia tomou o controle da cidade de Afrin, forçando a recuada dos curdos (ÇAVUŞOĞLU, 2018; RÜMA; ÇELİKPALA, 2019; KHADDOUR, 2020).

Em 9 outubro de 2019, após extensas negociações com o governo de Washington, que levaram à retirada dos efetivos estadunidenses de diversas zonas no Norte da Síria, a Turquia lançou a Operação Nascente de Paz (*Operation Peace Spring* ou *Bariş Pınarı Harekâtı*). A operação conduzida pelas Forças Armadas Turcas, em conjunto com seus aliados do TFSA, teve o objetivo declarado de afastar os curdos das SDF e do Curdistão Ocidental (também denominado Curdistão Sírio, Rojava ou, oficialmente, Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria) de áreas no Norte da Síria, ao Leste do rio Eufrates, a fim de realocar refugiados que estavam vivendo na Turquia para aquela região. A operação logrou esse objetivo, mas acabou colocando as forças turcas em conflito com o Exército da Síria, do governo Assad, apoiado pela Rússia, que tomou o controle de algumas cidades na região. Essa ofensiva, em específico, gerou diversas críticas ao governo de Ancara, tanto de seus tradicionais aliados ocidentais, quanto dos russos. No entanto, a Turquia considerou a operação um sucesso, tendo chegado, no dia 17 de outubro, a um cessar-fogo promovido pelo governo estadunidense, em que ficou estabelecida a retirada das tropas das SDF de uma faixa de 120 km de extensão e 30 km de profundidade na fronteira entre Síria e Turquia. O acordo foi majoritariamente respeitado, mas, antes do recuo completo das forças curdas, um segundo cessar-fogo foi estabelecido, desta vez intermediado por Moscou, que estendeu o prazo para a retirada e estabeleceu patrulhas conjuntas turco-russas na chamada zona segura. O processo

em torno da Operação Nascente da Paz explicita a nova forma de condução da política externa e de segurança da Turquia, baseada em ações autônomas e no balanço em meio às disputas das grandes potências na região (URAS, 2019; KHADDOUR, 2020).

Um elemento diplomático institucional que afirma esse novo posicionamento turco, com destaque para o tipo de relacionamento existente entre Ancara e Moscou, é o processo de paz de Astana<sup>20</sup>, em que Rússia, Irã e Turquia negociam o encerramento do conflito civil sírio desde o final de 2016. Ao participar dessas tratativas, a Turquia deixou de lado sua agenda inicial, alinhada aos EUA, de defesa da mudança de regime e da derrubada do governo Assad, para que pudesse atuar como representante internacional das forças de oposição. O compromisso das partes envolvidas nessas conversas é apoiar a integridade territorial de uma República Árabe da Síria que seja multiétnica, multirreligiosa e não sectária. Desse modo, a Turquia consegue se afirmar como uma das forças regionais centrais para a resolução do conflito, estabelecendo um canal de diálogo mais efetivo com Moscou e impedindo a criação de um Estado curdo próximo de sua fronteira. As relações turco-russas, no entanto, seguem marcadas pela dualidade, visto que ao mesmo tempo em que articulam processos de paz na Síria e em outros teatros, suas tropas e as de seus aliados seguem se vendo envolvidas em lados contrários de engajamentos militares<sup>21</sup> (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019; SEUFERT, 2020).

Exemplo de como as tensões entre os dois países persistem, mesmo em meio ao processo de paz de Astana, é a região de Idlib, província no Noroeste sírio, que foi palco da quarta ofensiva turca no país, a Operação Escudo da Primavera (*Operation Spring Shield* ou *Bahar Kalkanı Harekâtı*), entre fevereiro e março de 2020. Os Estados reunidos na capital cazaque estabeleceram diversas zonas de desescalamento próximas à fronteira turco-síria, o que está de acordo com os interesses da Turquia no sentido de evitar um maior fluxo de refugiados sírios em direção ao país, bem como de afastar e enfraquecer as forças curdas (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019). Uma dessas zonas compreende a cidade e a região em torno

---

<sup>20</sup> Como era então conhecida a capital do Cazaquistão, cujo nome foi alterado em 2019 para Nur-Sultã ou Nursultan, em homenagem ao ex-presidente do país, Nursultan Nazarbayev.

<sup>21</sup> Além da Síria e da Líbia, outro teatro importante onde russos e turcos apoiaram lados opostos foi o Sul do Cáucaso, no conflito entre Armênia e Azerbaijão pela região do Nagorno-Karabakh. O Azerbaijão é um dos maiores aliados turcos, sendo frequentemente descritos como “uma nação em dois Estados”. Já a Armênia faz parte da esfera de influência da Rússia e tem relações pouco amistosas, para dizer o mínimo, com a Turquia desde o período otomano, em que os armênios acusam os turcos de genocídio. Mais recentemente, no entanto, a Turquia tem apoiado cada vez mais diretamente seu aliado, que conquistou uma importante vitória sobre os armênios no final de 2020. A Rússia, no entanto, não interveio de forma incisiva, em função de motivos provavelmente políticos e estratégicos não divulgados. O que se observa, mais uma vez, é que russos e turcos estiveram, mais uma vez, apoiando lados opostos em um conflito sem que isso deteriorasse suas relações (ISACHENKO, 2020).

de Idlib, que era controlada pela Turquia e seus aliados. Contudo, ao longo dos primeiros meses de 2020, as posições turcas estiveram sob constante ataque pelas forças do regime Assad, que contavam com apoio russo, culminando na morte de mais de trinta soldados turcos em função de um ataque aéreo no dia 27 de fevereiro daquele ano. A Turquia rapidamente organizou sua resposta, lançando, no dia seguinte, a Operação Escudo da Primavera, como retaliação pelo ataque sofrido. A situação em Idlib continuou escalonando, com ataques terrestres e aéreos diários gerando perdas materiais e de vidas em ambos os lados. Essa conflagração aumentou as tensões entre Ancara e Moscou, mas foi a diplomacia entre os dois governos que conteve o escalonamento do conflito e pôs fim à conflagração (GLOBAL SECURITY, 2021). O seguinte trecho resume a relevância do acordo alcançado:

Um novo acordo com a Rússia, em 05 de março de 2020, dissipou o espectro de um grande conflito decorrente da recente escalada das tensões em Idlib na Síria. Um impasse acalorado entre o Exército sírio e a Turquia parece ter sido evitado. Tudo isso graças aos esforços diplomáticos de Moscou e Ancara, o que levou a um novo acordo sobre a conturbada província, após quase seis horas de negociações. O conflito tinha ameaçado sair de controle a qualquer minuto, arrastando ambos os adversários - bem como os aliados da Síria em Moscou e possivelmente até os parceiros da OTAN da Turquia - para uma guerra total (GLOBAL SECURITY, 2021, online).

Constata-se, portanto, que a relação entre Turquia e Rússia é complexa e marcada por equilíbrio instável entre interesses geoeconômicos comuns e interesses políticos e geoestratégicos por vezes opostos. Importa ressaltar, no entanto, que a participação turca no processo de paz de Astana e as negociações de alto nível para solucionar empasses existentes entre Ancara e Moscou são exemplos institucionais do reconhecimento tácito da Turquia como uma potência regional crucial para a efetividade da resolução de conflitos no Oriente Médio. Esse canal de negociação — inimaginável durante quase toda a história dos dois Estados, rivais históricos durante seus períodos imperiais, alinhados em lados opostos durante a Guerra Fria e após seu fim — segue atuando para buscar um fim para o conflito na Síria, com a Turquia ainda mantendo o controle de regiões importantes (vide Figura 3), e foi estendido para outras questões de interesse turco, em que seus aliados ocidentais não estiveram interessados em apoiá-la (RÜMA; ÇELİKPALA, 2019; SEUFERT, 2020).

**Figura 3** – Mapa das Regiões controladas pela Turquia na Síria após março de 2020



Fonte: Khaddour (2020).

Além das operações militares próprias em torno de suas fronteiras e dos conflitos com os russos e seus aliados, que já foram destacados, o governo turco vem tomando medidas que visam a afirmar sua autonomia frente aos EUA. A decisão de maior repercussão, em anos recentes, foi a aquisição de sistemas móveis de mísseis superfície-ar (SAM) S-400 da Rússia, em 2017, no lugar dos sistemas *Patriot*, da estadunidense Raytheon, recusados por Ancara. Esse movimento foi condenado por Washington e por outros membros da OTAN, que consideraram que a operação de sistemas de armas russos por um membro da organização ofereceria riscos aos outros Estados, em função da possível coleta de dados, por parte de Moscou, acerca dos outros equipamentos operados pelos turcos e por seus aliados. Quando a compra foi concretizada, em 2019, os EUA impuseram sanções à Turquia, com destaque para a exclusão do país do programa de jatos F-35, os quais a Turquia ajudou a desenvolver e produzir, mas nunca recebeu, pois a plataforma era considerada demasiadamente valiosa e muito suscetível aos riscos apresentados pela interoperação com sistemas russos (MACIAS, 2020).

Günter Seufert (2020) aponta que o fato de Turquia e Rússia não serem aliados automáticos ou naturais, dado que a primeira é um membro da OTAN, que tem na Rússia sua rival histórica, é um elemento que confere maior legitimidade a suas ações conjuntas. Além

do longo conflito pela região do Nagorno-Karabakh, cuja configuração se assemelha a uma guerra *proxy*, ou por procuração, em que a Turquia apoia o Azerbaijão e a Rússia está do lado é aliada da Armênia, a Líbia passou, também, a ser um teatro desta complexa relação.

A falha da política de “zero problemas com os vizinhos” teve como um de seus efeitos práticos o isolamento da Turquia no Leste do Mediterrâneo. Visando a recuperar seu ativismo na região, mais uma vez de forma autônoma e até agressiva, Ancara passou a se aproximar do governo de Trípoli, reconhecido pela ONU, com o objetivo de chegar a um acordo quanto a uma antiga proposta de delimitação das plataformas continentais dos dois países. O governo líbio condicionou seu aceite ao envio de apoio militar turco para o enfrentamento das forças do marechal Khalifa Haftar — apoiado direta e indiretamente pelos Emirados Árabes Unidos, pelo Egito, pela França e pela Rússia — pedido este que foi aceito pela Turquia. A partir deste movimento, e em decorrência dos canais de cooperação estabelecidos entre Moscou e Ancara a partir da Síria, a Rússia passou a incrementar seu próprio apoio a Haftar, afastando os outros aliados e assumindo um maior controle sobre o grupo para aumentar a eficácia de negociações com a Turquia. Desse modo, russos e turcos apoiam lados opostos em três conflitos distintos no entorno estratégico da Turquia e, ainda assim, seguem mantendo abertos canais de cooperação econômica e estratégica (SEUFERT, 2020; YILDIZ, 2021).

Ancara e Moscou não têm, evidentemente, em uma relação entre iguais, mas suas interações apontam para uma série de elementos importantes no que diz respeito à atual realidade do SI e das dinâmicas geoestratégicas do Grande Oriente Médio. Essa colaboração contraditória surge como uma resposta à falta de atenção dos aliados da OTAN para os interesses turcos, o que possibilita uma tomada de decisão crescentemente autônoma por parte da Turquia. A Rússia seria, em tese, a grande potência que poderia constranger os turcos e evitar o sucesso de suas ações. No entanto, as duas partes perceberam que o concerto dos seus interesses, enquanto apoiam lados conflitantes em teatros diferentes, permitiria o estabelecimento de uma relação de equilíbrio assimétrico, na qual Moscou tem maior influência sobre as decisões de Ancara, mas é mais vantajoso para ambas que haja um *quid pro quo* envolvendo os três conflitos e outras áreas de interesse, levando a ganhos maiores para turcos e russos do que uma eventual conflagração direta mais intensa. Em suma, a Rússia ganha ao afastar a influência dos EUA do seu entorno próprio e concentrar seus inimigos em Ancara, com quem tem canais de comunicação efetivos e um poder de influência maior. Já a Turquia ganha ao se afirmar como uma potência regional, utilizando esse status para alavancar sua posição em outras relações, como a com a Somália, além de atender a diversos de seus interesses estratégicos. Destacam-se, conforme referido anteriormente, o

enfraquecimento dos curdos, a busca por apoio nas disputas territoriais sobre o Leste do Mediterrâneo, o auxílio aos seus aliados azeris no Sul do Cáucaso e a afirmação da autonomia de atuação, por via da barganha com as grandes potências, em linha com as novas prioridades de atuação em matéria de política externa e de segurança do atual governo do AKP (SEUFERT, 2020; YILDIZ, 2021).

### 3.3 INÍCIO DA APROXIMAÇÃO ENTRE TURQUIA E SOMÁLIA: A CRISE HUMANITÁRIA DE 2011 E A AÇÃO MULTIDIMENSIONAL

O ano de 2011 representou uma inflexão relevante no rumo da política externa turca com relação ao continente africano. Conforme apontado anteriormente, uma série de mudanças em termos de política interna, de direcionamento da política externa e do próprio cenário internacional estavam em curso na Turquia e no mundo no início da segunda década do século XX. Contudo, é a partir da crise climática e humanitária que aflige a Somália em 2011 que esses processos, os quais vinham se desenvolvendo ao longo dos anos anteriores, se cristalizaram em torno de um caso específico e passaram a tomar o desenho de um modelo *sui generis* de cooperação internacional, afirmando seu caráter multidimensional (ÖZKAN, 2018b). A presente seção busca, portanto, apresentar o início da aproximação efetiva entre a Turquia e a Somália após 2011, processo que será apresentado em maiores detalhes no capítulo seguinte. Visa-se, inicialmente, a fazer uma recuperação do panorama humanitário e securitário naquele momento, a fim de compreender o que havia de particular que levasse a ações do governo turco naquele momento em específico. Além disso, busca-se explicitar quais fatores internos impulsionaram a tomada de ação, por parte das autoridades, no sentido de buscar um maior engajamento com a Somália. Ademais, os primeiros movimentos da aproximação entre os dois países serão descritos, destacando a coordenação entre a atuação de agências do governo, grupos da sociedade civil e empresas.

A combinação, já descrita anteriormente, de fatores climáticos, com a falta de chuvas, econômicos, com o aumento dos preços de alimentos, e securitários, com a persistente atuação de grupos insurgentes e terroristas no país, levou a Somália a uma crise de fome, ou carestia, em 2011. A ONU declarou que regiões do Centro e do Sul do país passavam por uma situação de fome em julho de 2011, o que foi considerado excessivamente tarde por analistas da área que acompanhavam a situação e buscavam maior atenção da comunidade internacional para a crise (ONU, 2011; CHECCHI; COURTLAND ROBINSON, 2013). A carestia vivida pelo país levou à morte de cerca de 260.000 pessoas, muitas delas crianças, em

uma das piores crises de fome da história recente. Apesar disso, muitos países ocidentais ficaram reticentes em enviar apoio ao povo somali, temendo que o Al-Shabaab pudesse se apossar dos recursos enviados ao país e usá-los para financiar suas atividades (MAXWELL; FITZPATRICK, 2012). A Turquia, no entanto, percebeu que havia uma relativa estabilidade em meio ao conflito civil no país, sobretudo na região de Mogadíscio, em função da atuação da AMISOM na área. Desse modo, a partir da mobilização de recursos econômicos e políticos internos, o governo turco iniciou uma política de ajuda humanitária proativa para a Somália no mês seguinte, atingindo rapidamente um alto nível de relevância na agenda internacional do país (TANK, 2015).

Em 19 de agosto de 2011, o então primeiro-ministro turco Recep Erdoğan realizou uma histórica visita oficial a Mogadíscio. Essa foi a primeira visita de um chefe de Estado ou de governo de um país de fora não africano à Somália em quase vinte anos e serviu a diversos propósitos da política externa turca. Erdoğan foi à Somália acompanhado por uma comitiva de aproximadamente 200 pessoas, incluindo membros do seu gabinete, agentes humanitários, enviados culturais, empresários e sua própria família. Além de iniciar o engajamento formal de alto nível entre os dois países, o intuito da Turquia neste momento era de tentar trazer atenção internacional para a situação da Somália, que despertara interesse e solidariedade no público turco, o qual passou a demandar que seu governo tomasse medidas para apoiar o povo somali. O clamor da sociedade civil turca, à medida que as imagens de crianças afetadas pela fome chegavam à mídia do país, era grande e foi intensificado pelo fato de que o Ramadã, mês sagrado do calendário muçulmano em que os fiéis praticam o jejum ritual, coincidiu quase que exatamente com o mês de agosto daquele ano, que foi o período em que a crise somali repercutiu no país. O apoio à Somália estava alinhado com as propostas do AKP de buscar uma aproximação com a África e, conforme a composição da comitiva do primeiro-ministro turco aponta, fazia parte da abordagem multidimensional da política externa turca, envolvendo questões políticas, econômicas, humanitárias, culturais e religiosas. As duas últimas áreas eram parte-chave da agenda de alguns membros do governo, mas eram respaldadas pelos interesses da sociedade turca (SAFERWORLD AND IPC, 2015). Além disso, a familiaridade cultural e religiosa ajudou para que o povo somali tivesse, também, uma visão mais positiva da presença turca no país, como indicado no trecho a seguir:

Entre os beneficiários do programa humanitário de assistência na Somália, há um grande entusiasmo pela abordagem turca, que é holística e diversificada, combinando negócios, educação, desenvolvimento e ajuda com a construção da paz e com a política [...]. Ela é considerada diferente do engajamento humanitário tradicional por sua proximidade às necessidades imediatas dos beneficiários e por

seu comprometimento aparentemente apolítico. Onde os doadores tradicionais são considerados como tendo interesses políticos próprios, o compromisso da Turquia com a Somália, enquadrado em um entendimento comum de valores islâmicos, é apresentado como um humanitarismo "mais puro" — empreendido pelo "amor de Deus e sem nenhuma agenda secreta". Assim, o foco nos valores islâmicos é visto como um quadro normativo alternativo ao engajamento ocidental e liberal para a construção da paz (TANK, 2015, p. 3-4, traduzido pelo autor).

Apesar do discurso dos valores e da identidade comum baseada na crença religiosa, compartilhada pela vasta maioria das populações dos dois países, ficar geralmente circunscrito à esfera da retórica, é notável que neste caso em específico seus efeitos práticos são marcantes. O islamismo, como evidência de uma trajetória histórica comum a turcos e somalis, é um dos fundamentos da corrente de pensamento neo-otomanista, que ganhava cada vez mais proeminência nos círculos políticos de Ancara. Assim, a religião ganhou destaque como um dos elementos que compunham a política externa multissetorial e multidimensional defendida por Erdoğan e Davutoğlu (GOREN, 2018). A religião atuou, desse modo, como uma força motriz da aproximação entre os dois países, na medida em que foi um fator que legitimou o papel da Turquia frente à população e ao governo somali, além de ter gerado uma demanda de massa que partiu da sociedade turca e respaldou a ação do governo. Houve, portanto, uma convergência de interesses entre a população da Turquia, que desenvolveu um interesse pela crise de carestia somali por conta das imagens que chegavam pela mídia, e os formuladores de política externa turcos, que desejavam uma maior aproximação com a África, utilizando o islamismo como uma ferramenta para tal (ÖZKAN, 2013b).

A religião auxilia, ainda, na compreensão do motivo por que a aproximação entre a Turquia e a Somália aconteceu quando aconteceu. É evidente que a tragédia humana representada pela fome e pela seca no país africano era enorme e deveria despertar a solidariedade de qualquer um. Todavia, a Turquia nunca fora um grande fornecedor de ajuda humanitária, situação que passou a se alterar a partir de 2011. Há questões religiosas que, aliadas aos interesses políticos já destacados, apontam razões pelas quais o mês de agosto de 2011 foi um momento de inflexão na relação turco-somali. A situação de fome na Somália foi declarada internacionalmente no dia 21 de julho daquele ano, cerca de dez dias antes do início do Ramadã, o mês sagrado para os muçulmanos. O Ramadã é o nono mês do calendário muçulmano, que opera em um sistema lunar, e durou, em 2011, entre os dias 01/08 e 30/08 do calendário gregoriano. Neste mês, além de praticar o jejum ritual, que dura entre o nascer e o pôr-do-sol, os fiéis respeitam um dos cinco pilares da religião, o *Zakat*<sup>22</sup>. Esse princípio, que

---

<sup>22</sup> O *Zakat* difere do *Sadaqah*, que representa qualquer doação ou ato de caridade feito por um fiel sem esperar nada em troca. A realização do *Sadaqah* é incentivada entre os muçulmanos a qualquer momento e quando o fiel

pode ser traduzido como “crescer”, “aumentar” ou “aquele que purifica”, afirma, em linhas gerais, que muçulmanos que possuem riquezas acima de um patamar descrito no Corão, seu livro sagrado, devem doar um valor próximo a 2,5% de sua riqueza. O ato tem o objetivo de fortalecer a comunidade muçulmana ao prover apoio para aqueles que mais precisam. Em geral, os grupos beneficiados incluem os mais pobres, os endividados, aqueles que estão longe de suas casas e aqueles que lutam pela causa de Alá, seja espalhando sua palavra ou trabalhando em mesquitas, hospitais e escolas (ORPHANS IN NEED, 2020).

Dessa forma, a chegada das imagens do sofrimento da população somali, quase toda ela muçulmana, no período do Ramadã, em que a sociedade turca é levada a refletir e a realizar doações e caridade, contribui para a aproximação entre os dois países. Todo ano, durante esse mês do calendário muçulmanos, as doações realizadas por países muçulmanos para caridades e organizações humanitárias internacionais crescem consideravelmente (RELIEFWEB, 2017a). Com base nisso, o governo turco, impelido pelo apoio da sociedade e motivado por seus próprios interesses, começa a organizar uma iniciativa de apoio à Somália, utilizando a solidariedade entre povos muçulmanos durante seu mês sagrado como um elemento de coesão e convencimento. Já no dia 19 de agosto, na visita de alto nível a Mogadíscio, o governo turco anunciou que havia angariado USD 115 milhões entre recursos públicos e doações de civis destinados à Somália (BBC, 2011). Ademais, alguns dias antes, em 17 de agosto, a Turquia havia convocado uma cúpula de emergência da OCI em Istambul, em que os países muçulmanos lá reunidos destinaram outros USD 350 milhões para o combate à fome na Somália (VILLELBEITIA, 2011). Com isso, a Turquia visou a trazer a atenção internacional para a situação do país africano, mostrando pelo próprio exemplo que era possível realizar uma aproximação com a Somália. Foi a partir deste ponto que a Turquia iniciou um esforço coordenado de ação no país do Chifre da África, unindo instituições governamentais, da sociedade civil e grupos religiosos (BBC, 2011; TANK, 2015).

Após a visita de Erdoğan a Mogadíscio em agosto de 2011, a Turquia anunciou sua intenção de reabrir uma embaixada na capital somali, tornando-se, em novembro daquele mesmo ano, o primeiro Estado não africano a fazê-lo após quase duas décadas. Além de incentivar outros países e organizações internacionais a fazer o mesmo, este foi um passo que indicou a intenção do governo turco de buscar uma continuidade para a cooperação oficial entre os dois países, para que a aproximação não se limitasse a uma ajuda de emergência pontual (BRIDGER, 2012). A Turquia visava a seguir e a intensificar a cooperação bilateral

---

desejar, já o *Zakat* deve ser realizado obrigatoriamente ao menos uma vez em cada ano do calendário muçulmano, sendo usualmente realizado durante o Ramadã (ORPHANS IN NEED, 2020).

de alto nível com a Somália, a qual tivera seu primeiro marco na assinatura de um acordo de cooperação em temas de segurança ainda em 2010. Mas é a partir da crise de 2011 e da reabertura da embaixada em Mogadíscio que o principal órgão do governo turco para o fornecimento de assistência oficial para o desenvolvimento, a Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TİKA), abriu um escritório na capital do país africano. A TİKA, que esteve institucionalmente subordinada ao primeiro-ministro turco até a reforma constitucional de 2018, quando passou a fazer parte do Ministério da Cultura e do Turismo, é a agência que coordena as demais instituições do governo da Turquia, tanto em medidas de ajuda humanitária pontual, quanto em projetos de promoção do desenvolvimento no exterior a longo prazo (SAFERWORLD AND IPC, 2015).

Em 2011, a TİKA teve seu mandato dentro do governo turco renovado, passando a enfatizar o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a agência é uma parte fundamental da atuação turca na Somália — e em outras regiões, visto que ela atua em mais de 100 países em todos os continentes e mantém mais de 60 escritórios fixos no exterior — por diversos aspectos. Primeiramente, pois a TİKA tem seu próprio orçamento interno para realizar projetos em países parceiros, os quais podem partir de demandas de seus próprios escritórios, de embaixadas turcas ou seguindo acordos estabelecidos a nível político. Uma segunda questão é que a agência atua na implementação de projetos de assistência organizados por outros ministérios do governo turco ou mesmo autorizados a partir do próprio escritório do primeiro-ministro, à época, ou do presidente, atualmente. Ademais, a TİKA coordena ações de instituições de governo como os ministérios da Saúde, Educação, Economia e Comércio, além de outras entidades de Estado como a Agência de Administração de Desenvolvimento de Moradia (TOKİ) e até universidades públicas. A agência ainda organiza ações por meio do Ministério do Interior, que visam a fornecer programas de treinamento para forças policiais, e das Forças Armadas da Turquia, cujo papel será destacado em outra seção deste trabalho. Por fim, a TİKA atua em conjunto com outras entidades de governo, como a Agência de Administração de Desastres e Emergências (AFAD) e o *Kızılay*, o braço turco do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, que é o principal distribuidor individual de assistência oficial para o desenvolvimento do país, recebendo doações do público e atuando também de forma independente da estrutura estatal, como uma Organização Não Governamental (ONG). Em suma, a TİKA tem sido a principal responsável pela assistência oficial fornecida pelo governo turco à Somália, a qual foi mudando de perfil, passando de uma resposta de emergência à crise de 2011 a um programa de desenvolvimento sustentável, enfatizando as

áreas de água e saneamento, infraestrutura econômica, educação, saúde, governança e construção de instituições (SAFERWORLD AND IPC, 2015).

Como parte da estratégia multidimensional de política externa preconizada pela Turquia, ONGs, organizações religiosas — ligadas ou não ao Estado — e empresas também têm um papel relevante nas relações turco-somalis. Após os primeiros meses de aproximação entre os Estados, que, apesar de partir de uma demanda popular, foi organizada por instituições do governo, as entidades turcas da sociedade civil passaram a assumir um papel cada vez mais destacado na Somália nos anos seguintes. Exemplo disso é o fato de, no ano de 2012, a Somália ter sido o quinto principal destino de recursos de assistência humanitária do governo da Turquia, mas ter sido o principal destino dos recursos de ONGs turcas, representando um montante de USD 26,41 milhões que aumentou no ano seguinte para USD 36,1 milhões. Além do *Kızılay*, que é a ONG turca de maior destaque no país africano, há outras organizações importantes que atuam na Somália de forma direta ou indireta e em diversos campos, dentre as quais destacam-se: a İHH (*İnsan Hak ve Hürriyetleri İnsani Yardım Vakfı* ou Fundação de Ajuda Humanitária para Direitos Humanos e Liberdades); a Associação Deniz Feneri; *Yardımlı* (Mãos Amigas); *Yeryüzü Doktorları* (Médicos do Mundo); e *Kimse Yok Mu* (Tem Alguém Aí?). A maioria dessas organizações desenvolve suas atividades em Mogadíscio, contando com trabalhadores e voluntários vindos da Turquia, na abordagem denominada “ajuda direta” (SAFERWORLD AND IPC, 2015).

Conforme destacado anteriormente, aspectos religiosos desempenharam um papel relevante no movimento inicial de aproximação entre a Turquia e a Somália. Um órgão central para a organização e articulação de ações turcas relativas a estes temas é a Presidência para Assuntos Religiosos, geralmente denominada *Diyanet*, que lida com todos os assuntos relativos à maioria muçulmana sunita do país. Seu objetivo original, em linha com o princípio kemalista do secularismo, era controlar as atividades religiosas no país, contratando imames, pagando seus salários, organizando a vida religiosa — a fim de evitar sua interferência na política — e atuando como a autoridade máxima em questões práticas e doutrinárias. Contudo, a partir dos anos 1980, quando a cultura e a religião muçulmana começam a fazer mais parte da vida política na Turquia, a *Diyanet* passa a se envolver aos poucos em matérias de política externa. Inicialmente, isso ocorreu pela sua aproximação com a população turca que emigrara para países da Europa Ocidental, passando, na sequência, ao estabelecimento de relações com autoridades religiosas em outros países (ÖZKAN, 2014b). Atualmente, segundo Özkan (2014b), a despeito de ser uma organização governamental de um Estado formalmente laico, que é o caso da Turquia, a *Diyanet* é a maior e mais centralizada organização religiosa

muçulmana no mundo, podendo ser comparada, em escopo e capacidades, apenas ao Vaticano. Assim, este órgão, aliados a outras instituições religiosas turcas, como a Fundação *Hüdayi* e a organização denominada *Suleymancılar*, são cruciais para o aprofundamento do poder brando (*soft power*), que será melhor explicado na sequência, da Turquia em países de maioria muçulmana, como a Somália, sobretudo pelo seu papel na esfera educacional (ÖZKAN, 2014b).

Há de se destacar, no entanto, que o papel da religião na política externa da Turquia está intimamente conectado a questões de ordem política. Apesar da *Diyanet* já existir e já ter começado a mudar sua função dentro do governo turco antes deste século, é após a chegada do AKP ao poder — com sua nova visão com relação à política externa e ao relacionamento com a comunidade islâmica, bem como acerca do papel da religião no governo, sendo mais permissivo e até receptivo à influência do islamismo — que essa organização ganha destaque na condução da política exterior turca (ÖZKAN, 2014b). Outro exemplo claro da conexão entre a religião e a política na Turquia é a questão do Movimento Gülen. Esse grupo estivera envolvido com a política externa turca para a África, inclusive na Somália, onde possuía duas escolas e um hospital. No entanto, após a tentativa de golpe de 2016, pela qual o governo Erdoğan responsabilizou o líder do movimento, Fethullah Gülen, teve início uma campanha, por parte da Turquia, para que outros países exigissem o fechamento de instituições ligadas ao movimento, que passou a ser considerado um grupo terrorista por Ancara. Ainda que muitos países não tenham atendido às solicitações do governo turco, o parlamento da Somália reuniu-se menos de um dia após o golpe frustrado e decidiu pela interrupção dos serviços das duas escolas e do hospital ligado ao Movimento Gülen, os quais ficaram sob custódia da polícia somali. Ficou claro, dessa forma, que a atuação das organizações religiosas tem uma carga política e que a Somália estava atenta aos desenvolvimentos internos à Turquia que poderiam impactar suas relações (SHEIKH, 2016).

Outro aspecto relevante das relações turco-somalis é a questão econômica e comercial, bem como a função das empresas turcas no país africano. A Turkish Airlines, empresa de economia mista e uma das mais relevantes do país, foi pioneira ao tornar-se a primeira companhia aérea de fora do continente africano a realizar voos diretos para a Somália após quase duas décadas, na esteira da visita do primeiro-ministro turco a Mogadíscio em 2011 (DURMAZ, 2021). A partir de então, os fluxos comerciais entre os dois países tiveram um crescimento muito significativo, como será detalhado na sequência do trabalho. Além disso, diversas empresas turcas do ramo da construção civil começaram a atuar no país africano, construindo infraestrutura para setores como o de água e saneamento, saúde, educação e,

principalmente, transportes, incluindo o aeroporto da capital, que foi renovado pela empresa Kozuva e passou a ser operado pela Favori, do mesmo consórcio, e seu porto, cuja operação será controlada pelos próximos 20 anos pela Albayrak. É importante, também neste setor, destacar o envolvimento do Movimento Gülen e as consequências da tentativa de golpe de 2016. Uma das organizações que capitaneava o movimento de empresas turcas em direção à África era a Confederação Turca de Empresários e Industrialistas (TUSKON). Desde sua fundação em 2005, a TUSKON era profundamente ligada aos gülenistas, sendo vista como uma das suas fontes de financiamento, o que levou ao seu fechamento em julho de 2016, evidenciando a conotação política também da atuação de empresas turcas no país e no exterior (SAFERWORLD AND IPC, 2015; TABAK, 2016).

Fica claro, portanto, que o período de governo do AKP representou uma inflexão muito importante para a política externa da Turquia, balizada por uma nova visão estratégica que enfatizava a multidimensionalidade. Em meio a um contexto em que o SI passa por profundas alterações e alianças tradicionais deixam de render os resultados esperados, o governo turco voltou sua atenção para outras regiões. O Grande Oriente Médio e a África como um todo ganharam destaque dentro de uma visão de política externa que era também multissetorial, valorizando as questões políticas, econômicas e estratégicas, mas também as humanitárias, socioculturais e religiosas. Por meio de uma atuação internacional crescentemente autônoma, independente e ativa com relação aos seus vizinhos e às grandes potências, a Turquia tem se afirmado como uma potência média e regional relevante e até crucial para a maioria das questões políticas no seu entorno. Ademais, essa autonomia permitiu que o país buscasse novas parcerias que fossem benéficas ao seu interesse nacional. A Somália desponta, desse modo, como um caso em que a Turquia encontrou um cenário propício para pôr em prática sua nova estratégia e analisar seus resultados, debatidos no próximo capítulo, visando a sua aplicação alhures (ÖZKAN, 2017).

#### **4 RELAÇÕES TURQUIA-SOMÁLIA APÓS 2011: ANÁLISE POR SETORES E RESUMO DO MODELO**

A multidimensionalidade e a multissetorialidade são duas das características mais relevantes da nova visão de política externa da Turquia. A diversificação de parceiros e de campos de cooperação tem sido crucial para que o país possa ter uma atuação cada vez mais autônoma, independente e efetiva, no sentido de criar relações que estejam alinhadas à busca pelo interesse nacional turco, mas que também sejam aceitáveis e vistas favoravelmente por governos e populações locais. O caso concreto das relações entre Turquia e Somália é emblemático desse novo paradigma de ação internacional, sendo descrito como um laboratório ou como um teste das possibilidades e limitações deste tipo de atuação no continente africano (ÖZKAN, 2013b; 2017). A fim de atender ao terceiro objetivo secundário do presente trabalho, de avaliar das relações bilaterais entre os dois países e verificar a existência de elementos para um modelo de cooperação entre uma potência média e um Estado periférico, é útil apresentar alguns setores desta cooperação separadamente.

Assim, o presente capítulo está estruturado em três seções, que visam a descrever e analisar as relações entre a Turquia e a Somália entre os anos de 2011 e 2020. As primeiras duas seções terão um caráter mais descritivo e explicativo, buscando elencar os principais acontecimentos para a relação entre os dois Estados ocorridos nessa década e trazer dados relevantes para a observação de alterações quantitativas ou qualitativas, no padrão de relacionamento entre eles. A primeira seção focaliza os setores de cooperação em que, por mais que haja participação ou interferência dos governos, constata-se uma grande relevância de organizações não estatais, ou seja, as relações humanitárias, socioculturais, econômicas e comerciais. A segunda seção visa a descrever os processos de cooperação em que os Estados têm uma centralidade maior, enfatizando, assim, as questões políticas e securitárias, a fim de descrever a participação turca nas dinâmicas de poder internas à Somália e de analisar a conexão entre as atitudes destes dois países e o contexto geopolítico e geoestratégico da região. Por fim, a terceira seção, que encerra o capítulo, tem um caráter mais analítico, buscando fazer uma recuperação geral dos pontos centrais debatidos ao longo do trabalho, com o intuito de destacar quais são os elementos centrais do modelo turco de cooperação. Busca-se, dessa maneira, atender a todos os objetivos do presente trabalho e obter subsídios para pesquisas futuras, envolvendo outros atores ou a elaboração de modelos abstratos.

#### 4.1 RELAÇÕES HUMANITÁRIAS, SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS

A partir da crise de 2011, as políticas humanitárias, econômicas e socioculturais foram responsáveis pelos primeiros movimentos de aproximação entre a Turquia e a Somália, constituindo uma parte relevante da multidimensionalidade da política externa turca. Essas abordagens costumam constituir parte do que se chama de *soft power*, ou poder brando, compreendido como uma oposição ao tradicional *hard power* que é a manifestação do poder por meio da coerção, geralmente militar, ou do pagamento, pela via econômica (NYE, 2008). Nas palavras de Joseph Nye Jr.:

O *soft power* repousa sobre a capacidade de moldar as preferências dos outros. No nível pessoal, todos nós conhecemos o poder de atração e sedução. Os líderes políticos há muito compreendem o poder que vem do estabelecimento da agenda e da determinação da estrutura de um debate. O *soft power* é um elemento básico da política democrática diária. A capacidade de estabelecer preferências tende a ser associada a recursos intangíveis, tais como uma personalidade atraente, cultura, valores políticos e instituições, e políticas que são vistas como legítimas ou como tendo autoridade moral. Se eu puder fazer com que você queira fazer o que eu quero, então não tenho que forçá-lo a fazer o que não quer (NYE, 2008, p. 95, traduzido pelo autor).

A presente seção, portanto, visa a descrever a evolução da cooperação nestes setores relativos aos aspectos do *soft power* turco na Somália, enfatizando a apresentação dos atores envolvidos no processo, dos dados relativos à escala do envolvimento entre os dois países e dos projetos realizados ou em curso. Para tanto, inicia-se pela apresentação dos principais dados constantes nos relatórios existentes da TİKA, a fim de evidenciar a relevância das instituições governamentais da Turquia na coordenação e implementação de ações. Na sequência, serão destacadas as ações das ONGs e de entidades religiosas turcas no país africano, buscando elencar alguns de seus principais projetos e sua recepção entre a população somali. Por fim, será feita a apresentação das informações relativas às trocas comerciais entre os dois países no período em questão, pontuando, ainda, as principais ações de empresas turcas na Somália, com destaque para seus investimentos ou para a conquista de concessões de operação de pontos importantes de infraestrutura.

A TİKA é a agência governamental turca responsável pela articulação das organizações estatais e não governamentais turcas que atuam na promoção da assistência ao desenvolvimento no exterior. Ao longo da última década, a instituição foi reforçada e reformulada de várias formas, inclusive em sua estrutura normativa. Uma inovação relevante foi um aumento na transparência das atividades da agência, por meio da publicação de

relatórios (quase) anuais em que se encontram informações relativas a projetos desenvolvidos em todo o mundo e ao orçamento destinado a cada país. Ainda que as informações sejam incompletas ao longo dos anos, e que alguns dos relatórios não estejam disponíveis em outros idiomas que não o turco, dificultando sua utilização por pesquisadores estrangeiros, os relatórios permitem apresentar um panorama geral das ações de ajuda humanitária e para o desenvolvimento que a Turquia realizou na Somália e em outros países (TİKA, 2021).

As edições de 2014, o primeiro ano da publicação dos relatórios, são as mais completas com relação à Somália, contendo dados de anos anteriores e incluindo a separação dos recursos investidos por setor. Até 2011, menos de 1% do orçamento total da TİKA era destinado a este país africano, fato que passou a se alterar com o maior engajamento turco. A Somália chegou a receber quase 10% de todo o orçamento da agência em 2013, número reduzido para pouco mais de 4% em 2014. Naquele ano, o valor total destinado para assistência bilateral para o desenvolvimento na Somália por parte do governo turco foi de USD 77 milhões, além de outros USD 33,7 milhões em ajuda humanitária ou emergencial. Ademais, ONGs turcas alocaram outros USD 11,7 milhões no país, fazendo com o que a nação, no somatório, fosse o país menos desenvolvido (LDC) que mais recebeu recursos da Turquia naquele ano. Quase 70% dos recursos foram destinados à área da saúde, principalmente como consequência do principal projeto desenvolvido naquele ano: a construção do Hospital Somália-Turquia de Treinamento e Pesquisa, também chamado Hospital Recep Erdoğan, localizado em Mogadíscio, e que veio a ser um dos principais hospitais do país. Outros setores que receberam recursos significativos foram obras de infraestrutura administrativa e civil e a área educacional. Destacam-se como outros projetos relevantes em 2014 a perfuração de poços de água, a doação de ambulâncias e equipamentos hospitalares, o fornecimento de equipamentos e materiais a escolas na Somalilândia, o apoio a orfanatos e a criação de uma rádio universitária na capital do país (TİKA, 2014a; 2014b).

Em 2015, houve um aumento expressivo no valor da assistência bilateral para o desenvolvimento, que chegou a USD 314,8 milhões, afirmando a Somália como o LDC que mais recebeu investimentos turcos. Naquele ano, foram desenvolvidos projetos relativos ao treinamento de recenseadores, policiais, juristas e cirurgiões somalis, além de capacitações sobre mídia e sobre a administração de recursos hídricos. Foram construídos orfanatos na Somalilândia, os quais ainda receberam a doação de equipamentos agrícolas. A TİKA ainda forneceu material para escolas agrícolas profissionalizantes e fez doações financeiras a projetos de apoio a crianças de rua e órfãos em Mogadíscio. Outro importante setor de cooperação foi a aviação civil, visto que a Turquia construiu um centro de treinamento para

profissionais da área. Este projeto estava alinhado a outra iniciativa importante que a Turquia estava desenvolvendo naquele ponto: a renovação do Aeroporto de Mogadíscio, levada a cabo por uma empreiteira turca, e cuja primeira fase fora concluída em 2015 (TİKA, 2015a; 2015b). No ano seguinte, o valor destinado para assistência bilateral foi bastante reduzido com relação a 2015, atingindo USD 59,63 milhões por parte do governo turco, além de outros USD 10,9 milhões provenientes de ONGs, o que ainda manteve a Somália como o principal LDC em volume de recursos turcos recebidos (TİKA, 2016).

Há poucos dados da TİKA disponíveis para o ano de 2017, mas este foi um momento-chave para um dos projetos de maior relevância estratégica para as relações entre Turquia e Somália, o qual será mais elaborado na seção seguinte. Nesse ano, foram concluídas as obras do Campo TURKSOM, iniciadas em 2015, que representam uma das principais iniciativas em matéria de cooperação securitária entre os dois países. O Campo TURKSOM é uma instalação militar operada conjuntamente pelas forças armadas turcas e somalis, sediando também uma universidade de estudos de defesa e sendo um centro de treinamento para forças militares e policiais. Além disso, a Turquia realizou, em 2017, a construção da nova sede de um importante sindicato de trabalhadores em Mogadíscio e um evento em alusão à derrota da tentativa de golpe ocorrida na Turquia no ano anterior (TİKA, 2017). Em 2018, foram enviados recursos de ajuda alimentar emergencial após a ocorrência de severas enchentes na região do rio Shabella. No setor da construção civil, foram finalizadas as obras de uma nova estrada de acesso ao Campo TURKSOM, localizado a cerca de 10km do centro de Mogadíscio, e de um novo prédio provisório para o Parlamento da Somália. Naquele ano, o volume de recursos de assistência bilateral para o desenvolvimento foi de USD 29,1 milhões, colocando a Somália na segunda posição entre os LDCs mais beneficiados, atrás do Afeganistão (TİKA, 2018a; 2018b).

O último ano para o qual há relatórios, até o momento, é 2019, e estes apontam que a assistência bilateral para a Somália se manteve estável, chegando a USD 28,21 milhões e seguindo atrás do Afeganistão entre os LDCs. Os principais projetos desenvolvidos naquele ano foram de fornecimento de equipamentos e treinamento para hospitais e equipes médicas, apoio a um campo de refugiados no Quênia que recebe milhares de refugiados somalis, treinamento policial e sobre segurança internacional, e ajuda humanitária emergencial para as regiões dos rios Juba e Shabella (TİKA, 2019a; 2019b). Em suma, percebe-se que a TİKA vem realizando investimentos em setores variados, contribuindo para o desenvolvimento somali em curto, médio e longo prazo. Os dados apontam que a soma dos valores destinados à Somália teve de fato um grande aumento após 2011, mas que este crescimento atingiu seu

ápice em 2015 e passou a decair nos anos subsequentes. Isso evidencia que houve um forte ímpeto inicial no sentido de realizar projetos coordenados pelo governo. Todavia, houve um gradual desengajamento das organizações estatais nesses setores em um momento posterior, no qual as ONGs passaram a assumir uma maior centralidade na condução de projetos humanitários e culturais, dispondo de menos recursos, e a cooperação estatal enfatizou os setores político e geoestratégico.

Conforme apontado anteriormente, há diversas ONGs turcas atuando na Somália. Algumas já estavam presentes no país antes da crise e da fome de 2011, mas após este momento houve um relevante incremento no número de organizações envolvidas no país africano, bem como no número de projetos desenvolvidos e no volume financeiro e de pessoal envolvido (SAFERWORLD AND IPC, 2015). As principais ONGs turcas presentes na Somália já foram listadas acima, de tal modo que o intuito da presente seção é o de apresentar quais os setores de atuação ou os projetos centrais de cada organização. Primeiramente, serão citadas as entidades que atuam nos setores de ajuda emergencial, saúde, educação e infraestrutura, considerados os mais tradicionais para este tipo de organização. Na sequência, serão destacados os projetos de instituições religiosas na Somália, incluindo a *Diyanet*, que é parte do governo turco, e pontuando, ainda, a relação entre as ONGs religiosas e o governo do AKP assim como as críticas que isso enseja.

Uma das ONGs presentes na Somália há mais tempo é a İHH, que atua no país africano desde os anos 1990, mas intensificou seus esforços depois de 2011. Além de ações de ajuda humanitária emergencial, a İHH está engajada na perfuração de poços de água em cidades do interior somali e em projetos de agricultura em pequenas propriedades, estabelecendo escolas de treinamento e um departamento de agronomia na Universidade Zemzem, em Mogadíscio. A İHH atua, também, no setor da saúde, principalmente realizando cirurgias de catarata gratuitas, que já beneficiaram mais de 14.000 pessoas e envolveram um investimento de mais de USD 850 mil. Ademais, a İHH promove projetos voltados para a educação, construindo escolas em Mogadíscio, e para a grande população órfã do país, construindo orfanatos e apoiando financeiramente mais de 5.000 órfãos em todo o país de forma contínua (RELIEFWEB, 2017b).

O *Kızılay*, ou Crescente Vermelho turco, foi um dos principais canalizadores da ajuda humanitária fornecida pelo governo e pelo público turco para a Somália. Apenas em 2011, a organização entregou cerca de USD 60 milhões em recursos para o combate à crise e à carestia no país. Como pautas de mais longo prazo, a instituição apoia projetos de infraestrutura, como construção de estradas, e iniciativas relacionadas à saúde. Ademais, o

*Kızılay* opera e administra campos para pessoas deslocadas internamente na Somália, com destaque para o Campo Jazira, próximo a Mogadíscio, que é um dos maiores do país. Esse campo chegou a abrigar 25.000 pessoas no seu auge, contando com o apoio de voluntários turcos e, cada vez mais, com trabalhadores somalis contratados para desempenhar diversas funções (SAFERWORLD AND IPC, 2015).

A Associação Deniz Feneri é uma das ONGs turcas que atua no maior número de setores diferentes na Somália. Além de constantes doações de alimentos e roupas à população carente, a Deniz Feneri também fornece materiais de trabalho para famílias e trabalhadores individuais. No setor da saúde, a associação construiu e administra um hospital de emergência e um centro de saúde, ambos em Mogadíscio, os quais são completamente financiados pela ONG. No campo da educação, a Deniz Feneri construiu um complexo educacional para órfãos, além de ter criado um centro de educação profissionalizante voltado principalmente para as mulheres somalis. Ademais, a associação também contribuiu com a perfuração de poços de água e desenvolve projetos voltados à religião, como a construção de uma mesquita nos arredores da capital e a criação de uma organização para a doação de animais para o sacrifício ritual feito ao fim do Ramadã, o chamado *Qurban*, que é uma importante prática no islamismo (DENİZ FENERİ, 2021).

A Associação *Yardımelî* também construiu um hospital em Mogadíscio, o qual dispõe de 100 leitos e é especializado em saúde materna e infantil. A associação ainda contribui para a perfuração de poços de água no interior e fornece apoio continuado a famílias, tanto pelo envio de recursos financeiros como pela doação de animais para a produção de laticínios, sobretudo caprinos. A *Yardımelî* também financia projetos de educação para órfãos (YARDİMELİ, 2021). Atuando especificamente na área da saúde, há a ONG *Yeryüzü Doktorları*, que opera clínicas no país e enviou médicos adicionais à Somália na esteira de um atentado terrorista que deixou mais de 300 mortos em Mogadíscio em outubro de 2017. Além disso, a *Yeryüzü Doktorları* também auxiliou no transporte de feridos, que foram levados à Turquia para receber tratamento, e financiou a formação e especialização de médicos somalis (YERYÜZÜ DOKTORLARI, 2017). Por fim, a *Kimse Yok Mu* atua no financiamento direto a projetos e ações específicos, os quais são desenvolvidos em parceria com outras instituições turcas e somalis. A organização já destinou USD 7 milhões para que estudantes da Somália recebam bolsas e estudem na Turquia, USD 2 milhões para a perfuração de poços de água e quase USD 4 milhões em doações para os festivais que celebram o fim do Ramadã apenas no período de 2011-13 (SAFERWORLD AND IPC, 2015).

Apesar de serem alvos das principais críticas feitas ao chamado *soft power* turco na Somália, tanto externa quanto internamente, pela associação da política exterior do AKP ao islamismo, as organizações religiosas e as empresas da Turquia desempenham papéis relevantes para as relações entre os dois países. Sendo um importante órgão governamental e que dispõe de significativo financiamento, a *Diyanet* centraliza muitos dos projetos religiosos levados a cabo na Somália. O apoio humanitário direto destinado pela instituição ao país no ano de 2011 superou a marca dos USD 100 milhões. Além disso, a *Diyanet* tem diversos projetos voltados para a alimentação, como a doação de alimentos para a população e o fornecimento de refeições prontas para o maior hospital de Mogadíscio, o Hospital e Centro de Recuperação Banadir. Nesse mesmo setor, são desenvolvidos projetos diretamente ligados à religião, tal qual a doação de alimentos ligados à celebração do Ramadã, que são coletados entre o público turco e distribuídos para famílias somalis. Em 2011, esse projeto arrecadou mais de 40 toneladas de comida que foram destinadas ao *Iftar* (refeição feita após o pôr-do-sol a cada dia e que quebra o jejum) e ao *Fitr* (refeição celebratória feita após o último dia de jejum do Ramadã). No campo mais estrito da religião, a *Diyanet* fornece bolsas de estudos para estudantes da Somália em instituições turcas ou do seu próprio país, enfatizando os estudos religiosos e de teologia. Ademais, a instituição apoia escolas que promovem estudos muçulmanos no país africano e organiza treinamentos na Turquia para lideranças religiosas somalis acerca da condução de serviços nas mesquitas (ÖZKAN, 2014c).

A Fundação *Hüdayi* desenvolve projetos bastante semelhantes a esses, mas em uma menor escala. Assim como a *Diyanet*, essa fundação também realiza doações de alimentos para as celebrações e cerimônias ligadas ao Ramadã e promove projetos educacionais e de ensino religioso. Entre as outras iniciativas da organização, é possível citar a perfuração de poços de água e a criação de uma organização que atua em todo o mundo islâmico promovendo o abate ritual de animais para as celebrações muçulmanas que os requeiram (HÜDAYI FOUNDATION, 2021). A Fundação *Hüdayi*, no entanto, recebe duras críticas de opositores do governo Erdoğan, principalmente no exterior. A organização é acusada de ser uma ferramenta de *lobby* do governo turco, e do seu presidente em específico, visando à promoção da Turquia e de seu chefe de Estado como lideranças islâmicas entre os países da África. Os críticos afirmam que a Fundação *Hüdayi* realiza atividades definidas como subversivas também no Sul da Ásia, mas principalmente em países africanos, a fim de se contrapor aos países do Golfo e gerar uma maior polarização (SHUKLA, 2020; NORDIC MONITOR, 2020). Outras duas instituições turcas que promovem ou promoveram iniciativas de educação religiosa na Somália foram a *Suleymancılar* e a *Cemaat*. Esta última, contudo, é

parte do Movimento Gülen, que passou a ser considerado um grupo terrorista pelo governo turco após a tentativa de golpe de 2016, pela qual o movimento foi considerado um dos responsáveis, o que levou ao fim de suas atividades na Somália (DURAND-OCHOA, 2013; SHEIKH, 2016).

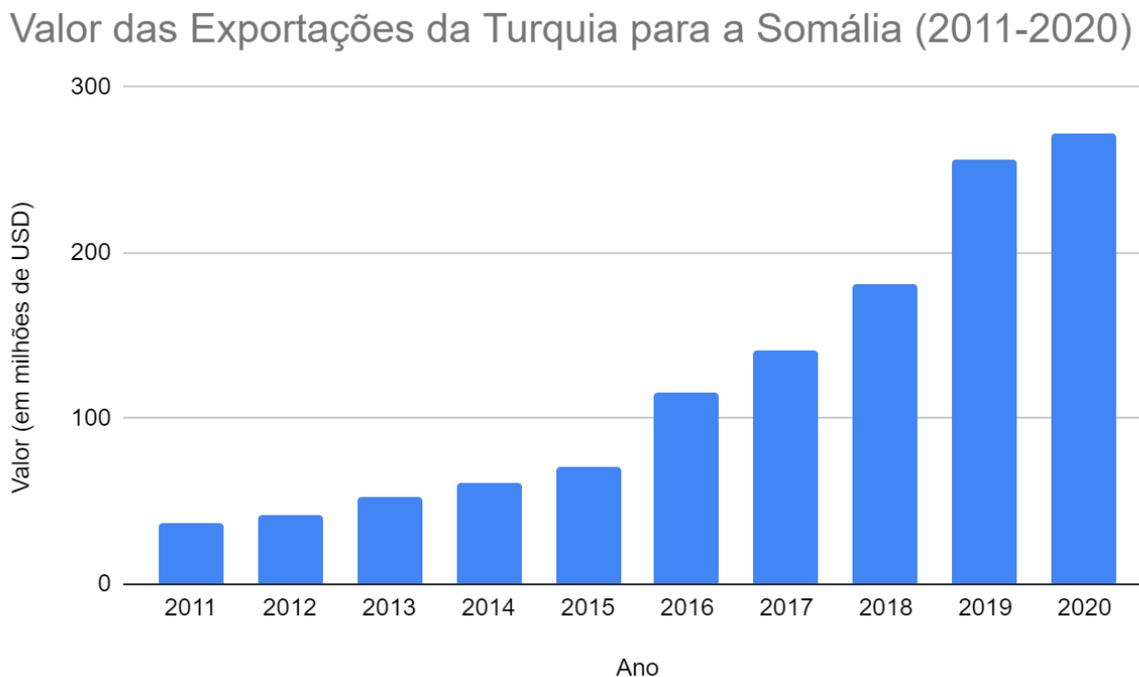
Cabe destacar, ainda, os projetos desenvolvidos por empresas turcas na Somália, com destaque para os setores de infraestrutura em transportes e de energia. Após a Turkish Airlines anunciar o início da operação de voos diretos entre Mogadíscio e Istambul, tornando-se a primeira companhia aérea de fora da África a voltar a ter voos diretos para a Somália em quase vinte anos, a infraestrutura aeroportuária passou a fazer parte da agenda turca no país (DURMAZ, 2021; TURKISH AIRLINES, 2021). Os projetos foram liderados pelo grupo Kozuva, um conglomerado turco de empresas de diversos setores, como construção civil, produção têxtil, desenvolvimento de *software*, hotelaria e administração de aeroportos. Com relação à Somália, o grupo realizou a renovação e expansão do Aeroporto Internacional Aden Adde, em Mogadíscio, construindo um novo terminal (KOZUVA, 2021; REPÚBLICA DA TURQUIA, 2021a). O grupo construiu, ainda, um novo hotel próximo ao aeroporto, o Décalé Airport Hotel, que inaugurou o setor de turismo do conglomerado. Ademais, após a realização das obras de infraestrutura do aeroporto, sua administração ficou a cargo de outra empresa do grupo, a Favori, que firmou um contrato de concessão para vinte anos a partir de 2013 (KOZUVA, 2021). O grupo Kozuva esteve, no entanto, envolvido em polêmicas no país africano, após ter sido denunciado junto a mecanismos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A denúncia, movida por uma federação sindical somali, afirma que o conglomerado frequentemente ignorou a legislação sindical do país e as demandas dos sindicatos locais em suas operações na Somália (TUAC, 2021).

Outra empresa turca que opera na Somália e sofre duras críticas em função de denúncias de corrupção e por suas relações com o presidente Erdoğan é a Albayrak. O grupo, comandado por Nuri Albayrak, um amigo próximo do presidente turco, assumiu a administração do Porto de Mogadíscio, o mais importante do país, em 2014, com um contrato de concessão de vinte anos (ALBAYRAK, 2021). Contudo, o grupo, que também possui um jornal pró-governo na Turquia, é acusado de corrupção por opositores, sobretudo ligados ao Movimento Gülen. As denúncias apontam que o grupo Albayrak teria sido beneficiado pelo governo por meio de privatizações em diversos setores na Turquia, além de ter contado com *lobby* indevido de embaixadas turcas para conquistar concessões de portos na África, onde, além do porto de Mogadíscio, a companhia também opera o porto de Conacri (NORDIC MONITOR, 2019; DUVAR, 2021). Diferentemente do setor dos transportes e da

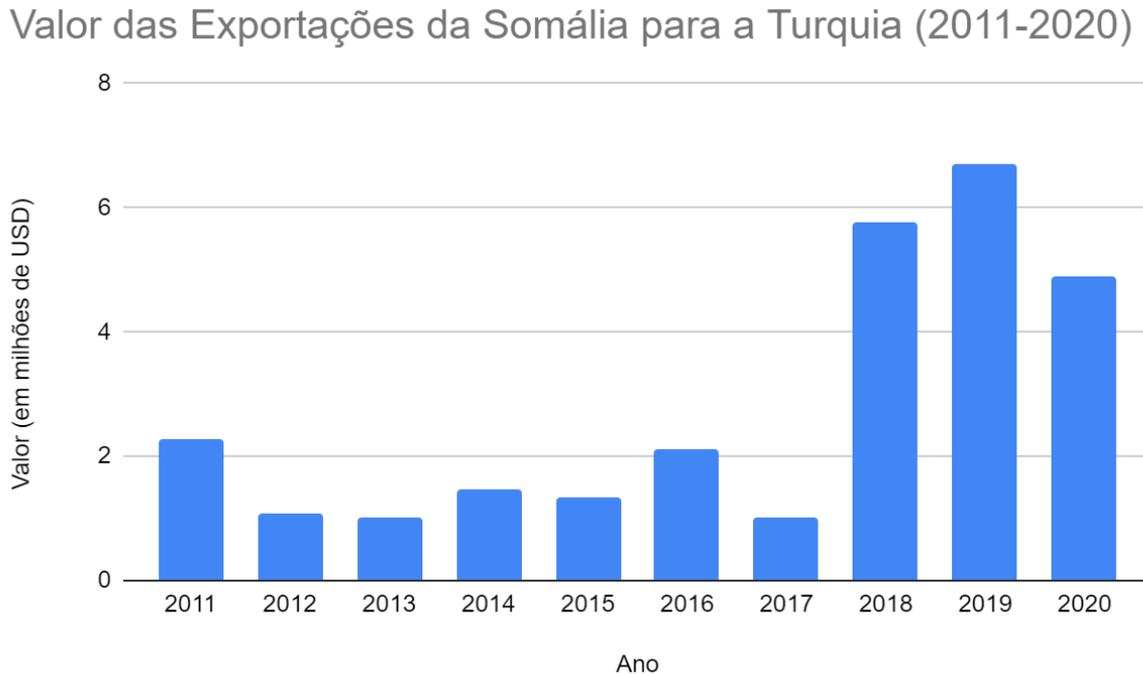
infraestrutura, que têm tido sucesso na Somália, o setor de energia, que também é de interesse estratégico para a Turquia, tem enfrentado mais dificuldades. A Genel Energy, empresa turco-britânica do setor petrolífero, adquiriu dois grandes campos de petróleo na Somalilândia, correspondendo a mais de 40.000 km<sup>2</sup>, ou uma área semelhante ao território da Suíça. Contudo, devido a dificuldades de acesso, de infraestrutura para operações e de segurança na região, a exploração dos poços ainda não foi iniciada (GENEL ENERGY, 2021).

Fica claro, de modo geral, que essas formas menos tradicionais de relações internacionais, que, em larga medida, foram centrais no impulso para a aproximação entre Turquia e Somália, têm sido bem-sucedidas. As conexões entre as iniciativas aqui descritas e as esferas política e geoestratégica, ou seja, aqueles aspectos que dizem respeito aos Estados propriamente ditos, serão aprofundados nas duas seções que se seguem a esta. Interessa, no entanto, antes de concluir a presente seção, apresentar e analisar brevemente os dados relativos às trocas comerciais entre Turquia e Somália, com o intuito de dar destaque à escala da mudança quantitativa no comércio bilateral entre os dois países, bem como à assimetria dessas relações. Os gráficos abaixo permitem a visualização do processo:

**Gráfico 1:** Valor das Exportações da Turquia para a Somália (2011-2020).



Fonte: Elaboração própria com base em OEC (2019a) e ITC Trade Map (2020).

**Gráfico 2:** Valor das Exportações da Somália para a Turquia (2011-2020).

Fonte: Elaboração própria com base em OEC (2019b) e ITC Trade Map (2020).

Conforme é possível observar nos gráficos, houve, durante o período analisado, um aumento significativo do comércio bilateral entre Turquia e Somália em ambos os sentidos de tráfego. No entanto, os valores, e o próprio formato dos gráficos, apontam que há importantes diferenças qualitativas e quantitativas relacionadas ao papel dos dois países nessas relações e à forma como a mudança ocorreu. As exportações da Turquia para a Somália já partem de um patamar mais alto, representando USD 37,5 milhões em 2011, e crescem em um ritmo constante, sem recuos ou sobressaltos, atingindo a marca de USD 272 milhões em 2020. Já as exportações da Somália para a Turquia partem de um patamar de USD 2,28 milhões em 2011, recuam e avançam durante alguns anos, chegando a um mínimo de USD 1,02 milhão duas vezes, em 2012 e em 2017, mas em seguida têm um rápido crescimento e atingem a marca máxima de USD 6,7 milhões em 2019, fechando 2020 com um valor mais baixo, de USD 4,9 milhões. Esse tipo de diferença, assim como a disparidade das pautas exportadoras dos dois países, sendo a da Turquia muito mais complexa, variada e incluindo muito mais valor agregado do que a da Somália, indica claramente que há uma assimetria nas capacidades

econômicas e produtivas entre os Estados<sup>23</sup>. Os ganhos para um dos lados acabam sendo muito maiores do que os para o outro, apesar das duas partes acabarem ganhando. Essas assimetrias devem ser consideradas ao tratar das relações diretas em questões políticas e geoestratégicas, que serão o objeto da próxima seção, mas sem ignorar que a Somália mantém uma posição ativa nas negociações e, também, almeja a consecução de seus objetivos nas relações com a Turquia (OEC 2019a; 2019b; ITC TRADE MAP, 2020).

#### 4.2 RELAÇÕES POLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS

Os fatos de a Somália ser um país geoestrategicamente relevante e de que suas relações políticas com a Turquia são centrais para o projeto africano turco foram mencionados em diversos momentos ao longo do trabalho. A presente seção visa, portanto, a aprofundar essas afirmações, apontando inicialmente quais foram os principais movimentos de cooperação política realizados entre os dois países. Na sequência, busca-se apresentar os motivos pelos quais a Somália tem uma relevância geopolítica tão grande para a Turquia e para o SI como um todo, bem como a forma pela qual o país tem sido inserido nas disputas regionais e quais outros atores têm buscado aumentar sua influência na região. O intuito é o de analisar as relações de alto nível entre os dois Estados, a fim de obter uma melhor compreensão acerca das dinâmicas existentes entre potências médias e países periféricos, de modo mais abstrato, e quais as particularidades deste caso concreto. A ênfase da presente seção, desse modo, está nas dinâmicas propriamente estatais, avaliando as relações políticas bilaterais e inserindo-as nos contextos regional e global.

Assim como em outros setores, a cooperação contemporânea entre a Turquia e a Somália em matérias políticas e estratégicas é anterior a 2011. Já no ano de 2010, o Estado-maior das forças armadas turcas e o Ministério da Defesa somali firmaram, em Ancara, o Acordo entre o Governo da República da Turquia e o Governo da República da Somália sobre Cooperação em Treinamento Militar (2010), o qual foi ratificado e entrou em efeito a partir do final de 2012. Seu escopo era bastante limitado, e visava principalmente ao fornecimento de treinamento para as forças armadas da Somália e um maior intercâmbio entre o pessoal militar dos dois países (TODAY'S ZAMAN, 2012). Após o estabelecimento da crise, na

---

<sup>23</sup> Ainda que não haja uma grande disponibilidade de dados ou análises sobre esse tema, é interessante, como um ponto de pesquisa futura, o debate acerca da composição da pauta exportadora de ambos os países nessa relação comercial. Além da diferença de volume, percebe-se que as exportações turcas são, também, mais diversificadas do que as somalis, incluindo bens de maior valor agregado, como é típico de relações com países periféricos, que cuja pauta exportadora é majoritariamente composta por produtos primários (OEC 2019a; 2019b).

metade de 2011, o foco das relações entre os dois países foi alterado e questões securitárias mais específicas passaram para o segundo plano. Ainda que a Turquia estivesse interessada em promover a paz e a segurança na Somália, inclusive como forma de proteger seus recursos que estavam sendo alocados no país, as questões humanitárias e de desenvolvimento ganharam maior destaque na agenda bilateral entre os dois países. Nesse momento, ocorreram os primeiros passos em direção a uma efetiva aproximação política de alto nível entre os dois países (BBC, 2011).

Conforme destacado, em agosto de 2011 o então primeiro-ministro turco, Recep Erdoğan, tornou-se o primeiro chefe de Estado ou de governo não africano a realizar uma visita oficial à Somália em quase vinte anos. A visita ocorreu na esteira da Cúpula da OCI, convocada pela Turquia e realizada em Istambul, em que se debateu a questão da crise somali e os países-membros comprometeram recursos de apoio ao país (VILLELABEITIA, 2011). Após a promoção de uma cúpula internacional e o envio do primeiro-ministro à Somália, a Turquia realizou um terceiro ato simbólico, mas com efeitos práticos relevantes, no campo político, anunciando a reabertura de sua embaixada em Mogadíscio quase duas décadas após seu fechamento. Esse movimento faz parte da visão geral de política externa turca de aproximação com a África, que enfatizou o estabelecimento de mais representações diplomáticas em países africanos. Até 2009, a Turquia dispunha de apenas 12 missões em todo o continente. Atualmente, o país tem 47 representações, entre embaixadas e consulados, em 43 nações africanas diferentes, um dos maiores números de qualquer Estado do mundo (SIRADAĞ, 2018; REPÚBLICA DA TURQUIA, 2021b). O caso da Somália, contudo, tem uma especificidade que aponta para a relevância política que o governo turco atribui ao país. Em seguida à reabertura da embaixada em Mogadíscio, a Turquia iniciou as obras para a construção de um novo edifício para sediar sua missão no país, o qual foi inaugurado em 2016, sendo essa a maior embaixada turca em todo o mundo. A abertura do novo prédio ocorreu em junho de 2016, durante uma nova visita oficial do presidente Erdoğan a Mogadíscio, na qual ele esteve acompanhado da esposa, do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Economia de seu país, indicando o comprometimento turco com a manutenção de relações de alto nível a longo prazo (DAILY SABAH, 2016).

Özkan e Orakci (2015) apontam que a cooperação política é um dos pontos focais da aproximação turca com a Somália desde o seu início, somada às questões humanitárias, já destacadas, e à questão regional de forma mais ampla. Em 2010, a Turquia já havia sediado uma conferência internacional sobre a questão somali — realizada como resposta à grande atenção internacional que vinha sendo dada à insegurança marítima nas águas do país

africano, que sofriam com a pirataria e outros tipos de crimes semelhantes — mas que teve pouco sucesso. Após estar em Mogadíscio em 2011, Erdoğan fez da Somália o aspecto central do seu discurso na Assembleia Geral da ONU daquele ano, publicando, na sequência, um artigo intitulado “As Lágrimas da Somália” na renomada revista *Foreign Affairs*, em que ele argumentava que o mundo tinha o dever moral de apoiar o país africano. No ano seguinte, a Turquia sediou a segunda rodada da conferência sobre a Somália, iniciada em Londres, em um contexto de fim do prolongado período de transição, entre 2004 e 2012, quando o governo do país esteve a cargo do TFG, que foi seguido pelo estabelecimento do Governo Federal da Somália (SFG). Um dos principais compromissos acordados na Turquia foi o da busca pela unidade nacional, assunto controverso há anos em função dos movimentos secessionistas e autonomistas de diversas regiões (ÖZKAN; ORAKCI, 2015). Com esse objetivo, o governo turco promoveu uma histórica cúpula em Ancara, onde se encontraram Hassan Sheikh Mahmud, então presidente da República Federal da Somália, e Ahmed Silanyo, então presidente da autodeclarada República da Somalilândia. A cúpula iniciou o processo de abertura de canais de comunicação entre os dois governos, visando à busca de soluções dialogadas para a disputa entre eles e à solução de problemas pontuais que afligiam os dois governos, como o terrorismo, o extremismo e a insegurança marítima (REPÚBLICA DA TURQUIA, 2013).

No início de 2015, Erdoğan, já ocupando a presidência, realizou uma nova visita oficial à Somália, na qual debateu projetos no campo da infraestrutura, com destaque para o apoio à construção de milhares de casas. O episódio, no entanto, foi mais marcante por outro motivo: o atentado terrorista realizado pelo Al-Shabaab contra o hotel onde estava hospedada a delegação turca que fazia os preparativos para a visita presidencial e que resultou na morte de quatro pessoas, incluindo o perpetrador. Este não foi o primeiro atentado realizado contra instalações turcas no país, visto que a embaixada em Mogadíscio já havia sofrido um ataque em julho de 2013, mas o evento de 2015 deu maior destaque à oposição que há dentro da Somália contra a Turquia (ÖZKAN; ORAKCI, 2015). Apesar disso, o presidente turco destacou a relevância de que os esforços em apoio à Somália persistissem apesar do terrorismo. Na ocasião, o presidente somali agradeceu ao seu homólogo pela visita e pela cooperação que vinha ocorrendo, destacando que os projetos desenvolvidos em parceria entre os governos turco e somali seriam de longo prazo (ANADOLU AGENCY, 2015). É notável, portanto, que, apesar de ter enfrentado violenta oposição a sua presença na Somália, a Turquia logrou estabelecer importantes posições no país, incentivando que outros Estados e a própria ONU transferissem suas instalações para o território somali em vez de operar a partir de

países vizinhos. Esse movimento garante, simultaneamente, uma maior atenção internacional aos processos que ocorrem na Somália e uma maior legitimidade para as partes que buscam se envolver no país, seguindo o exemplo turco (ÖZKAN; ORAKCI, 2015).

A partir das cúpulas sediadas e/ou mediadas pela Turquia, emergiram cinco principais objetivos para a promoção de uma ampla e plena reabilitação da Somália. Os pontos eram a construção da unidade nacional, o estabelecimento de um novo sistema político, a reconstrução compreensiva da economia, a reconstrução do exército somali e o fim do isolamento regional na Somália. Ao longo dos anos seguintes, o governo turco buscou utilizar sua política externa multissetorial para apoiar o desenvolvimento desses processos e se posicionar como um ator relevante para sua consecução, visando a garantir uma relação favorável com o novo governo que estava sendo formado (ÖZKAN; ORAKCI, 2015). A marca mais clara desta conexão está relacionada ao objetivo que diz respeito à reconstrução e ao fortalecimento do exército da Somália.

Fundado no final de setembro de 2017, o Campo TURKSOM é uma instalação de treinamento militar localizada a poucos quilômetros do centro de Mogadíscio. Tendo sido criada na esteira da abertura de outra base turca no Catar<sup>24</sup> e das ações mais ofensivas da Turquia na Síria, o movimento de estabelecimento do Campo TURKSOM foi visto por muitos acadêmicos, e mesmo por alguns Estados, como uma demonstração de que o governo Erdoğan buscava utilizar mais do *hard power* para afirmar seu papel no Grande Oriente Médio. Outras análises, no entanto, relacionaram o movimento ao aspecto neo-otomanista da política externa do AKP, sinalizando o retorno dos turcos ao Oceano Índico mais de cinco séculos após a derrota para os portugueses na Batalha de Diu. Há de se destacar, todavia, que tanto a forma de estabelecimento da instalação, quanto sua escala e seu propósito, indicam que os objetivos da Turquia com o Campo TURKSOM são bem menos ambiciosos (ROSSITER; CANNON, 2019).

As instalações comumente denominadas como bases militares no exterior são, na realidade, uma gama de locais de operação que fazem parte dos meios de que um Estado dispõe para realizar a guerra em outros teatros e para projetar poder militar além de suas fronteiras. Durante o período da Guerra Fria, essas bases costumavam ser grandes instalações com a função de ameaçar, confrontar ou cercar um adversário. Ao longo da última década do

---

<sup>24</sup> Atualmente, a Turquia conta com duas bases militares de fato em território catari, além do Campo TURKSOM na Somália. Ademais, o país planeja a construção de uma base da Ilha de Suakin, na costa sudanesa do Mar Vermelho, que teria sido cedida ao governo turco para o restauro e operação de uma base naval do período otomano por 99 anos. Contudo, em meio à instabilidade política pela qual o Sudão passa nos últimos anos, a realização do projeto ainda não está confirmada (CARMON; MEITAL, 2019; DAILY SABAH, 2019)

século XX e das primeiras décadas do século XXI, contudo, essa situação foi sendo alterada e as grandes bases deram lugar a instalações menores que serviam tanto para a condução de ações militares de menor escala, como no combate ao terrorismo, quanto para o treinamento de forças locais. Mesmo que esta nova configuração das instalações militares em território estrangeiro — nos casos em que isso não ocorre por via da imposição de um Estado mais forte ou vitorioso em um conflito sobre um Estado mais fraco ou derrotado — se afigure como uma ameaça menor à soberania do Estado em que a base se localiza, esta segue sendo uma decisão política de alta relevância. Desse modo, no contexto atual, a criação de uma instalação militar turca em território somali é um indicador notável da afinidade entre os dois governos, muito mais do que o exemplo de uma imposição de uma nação muito mais poderosa, ou mesmo imperialista, sobre outra mais fraca (ROSSITER; CANNON, 2019).

Apesar de ser um movimento relevante para a política externa e de segurança da Turquia, sobretudo quando analisado como parte de uma mudança mais extensa de padrão de comportamento turco, a escala das instalações do Campo TURKSOM é desproporcional à comoção internacional que se criou. Tendo um custo divulgado de cerca de USD 50 milhões, a base ocupa um terreno de 400 hectares (4km<sup>2</sup>) e é guarnecida por aproximadamente 200 a 300 soldados e oficiais turcos em qualquer dado momento. O local permite o treinamento simultâneo de até 1500 recrutas das forças terrestres do país, uma vez que, em função dos embargos impostos à Somália, os candidatos que buscam treinamento junto à força aérea precisam receber sua instrução na Turquia (SHAY, 2020).

Essa escala reduzida, aliada ao fato de que o Campo TURKSOM não dispõe de uma grande quantidade de equipamentos bélicos pesados nem de uma guarnição numerosa, motivam o discurso turco de que o local não se trata de uma base militar no exterior, como as que há no Catar, mas é apenas um local de treinamento. Os efetivos da Turquia que estão posicionados em Mogadíscio não estão lá para dissuadir inimigos ou para realizar operações contra adversários no país. Dos cerca de 300 militares turcos postados na Somália, em torno de 100 atuam diretamente no treinamento de tropas somalis e os outros 200 fazem a segurança das instalações. Assim, em termos funcionais, o Campo TURKSOM não serve como uma base militar *de facto*, no sentido em que o termo costuma ser empregado. A instalação de treinamento seria uma representação material do engajamento turco na Somália que garante ao país uma grande influência na condução dos assuntos nacionais e regionais, incitando, inclusive, rivalidades com outros países da região. Mas ela, por si só, não bastaria para ser utilizada como ferramenta de coesão do *hard power* turco (ROSSITER; CANNON, 2019).

A presença turca na Somália gera reações adversas de países interessados na região, não somente por indicar um movimento de aproximação com o continente africano, mas em função da importância geoestratégica do país africano, principalmente em questões marítimas. Até hoje, é frequente a associação da Somália com a pirataria e outros crimes marítimos, em decorrência do grande número de incidentes ocorridos entre o final dos anos 2000 e os primeiros anos da década de 2010. De fato, entre os anos de 2010 e 2014, ocorreram 358 tentativas ou atos bem-sucedidos de pirataria nas águas somalis. Após uma série de esforços internacionais, para os quais a Turquia inclusive contribuiu, mas que não são o foco do presente trabalho, esse número foi reduzido, entre 2015 e 2020, para apenas 8 (STATISTA, 2021). Desse modo, o interesse pela costa e pelas águas sob jurisdição da Somália esteve mais ligado à importância do Golfo de Áden, no Norte. Esse golfo, localizado entre a Somália e o Iêmen, é a conexão entre o Oceano Índico e o estreito de Bab-el-Mandeb, que dá acesso ao Mar Vermelho e, por conseguinte, ao Canal de Suez, e é um ponto de estrangulamento marítimo. O estreito próximo ao Golfo de Áden tem relevância estratégica global por uma série de motivos, incluindo pelo fato de ser uma passagem limitada e estreita entre duas massas de terra e por ser perpassado por linhas de comunicação marítimas cruciais para o comércio internacional de mercadorias e de energia. Ademais, conforme já foi possível observar durante o acidental bloqueio do Canal de Suez no início de 2021, uma interrupção do tráfego em Bab-el-Mandeb acarretaria severas consequências para as cadeias globais de suprimentos, gerando prejuízos na casa das centenas de milhões de dólares por hora. Percebe-se, portanto, que a posição geoestratégica da Somália é central para a estabilidade de sua região, mas que o impacto das dinâmicas que ali se desenvolvem é verdadeiramente sistêmico (MARTÍN, 2010; RUSSON, 2021).

Assim, o engajamento direto da Turquia com a Somália, que está em uma posição-chave para a garantia da segurança e da estabilidade no entorno do estreito de Bab-el-Mandeb, desperta rivalidades regionais que já se manifestavam em outros campos. Em 2017, o mesmo ano da abertura do Campo TURKSOM em Mogadíscio, ocorreu a chamada Crise do Golfo Pérsico, que colocou de um lado o Catar, aliado da Turquia, e do outro muitos dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), liderados pela Arábia Saudita, em um grupo que incluía, entre outros, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos além do Egito, que não faz parte do CCG. A crise se instaurou quando o grupo comandado pelos sauditas cortou relações diplomáticas com o Catar e baniu aeronaves cataris do seu espaço aéreo, alegando que o regime do país apoiava grupos terroristas e era demasiadamente próximo do Irã, grande rival da Arábia Saudita em questões regionais (KABANDULA; SHAW, 2018).

Uma vez estabelecido e afirmado esse padrão de inimizade, o grupo sob liderança saudita passou a perceber as ações conjuntas entre Catar e Turquia, sobretudo aquelas no campo da segurança, como a abertura de instalações e bases militares, como ameaças. O SFG permaneceu neutro frente a essa disputa, mas o governo da autoproclamada Somalilândia reduziu suas relações com o Catar e aproximou-se do grupo saudita, indicando uma clara opção por um dos lados do conflito. Dessa forma, alguns especialistas consideraram que a Turquia, ao buscar um envolvimento mais profundo na Somália, colocando questões de cooperação securitária de firma mais direta, e evidenciando isso com a abertura do Campo TURKSOM, estaria prejudicando o processo de unificação do país africano. Nessa visão, o papel turco na Somália teria um impacto final negativo, em função da transmissão de conflitos regionais do Golfo Pérsico e da Península Arábica para o Chifre da África, ferindo as relações entre o governo de Mogadíscio e os grupos secessionistas (KABANDULA; SHAW, 2018).

Ainda que a relação entre Turquia e Somália possa ser caracterizada como assimétrica, ou mesmo hierárquica, em função da disparidade de poder entre os dois Estados, os interesses somalis devem ser considerados para que se possa compreender ações como a criação do Campo TURKSOM. Não tendo sido uma imposição turca sobre um Estado que está em sua zona de influência ou que foi ocupado após um conflito, seu estabelecimento demandou uma decisão do governo de Mogadíscio que legitimasse a presença de forças armadas estrangeiras em seu território. No ano de 2017, a Somália passava por um momento político de importantes mudanças. Após as eleições de 2016 — as primeiras em décadas — o SFG buscava afirmar sua autoridade sobre todo o território do país, e não apenas nas áreas ao redor da capital, como vinha sendo o caso. A fim de lidar com esse problema, comum a diversos Estados na África Subsaariana que têm vastos territórios esparsamente povoados e muitas vezes inóspitos, o governo tinha a intenção de fortalecer o Exército Nacional Somali (SNA\*)<sup>25</sup>. Criado em 2004, como parte da estratégia de transição do TFG, o SNA\* não se apresentava como uma força coesa, tendo diversas pequenas unidades sido treinadas por diferentes países, e sendo endemicamente afetado pela falta de financiamento e de equipamentos adequados. Somado a isso, havia o fato de que a AMISOM havia anunciado que se retiraria do país em 2018, aumentando a responsabilidade do SNA\* pela manutenção da estabilidade na Somália (ROSSITER; CANNON, 2019).

Em função disso, o SFG anunciou, em 2017, sua intenção de estabelecer um exército de cerca de 22.000 efetivos, sendo 18.000 tropas regulares e 4.000 de forças especiais.

---

<sup>25</sup> Asterisco utilizado para diferenciá-lo da *Somali National Alliance* (SNA), citada anteriormente e para a qual se utiliza a mesma sigla, evitando qualquer possível confusão entre ambos.

Destarte, a intenção turca de intensificar a cooperação com o país em matéria de segurança, com o respaldo de acordos firmados a partir do início da década, foi completamente ao encontro do interesse somali de treinar seu novo exército. Apesar dos fatores que ainda fragilizam o SNA\*, como a falta de recursos, a corrupção, as rivalidades entre agências e entre grupos da elite somali que buscam exercer influência pessoal direta nas instituições de Estado, a cooperação com as forças armadas turcas permite avanços cruciais em uma série de aspectos. Primeiramente, a Turquia tem a intenção de treinar quase a totalidade dos novos efetivos do SNA\*, além de equipá-los com material bélico turco, a fim de criar uma força que atue realmente como um exército nacional unificado. Ademais, a perspectiva de longo prazo da presença turca no país, garantindo a continuidade dos esforços, aponta para uma maior sustentabilidade dos esforços feitos até o momento, diminuindo o risco de que todo o avanço seja desfeito após uma retirada apressada e mal planejada. Assim, o estabelecimento de uma base estrangeira em território somali, ao invés de ser percebido como uma violação de soberania ou um ato hostil, é visto como uma ação de fortalecimento das instituições centrais e da unidade territorial da Somália (ROSSITER; CANNON, 2019).

Em suma, percebe-se que as relações turco-somalis nos campos político e geoestratégico seguem o mesmo padrão de política externa que a Turquia tem adotado em outros setores, sendo marcada pela multissetorialidade e pela multidimensionalidade. Mesmo sendo Estados que dispõem de recursos de poder desiguais, e reconhecendo que a Turquia tem interesse em manter relações próximas e vantajosas com o governo somali, para expandir sua influência em uma região de relevância estratégica, não é razoável definir a presença turca na Somália como mero exemplo de projeção de força ou como ferramenta de *hard power*. O emprego de recursos militares faz, sim, parte dos instrumentos utilizados pela Turquia, a fim de se afirmar como uma potência média e regional com atuação autônoma e independente em diversos teatros, o que leva muitos analistas a incluírem a abertura do Campo TURKSOM como mais um exemplo disso. No entanto, conforme se visou a mostrar, essa parceria de treinamento militar, que inclui, ainda, um elemento de assistência direta à Somália, caso o país seja atacado, se constitui como mais um aspecto da multidimensionalidade da política turca para o país africano (ROSSITER; CANNON, 2019).

Ambos os governos apontam que a construção e operação do Campo TURKSOM é uma demonstração de um comprometimento político de longo prazo que perpassa questões como unidade política territorial, reestruturação do governo e da economia para a promoção do desenvolvimento e reorganização das forças armadas. Esses pontos e outros se estabelecem a partir de cúpulas e outras reuniões promovidas e/ou sediadas pela Turquia, em que os dois

Estados e outros atores estiveram reunidos para articular interesses e ações. Desse modo, os atos e os frutos das relações entre Turquia e Somália em questões políticas e geoestratégicas são mais um indicador da visão do governo turco acerca do seu modelo de promoção da cooperação internacional, que será analisada na seção seguinte (ROSSITER; CANNON, 2019).

#### 4.3 O MODELO TURCO DE COOPERAÇÃO: A SÍNTESE DO CASO SOMALI

Até aqui, buscou-se demonstrar que a relação entre a Turquia e a Somália a partir de 2011 é um caso de sucesso da renovada política externa turca. Ao buscar parcerias em regiões que até então tinham menor relevância na agenda externa do país, se aproximando de Estados que não fazem parte do seu tradicional rol de aliados, onde poucos outros países do mundo se faziam presentes, e empregando novas formas de relacionamento, a Turquia logrou o estabelecimento de laços de longo prazo com um país estrategicamente relevante. Para os turcos, a Somália despontou como um espaço ideal para pôr em prática a nova política externa multidimensional e multissetorial, emergindo a partir de uma demanda social interna frente à grave crise de 2011 e apresentando um ambiente securitário ainda imperfeito, mas muito mais estável do que em anos anteriores, podendo, assim, colher os frutos políticos e econômicos dessa parceria. A Somália, por sua parte, também foi beneficiada pela relação, recebendo apoio humanitário em meio a uma situação crítica em que o resto da comunidade internacional estava inerte, sendo o destino de investimentos turcos, sobretudo em matéria de infraestrutura de transportes, fundamentais para o desenvolvimento do país, e contando, ainda, com o suporte turco para o fortalecimento das instituições estatais centrais e com sua mediação em conflitos internos. Esse percebido sucesso, superando discursos de um (neo)imperialismo turco<sup>26</sup> ou de outras formas de exploração do continente africano, levou a debates sobre o surgimento de um “modelo turco de cooperação” (ÖZKAN, 2017).

Este será o objeto da presente seção, que visa a atender à parte do terceiro objetivo secundário listado na introdução deste trabalho, que diz respeito à avaliação da possibilidade de as relações bilaterais entre os dois países estudados constituírem um modelo de cooperação

---

<sup>26</sup> Este argumento não será desenvolvido em maior detalhe no presente trabalho, pois não foram observados, ao longo da pesquisa e de sua elaboração, evidências que sustentassem essa como uma abordagem que explicasse a realidade das relações turco-somalis. Ademais, a maioria das análises que seguem essa linha partem de instituições estadunidenses ou europeias, de antigas metrópoles coloniais, que parecem querer tomar para si o papel de defensores da África e da população africana, apoiando agendas estratégicas nacionais que se beneficiam desse discurso, pois em um momento de aparente crise e enfraquecimento dos países do centro, não é interessante que surjam novos atores na disputa por influência nos espaços periféricos (VISENTINI, 2014).

entre uma potência média e um Estado periférico. Não se busca, aqui, desenvolver ou estabelecer esse tal modelo, somente apontar quais são os elementos principais da estratégia empregada pela Turquia em suas relações com a Somália e de que modo esses pontos podem vir a ser generalizáveis para outros países em contextos diversos. Desse modo, a seção iniciará pela discussão do que constitui esse modelo turco de cooperação para o desenvolvimento (*the Turkish way of doing development aid*), de acordo com a literatura e o que se debateu até aqui. Na sequência, busca-se apresentar quais elementos da política externa turca para a Somália formam o núcleo ou a base dessa estratégia turca. Por fim, como fundamento para futuras agendas de pesquisa sobre o tema, visa-se a apontar de que modo os aspectos do modelo turco podem ser generalizáveis, a fim de construir um modelo mais amplamente aplicável de cooperação para o desenvolvimento entre potências médias ou regionais e Estados periféricos. O acadêmico turco Mehmet Özkan é o principal proponente do debate acerca da existência de um modelo turco de cooperação para o desenvolvimento. Com base em suas obras, e no que foi apresentado e debatido no presente trabalho, busca-se dar conta de apresentar o modelo de forma compreensiva, recuperando o que sustenta sua existência e quais suas características (ÖZKAN, 2017).

O fundamento desse modelo se encontra justamente nas mudanças pelas quais a política externa turca passou ao longo deste século, no período de governo do AKP. Sob a liderança de Recep Erdoğan, e com grande influência do pensamento geopolítico de Ahmet Davutoğlu, a Turquia alterou sua visão com relação ao seu papel nas regiões do seu entorno e no SI de forma mais ampla. Isso pode ser resumido a partir da evolução da percepção turca sobre seu próprio país: durante a Guerra Fria, a Turquia se considerava o flanco Sul da OTAN no embate com o bloco socialista; nos anos 1990, com o fim da bipolaridade e a intensificação do comércio entre o Oriente e o Ocidente, o país passou a se ver como uma ponte entre o Leste e o Oeste; e mais recentemente, durante o governo do AKP, a Turquia busca se apresentar como um país central, assumindo o protagonismo no Grande Oriente Médio e no contexto afro-asiático em geral. A base teórica dessa visão se encontra na noção de “profundidade estratégica”, proposta e defendida por Davutoğlu, que afirma que a nação turca deve recuperar sua profundidade geográfica, por ser um Estado em uma posição geoestratégica de grande relevância e já ter controlado vastas extensões territoriais em três continentes, aliada a sua profundidade histórica, que representa um passado e uma identidade em comum com outros povos que foram parte do Império Otomano (DAVUTOĞLU, 2001; MURINSON, 2006; GOREN, 2018). Mesmo que seja simplista afirmar que o movimento neo-otomanista, crescente na Turquia, é o responsável por todas as alterações na política

externa turca e sua aproximação com países muçulmanos, é notável que essa corrente de pensamento tem tido influência nos governos do AKP. De todo modo, essa nova concepção estratégica levou à implementação da política externa multidimensional e multissetorial, que é a principal marca da presença turca na Somália (ÖZKAN, 2017).

A relevância da multidimensionalidade e da multissetorialidade para as relações turco-somalis pode ser percebida desde o início de sua aproximação em 2011. De modo bastante único, a noção de uma identidade compartilhada, a partir da religião comum à vasta maioria das populações de Turquia e Somália, foi um dos principais fatores que motivaram o maior engajamento turco no país africano. O fato de a crise de carestia na Somália ter começado a receber atenção internacional em um momento quase que concomitante ao início do Ramadã, um período em que as populações muçulmanas estão mais engajadas na promoção da caridade e da solidariedade com outros membros da comunidade islâmica, aliado ao interesse do AKP de dar maior destaque à religião e à cultura muçulmana em seu governo, tornaram-nas partes-chave da estratégia para a Somália. Tão central foi o seu papel, que é possível apontar a religião e o comércio, cujo crescimento quanto ao volume de trocas bilaterais entre os dois países foi de mais de 7 vezes entre 2011 e 2020, como sendo as forças motrizes da aproximação entre a Turquia e o país africano, com um forte incentivo de entidades não estatais, que foi seguido e ampliado pelos órgãos de governo. Inicialmente, as instituições de Estado realizavam alguns projetos pontuais, mas tinham como função principal a coordenação das atividades de ONGs e empresas turcas no país, a fim de evitar sobreposições nas funções de agências estatais e não estatais, compartilhar experiências sobre dificuldades relacionadas à segurança das operações e auxiliar em questões burocráticas. Em um segundo momento, o Estado assumiu a dianteira do processo, levando à criação de políticas de alto nível que visavam à cooperação de longo prazo (MURPHY; WOODS, 2014; ÖZKAN, 2017).

Nas palavras de Özkan (2017, p. 70, traduzido pelo autor): “O envolvimento de Ancara na Somália contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de funcionamento conjunto entre a sociedade civil e as instituições estatais, e sua política somali funciona como uma teia em camadas com vários atores e aspectos”. Ademais, importa destacar que já é possível observar uma espécie de retroalimentação entre a cooperação mais direta, via ONGs ou órgãos específicos do governo, e o alto nível de tomada de decisão política. A Turquia, desde o início de suas relações com a Somália, enfatiza a importância da educação na formação das elites sociais e políticas do país africano, abrindo escolas no país e concedendo bolsas de estudo em instituições turcas. Mesmo tendo sido formado antes da maior aproximação entre os dois países na última década, o atual Ministro da Justiça da Somália,

Abdulkadir Mohamed Nur, estudou em uma universidade turca, fala turco fluentemente e disse, em sua primeira visita oficial ao país eurasiático como ministro, que considera a Turquia sua segunda casa. Esse é o tipo de afinidade que a Turquia visa a estabelecer com a nova geração de estudantes somalis que está sendo formada em instituições de ensino turcas, aprofundando a parceria entre os dois países no nível societal e, por conseguinte, nas altas esferas da política (DEMIRCI, 2020).

Com base nisso, outra questão relevante para a compreensão do modelo turco de cooperação para o desenvolvimento é sua visão acerca da construção de Estado (*state-building*) na Somália. Em se tratando da inflexão pela qual a política externa turca passou, a sua relação com o processo de construção de Estados é um ponto a ser destacado. Excetuando a experiência da Turquia com a República Turca do Chipre do Norte, a Somália é o primeiro exemplo claro de envolvimento do país nesse tipo de dinâmica. A opção turca, no caso somali, foi a de tomar uma posição mais passiva nessa questão, priorizando o protagonismo de atores locais na reconstrução do Estado no país, diferentemente do que muitos países ocidentais buscaram fazer no período pós-colonial e mesmo mais contemporaneamente. Além disso, a visão multidimensional e multissetorial levou a Turquia a perceber a necessidade de uma abordagem compreensiva, com conhecimento empírico do contexto local, entendendo a complexidade do longo conflito civil e das disputas internas existentes. Ademais, a fim de contornar as críticas de grupos opositoristas locais, Ancara adotou sempre um discurso mais brando, ressaltando seu papel muito mais como apoiadora das instituições locais do que como promotora de uma ou outra forma de construção de Estado. Portanto, pode-se afirmar que a estratégia turca de construção de Estado na Somália é uma que busca passar despercebida, fortalecendo as capacidades sociais e institucionais dos atores locais, para que eles possam conduzir seus próprios processos políticos (ÖZKAN, 2014c).

Ainda nesse campo, o governo turco compreendeu os desafios postos pelos grupos secessionistas à integridade territorial somali e buscou promover uma maior interação e diálogos mais frutíferos, sobretudo entre o governo central de Mogadíscio e o governo da Somalilândia. Por sua parte, a Turquia abriu uma representação consular e um escritório de apoio da TİKA em Hargeisa, capital da Somalilândia, além de ter promovido cúpulas entre os dois presidentes. Apesar de compreender que uma reunificação com as regiões da Somalilândia e da Puntlândia é improvável, ao menos no futuro próximo, Ancara busca ao menos estabelecer vias de diálogo entre as partes que possam permanecer abertas, e, nisso, parece ter tido sucesso. Ainda é cedo para que se possa falar em um modelo turco relativo especificamente à construção de Estado, mas sua atuação na Somália teve resultados positivos

para o fortalecimento das instituições locais, e pode ter fornecido experiências que venham ser aplicados em outros teatros onde a Turquia tem se envolvido, como Síria, Líbia e o próprio Afeganistão, eventualmente (ÖZKAN, 2017; TİKA, 2019a; 2019b).

É notável que, para além das cooperações humanitária, econômica e sociocultural, marcantes dos primeiros momentos de aproximação, as relações turco-somalis foram adquirindo um caráter político e estratégico cada vez maior. Nesse sentido, a parceria na área de segurança, comumente associada às ferramentas de coerção do tradicional *hard power*, se afigura, nesse caso, muito mais como um aprofundamento das relações na dimensão política. A escala de instalação militar que a Turquia construiu na Somália, quando considerada em conjunto com o tipo de acordo de cooperação que foi estabelecido e o interesse do governo somali em aceitar sua criação, são claros indícios dos benefícios mútuos que o projeto envolve. A cooperação de longo prazo para o treinamento e fornecimento de material bélico para as forças armadas da Somália evidencia o compromisso turco com o fortalecimento institucional de um país que vai se afirmando como um aliado próximo, localizado em uma posição geoestratégica de grande importância. Para o governo somali, a presença turca garante melhores condições para que as forças nacionais possam efetivamente controlar o território do país, além de ter um forte parceiro no combate às ameaças securitárias que ainda existem, com destaque para o Al-Shabaab e a insegurança marítima. Em suma, os dois países saem beneficiados da cooperação em matéria de segurança, aprofundando compromissos feitos na esfera política acerca do desenvolvimento nacional somali e da parceria entre os dois Estados (ROSSITER; CANNON, 2019).

Portanto, é possível considerar que o modelo turco de cooperação para o desenvolvimento pode ser descrito de forma resumida em cinco pontos gerais, com base no que foi observado na experiência somali. São eles: (i) mobilização social interna a partir de elementos que garantam respaldo e legitimidade, tendo o comércio e a religião como forças motrizes e fatores legitimadores; (ii) multidimensionalidade e multissetorialidade, enfatizando a diversidade de projetos, de ramos de atuação (humanitário, econômico, comercial, sociocultural, político e securitário) e de atores envolvidos (ONGs, instituições de Estado e empresas); (iii) compromisso de longo prazo, provendo ajuda humanitária e emergencial para assuntos que demandem atenção imediata, mas realizando projetos de desenvolvimento econômico, de infraestrutura, e de cooperação política para o futuro; (iv) cooperação política de alto nível, por meio de um modo construção de Estado que não se anuncia como construção de Estado, visando a fortalecer atores e capacidades institucionais locais, além de mediar conflitos regionais; e (v) exportação de segurança, promovendo treinamento de forças

armadas com uma presença militar de longo prazo que não é vista como ameaça, mas como comprometimento, bem como auxiliando no enfrentamento de ameaças comuns (MURPHY; WOODS, 2014; ÖZKAN, 2017; 2018a; ROSSITER; CANNON, 2019).

Conforme apontando anteriormente, o presente trabalho não tem o intuito de propor um modelo de cooperação entre potências médias e Estados periféricos. Não obstante, é possível depreender, a partir dos pontos listados acima como constituintes do modelo turco de cooperação, alguns elementos que podem ser generalizáveis para outros países que compartilhem um status semelhante ao da Turquia no SI. Em se tratando de Estados que não são grandes potências, não podendo, portanto, ditar as regras do sistema e nem possuindo os recursos necessários para fazê-lo, é fundamental que as estratégias de cooperação envolvam custos que não sejam exorbitantes, mas que permitam a obtenção de benefícios significativos a partir de uma posição intermediária no SI, mas preponderante na sua própria região. Esperar que exista um modelo simples, geral e universalmente aplicável que prometa atender a todos esses requisitos seria demasiado idealista. (SENNES, 2003; PARLAR DAL; GÖK, 2014).

O modelo turco, todavia, permite depreender algumas lições que contribuíram para o seu sucesso no chamado “laboratório somali” e que estão sendo utilizados pela Turquia em outras partes da África e em outras regiões do mundo. Estas podem ser condensadas em quatro pontos, baseados nos cinco pontos centrais do modelo turco, sendo eles: (i) interesse e identificação da população nacional com o país parceiro, buscando garantir legitimidade junto à população local; (ii) ênfase na multissetorialidade, por via da diversificação de projetos, da atuação de curto e longo prazo, levando a uma percepção de comprometimento e não apenas de uma presença por interesse econômico ou estratégico (exploratório); (iii) cooperação política, incentivando o engajamento internacional, fortalecendo instituições locais, formando novos líderes e mediando conflitos internos; e (iv) parcerias em matéria de segurança, como aprofundamento da política e não mera ferramenta coercitiva de *hard power* (MURPHY; WOODS, 2014; ÖZKAN, 2017; 2018a; ROSSITER; CANNON, 2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que o sucesso da aproximação entre a Turquia e a Somália a partir de 2011 é um caso concreto bastante útil para estudos de cooperação entre potências médias e Estados periféricos. Com base nele, é possível observar uma importante inflexão na política externa turca, buscando tomar para si um papel mais central e autônomo na sua própria região, garantindo que a defesa de seus próprios interesses econômicos, políticos e estratégicos fosse prioridade. Ademais, buscou-se destacar que as relações turco-somalis, apesar de assimétricas, eram vantajosas também para o país africano, que passou a contar com um parceiro e aliado, cuja forma de atuação internacional diverge da que costuma ser promovida pelos países ocidentais, e com o qual há maior identificação cultural, religiosa e até mesmo política. Desse modo, é possível concluir que há elementos particulares a este caso concreto que contribuíram para o seu sucesso, mas que são bons indicadores de quais aspectos devem receber destaque na formulação da política externa de uma potência média que tem a intenção de cooperar com parceiros regionais que têm menos capacidades políticas, econômicas ou militares (ÖZKAN, 2017; 2018a).

Na introdução do presente trabalho, foi apresentado o desenho de pesquisa que o estruturou. Uma vez finalizado o desenvolvimento do que se pretendia tratar, cabe retomar esses pontos, a fim de avaliar os resultados obtidos para cada um dos objetivos secundários, para o objetivo principal e, por conseguinte, para o problema de pesquisa. Ademais, a hipótese inicial do trabalho será debatida brevemente, com o intuito de verificar se ela de fato se confirmou ou não. Por questões de organização, serão tratados primeiro os objetivos secundários e posteriormente o objetivo principal, o problema de pesquisa e a hipótese, por se entender que os pontos mais específicos se somam e se relacionam para a formulação de uma análise mais geral.

O primeiro objetivo secundário visava a “analisar o processo histórico de desenvolvimento do Estado somali e a formação do cenário atual”. Observou-se, a partir da análise das dinâmicas sistêmicas e regionais, no Chifre da África, ao longo da Guerra Fria e após o seu fim, que a Somália passou por um processo histórico ímpar. Ao mesmo tempo em que é possível perceber a história da dinâmica sistêmica internacional nos movimentos de formação, de desestruturação e de reorganização do Estado somali, fica claro que o país tem particularidades culturais e políticas que o tornam um caso único. Com relação à construção do atual cenário do país, concluiu-se que as intervenções internacionais dos anos 1990 de fato não tiveram sucesso em estabilizar o país, e que seu desengajamento e posterior retorno no

contexto da guerra global ao terror igualmente não melhoraram a situação. Apenas o apoio simultâneo à criação de um ambiente securitário estável e ao fortalecimento das instituições locais conseguiu estabelecer as bases mínimas para a retomada do desenvolvimento econômico, político e social da Somália.

O segundo objetivo secundário dizia respeito à apresentação e ao debate da nova estratégia de política externa turca para a África. Concluiu-se que há, na realidade, uma nova estratégia geral de política externa que surgiu e vem se afirmando na Turquia ao longo das últimas duas décadas. A chegada ao poder do AKP, sob a liderança de Recep Tayyip Erdoğan e com o pensamento geopolítico de Ahmet Davutoğlu, gerou uma significativa inflexão na atuação internacional da Turquia. Esse processo foi movido por incentivos internos, como o apoio das massas que demandavam uma maior relevância para a religião na condução da política e a influência do movimento neo-otomanista, que estava alinhado à visão de “profundidade estratégica” de Davutoğlu, que visava à recuperação do papel turco em áreas geográficas que estiveram sob domínio otomano. Ademais, havia motivações externas, como a recusa da União Europeia em aceitar a Turquia como membro e a percepção de que os EUA e outros países da OTAN davam cada vez menos atenção aos interesses turcos. Com isso, o país reorientou sua política externa, atribuindo maior relevância ao Grande Oriente Médio e à África como um todo e buscando maior autonomia frente às grandes potências do sistema, atuando verdadeiramente como uma potência média e regional. A aproximação com a África passa a ganhar centralidade na agenda externa do país a partir de 2005, como parte dessa nova visão multidimensional e multissetorial, mas foi a partir de 2011 que seu desenho ficou mais claro e sua atuação mais efetiva.

O terceiro objetivo secundário buscava “avaliar a relação bilateral entre os países como um possível modelo de cooperação entre uma potência média e um Estado periférico”. Conforme apontado anteriormente, a intenção do estudo aqui realizado não era a de formular esse modelo abstrato, mas de apresentar e analisar o caso concreto do relacionamento entre Turquia e Somália e depreender seus principais elementos, de forma a possibilitar esse esforço teórico posterior. Observou-se que há, de fato, uma significativa aproximação entre esses dois países após 2011, a qual se evidencia em diversos setores. A Somália foi o espaço onde a Turquia pôs em prática sua nova estratégia multidimensional e multissetorial de política externa. Dessa forma, o governo turco, suas agências e ministérios, empresas e ONGs atuaram de forma coordenada para desenvolver diversos projetos nos campos humanitário, sociocultural e religioso, econômico e comercial, e político e securitário. Os dados de volume da ajuda humanitária, das trocas comerciais e do apoio direto ao desenvolvimento, bem como

as obras de infraestrutura e demais instalações turcas na Somália são marcas claras do sucesso dessa aproximação. Assim, é possível afirmar que a combinação de atores e de setores de atuação envolvidos na política turca para a Somália constituem um modelo turco de cooperação internacional, que fornece elementos úteis a outras teorizações e à formulação de modelos mais abrangentes.

Considerados estes objetivos secundários, cabe, portanto, analisar o objetivo principal deste trabalho, “examinar as relações político-econômicas entre Turquia e Somália ao longo da última década”, o qual está fundamentalmente relacionado ao problema de pesquisa aqui abordado. Visava-se a analisar as relações político-econômicas entre Turquia e Somália ao longo da última década, a fim de responder às seguintes perguntas: “quais são os elementos explicativos que indicam a inflexão da política externa turca? E de que forma isso se reflete em uma maior aproximação da Turquia com os países afro-asiáticos, seu espaço regional e, especialmente, a Somália?”. A hipótese com a qual se trabalhou foi de que, em meio a um contexto de afirmação da multipolaridade e de menor interesse estratégico das grandes potências na região do Chifre da África, a Turquia, que vivia um momento de relevantes mudanças políticas internas, havia buscado um posicionamento mais ativo e autônomo no seu entorno estratégico e na África como um todo. Assim, as sucessivas falhas de iniciativas internacionais em promover e assegurar a paz no Estado somali teriam afastado o país de seus parceiros tradicionais, levando a Somália a estabelecer uma parceria bilateral com um país que passara a ter uma política clara para a região. Conclui-se que a hipótese condiz majoritariamente com a análise feita pelo trabalho. Houve, de fato, uma mudança no cenário internacional que permitiu à Turquia ter um posicionamento ativo e uma estratégia clara para a região sobretudo a partir da década de 2010. Além disso, outras iniciativas internacionais não tiveram sucesso na construção da paz na Somália, e o governo somali teve interesse em reforçar suas relações bilaterais com a Turquia.

Importa, no entanto, apresentar uma análise mais complexa desse fenômeno. Por um lado, há de se considerar as dinâmicas sistêmicas, enunciadas no problema de pesquisa, uma vez que a desestruturação do Estado somali esteve ligada à desorganização do SI após o fim da Guerra Fria e a aproximação com a Turquia ocorre durante a afirmação da multipolaridade, em que o país eurasiático passa a ter mais liberdade para agir de forma independente. Além disso, não foi apenas a falha dos esforços internacionais que levou a relações mais próximas entre os dois países de forma quase passiva. Ambos os Estados agiram ativamente para a consecução desse processo, mobilizando recursos e apoio político, a fim de estabelecer uma relação que fosse benéfica para os dois, ainda que de forma desigual e assimétrica. Dessa

forma, verifica-se que a Somália se tornou um espaço prioritário para ação turca a partir de 2011 em função de elementos históricos e culturais que despertaram o interesse da sociedade turca e voltaram a atenção do governo para uma situação que estava alinhada aos seus novos objetivos de política externa e onde havia condições para o pioneirismo. Ademais, a liberdade de ação autônoma que a Turquia manifesta nessa situação, aliada a outros contextos que se desenvolvem em paralelo, confirmam sua posição como potência média em meio a um contexto internacional de afirmação da multipolaridade, que permite à Turquia barganhar com as grandes potências.

Espera-se, por fim, que o presente trabalho tenha, também, atendido às suas justificativas acadêmicas e sociais. Além de buscar evidenciar a relevância e a complexidade da sociedade e do Estado somalis para as potências médias do Oriente Médio, o presente trabalho visou a obter lições que contribuam para os estudos e para a prática das relações internacionais no Sul geopolítico. Há, ainda, diversas outras questões que não se pôde abordar com maior profundidade aqui e que demandam a criação de agendas de pesquisa futuras. Destacam-se a necessidade de maiores estudos sobre a atuação de potências médias do Oriente Médio e sua interação no espaço geopolítico do Chifre da África, sobre o papel do poder militar turco na sua política externa, sobre a política externa turca para outros países e regiões do continente africano e do seu entorno estratégico, bem como o acompanhamento dos rumos da política externa turca após o eventual fim da era Erdoğan ou do governo do AKP. Assim, o caso da política turca para a Somália deve ser entendido não apenas como um exemplo bem-sucedido a ser imitado, mas como um fato que apresenta elementos explicativos gerais, sobre as mudanças do cenário internacional, e específicos, sobre as particularidades dos dois atores destacados, os quais permitem depreender lições que sejam aplicáveis ao estudo de outros casos concretos, à prática política internacional ou que sejam úteis a formulações teóricas sobre cooperação internacional.

## REFERÊNCIAS

ABDULLE, Abdulkarim Y.; GURPINAR, Bulut. Turkey's Engagement in Somalia: a security perspective. **Somali Studies**, Mogadíscio, v. 4, n. 1, p. 53-71, dez. 2019.

ACORDO entre o Governo da República da Turquia e o Governo da República da Somália sobre Cooperação em Treinamento Militar = AGREEMENT between the Government of the Republic of Turkey and the Government of the Republic of Somalia on Military Training Cooperation. 22 maio 2010. Disponível em: <https://www.resmigazete.gov.tr/eskiler/2012/10/20121010-4-1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

ALBAYRAK. **Port Management**. Disponível em: <https://www.albayrak.com.tr/en/case-studies/port-management/>. Acesso em: 18 out. 2021.

ALLO, Awol Kassim. Counter-Intervention, Invitation, Both or Neither?: an appraisal of the 2006 Ethiopian military intervention in Somalia. **Mizan Law Review**, Adis Abeba, v. 3, n. 2, p. 201-239, set. 2009.

ANADOLU AGENCY. **Erdogan vows not to 'give up' in face of terrorism in Somalia**. 2015. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/turkey/erdogan-vows-not-to-give-up-in-face-of-terrorism-in-somalia/80761>. Acesso em: 20 out. 2021.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

ARON, Raymond. **Peace and war: a theory of international relations**. Oxon: Routledge, 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

AVILA, Fabrício Schiavo. **Polaridade e Polarização no Século XXI: impactos políticos da transição demográfica**. 2013. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BBC. **Somalia famine: Turkish PM Erdogan visits Mogadishu**. 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-14588960>. Acesso em: 05 out. 2021.

BBC. **Why did Turkey hold a referendum?** 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-38883556>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRIDGER, James Marcus. **A Turkish Approach To Somalia**. 2012. NATO Association of Canada. Disponível em: <https://natoassociation.ca/a-turkish-approach-to-somalia/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Power and Principle: Memoirs of the National Security Advisor 1977–1981**. New York: Farrer, Strauss and Giroux, 1985.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020.

CARMON, Yigal; MEITAL, C.. **Turkey-Qatar relations: from bilateral ties to strategic partnership.** 2019. Disponível em: <https://www.jns.org/turkey-qatar-relations-from-bilateral-ties-to-strategic-partnership/>. Acesso em: 30 out. 2021.

CARNEY, Timothy. The Sudan: Political Islam and Terrorism. In: ROTBERG, Robert I. (ed.). **Battling Terrorism in the Horn of Africa.** Cambridge/Washington: World Peace Foundation/ Brookings Institution Press, 2005. p.119–140.

CHECCHI, Francesco; COURTLAND ROBINSON, W.. **Mortality among populations of southern and central Somalia affected by severe food insecurity and famine during 2010-2012.** 2013. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20130512052359/http://www.fews.net/docs/Publications/Somalia\\_Mortality\\_Estimates\\_Final\\_Report\\_1May2013\\_upload.pdf](https://web.archive.org/web/20130512052359/http://www.fews.net/docs/Publications/Somalia_Mortality_Estimates_Final_Report_1May2013_upload.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil. In: LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mônica (Org.). **Países Intermediários e Intercâmbios com o Brasil.** Rio de Janeiro: FORD/IUPERJ, 2008.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. Segurança Internacional: da ordem internacional aos desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI, Isabel; SORIA, Adrián. (Org.). **Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica.** 1 ed. San José: FLACSO, 2013.

COMPAGNON, Daniel. Somali armed unit: the interplay of political entrepreneurship & clan-based factions. In: CLAPHAM, Christopher (ed.). **African Guerrillas.** Oxford: James Currey, 1998. p.73-90.

ÇAVUŞOĞLU, Mevlüt. **The Meaning of Operation Olive Branch.** 2018. Foreign Policy. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/04/05/the-meaning-of-operation-olive-branch/>. Acesso em: 29 set. 2021.

D-8 ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION. **D-8 Meeting Reports.** 2021. Disponível em: <https://developing8.org/d-8-meeting-reports/>. Acesso em: 22 set. 2021.

DAILY SABAH. **President Erdoğan in Somalia opens world's largest Turkish embassy, other projects.** 2016. Disponível em: <https://www.dailysabah.com/diplomacy/2016/06/03/president-erdogan-in-somalia-opens-worlds-largest-turkish-embassy-other-projects>. Acesso em: 20 out. 2021.

DAILY SABAH. **Turkey to remain on Sudan's Suakin Island for civilian purposes.** 2019. Disponível em: <https://www.dailysabah.com/diplomacy/2019/04/26/turkey-to-remain-on-sudans-suakin-island-for-civilian-purposes>. Acesso em: 30 out. 2021.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Stratejik Derinlik: Türkiye'nin Uluslararası Konumu.** Istanbul, Küre, 2001.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Principles of Turkish Foreign Policy and Regional Political Structuring.** 3. ed. Ankara: Tepav, 2012. (Turkey Policy Brief Series). International Policy and Leadership Institute.

DEMIRCI, Zuhaf. **Top Somali official pays 1st foreign visit to Turkey**. 2020. Anadolu Agency. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/africa/top-somali-official-pays-1st-foreign-visit-to-turkey/2090510>. Acesso em: 25 out. 2021.

DENİZ FENERİ. **Somali**: Deniz Feneri Somali'de kalıcı işler yapıyor. 2021. Disponível em: [https://www.denizfeneri.org.tr/bagisci/afrika\\_137/somali\\_58/](https://www.denizfeneri.org.tr/bagisci/afrika_137/somali_58/). Acesso em: 17 out. 2021.

DINI, Cassiana Borilli. **Uma análise das possibilidades de estabilização do Afeganistão**: os projetos regionais de Estados Unidos, China e Rússia. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DINIZ, Eugenio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade: uma discussão teórica realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 505-565, jul/dez. 2006.

DODO, Mahamat K.. Understanding new Turkey-Africa Relations: rationale and challenges. **Journal Of Alternative Perspectives In The Social Sciences**, Miami, v. 7, n. 4, p. 612-642, abr. 2016.

DURAND-OCHOA, Ursula (ed.). **Emerging Powers in Africa**. 2013. LSE Ideas Special Report 16. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/ideas/Assets/Documents/reports/LSE-IDEAS-Emerging-Powers-in-Africa.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

DURMAZ, Mucahid. **A decade of Turkey's rise in Somalia**. 2021. TRT World. Disponível em: <https://www.trtworld.com/magazine/a-decade-of-turkey-s-rise-in-somalia-49451>. Acesso em: 07 out. 2021.

DUVAR. **Erdoğan-linked Albayrak Holding Company granted 7 billion in Turkish public tenders in 11 years**. 2021. Disponível em: <https://www.duvarenglish.com/erdogan-linked-albayrak-holding-company-granted-7-billion-in-turkish-public-tenders-in-11-years-news-58972>. Acesso em: 18 out. 2021.

ESTADOS UNIDOS. CIA WORLD FACTBOOK. **Turkey**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/turkey/>. Acesso em: 26 set. 2021.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **BRASIL**: Construção Interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GENEL ENERGY. **Somaliland**. Disponível em: <https://genelenergy.com/operations/pre-production/somaliland/>. Acesso em: 31 out. 2021.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GLOBAL FIREPOWER. **2021 Turkey Military Strength**. Disponível em: [https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country\\_id=turkey](https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=turkey). Acesso em: 26 set. 2021.

GLOBAL SECURITY. **Operation Spring Shield**. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/syria-spring-shield.htm>. Acesso em: 29 set. 2021.

GOREN, Nilsu. **The NATO/US-Turkey-Russia Strategic Triangle: challenges ahead**. Challenges Ahead. 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep17001.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

HAGEBOUTROS, Joelle. **The Evolving Role of the Security Council in the Post-Cold War Period**. Disponível em: <https://works.swarthmore.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1005&context=swarthmoreirjournal#:~:text=The%20Security%20Council%20has%20significantly,%E2%80%9Cnew%E2%80%9D%20nature%20of%20conflict>. Acesso em: 27 nov. 2021.

HALLIDAY, Fred; MOLYNEUX, Maxine. **The Ethiopian Revolution**. Londres: NLB, 1981.

HÜDAYI FOUNDATION. **Aziz Mahmud Hüdayi Foundation**. Disponível em: <https://www.hudayivakfi.org/en/>. Acesso em: 18 out. 2021.

HURRELL, Andrew. Regional Powers and the Global System from a Historical Perspective. In: FLEMES, Daniel (ed.). **Regional Leadership in the Global System: ideas, interests and strategies of regional powers**. Farnham: Ashgate, 2010. p. 15-30.

IQBAL, Mohammad. The Emergence of Turkey as a Regional Power and the Neo-Ottomanism. **SSRN Electronic Journal**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-22, ago. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3680333>. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3680333>. Acesso em: 31 ago. 2021.

ISACHENKO, Daria. **Turkey–Russia Partnership in the War over Nagorno-Karabakh**. 2020. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2020C53/>. Acesso em: 27 out. 2021.

ITC TRADE MAP. **Bilateral trade between Somalia and Turkey**. 2020. Disponível em: [https://www.trademap.org/Bilateral\\_TS.aspx?nvpm=1%7c706%7c%7c792%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1](https://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx?nvpm=1%7c706%7c%7c792%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1). Acesso em: 18 out. 2021.

JIRUŠEK, Martin. **TurkStream is South Stream 2.0: has the eu done its homework this time?**. 2020. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/energysource/turkstream-is-south-stream-2-0-has-the-eu-done-its-homework-this-time/>. Acesso em: 27 out. 2021.

KABANDULA, Abigail; SHAW, Timothy M.. Security and Development in the Horn of Africa: emerging powers, and competing regionalisms. **Policy Brief**: Institute for Peace and Security Studies, Addis Abeba, v. 11, n. 11, p. 1-9, ago. 2018.

KAYHAN-PUSANE, Özlem. **Turkey as a Middle Power in International Politics**: betwixt and between a militarized foreign policy and active diplomacy. *Betwixt and Between a Militarized Foreign Policy and Active Diplomacy*. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2X9o4YN>. Acesso em: 08 set. 2021.

KELLY, Robert E.. Security Theory in the. **International Studies Review**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 197-229, jun. 2007. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2486.2007.00671.x>.

KHADDOUR, Kheder. **The Stakes in the Syrian-Turkish Border Zone**. 2020. Malcolm H. Kerr Carnegie Middle East Center. Disponível em: <https://carnegie-mec.org/2020/06/08/stakes-in-syrian-turkish-border-zone-pub-81996>. Acesso em: 29 set. 2021.

KINZER, Stephen. **Crescent and Star**: Turkey between two worlds. Nova Iorque: Farrar, Straus And Giroux, 2008. 288 p.

KOUTROUMPIS, John. **Russia and Turkey**: an ambiguous energy partnership. 2019. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2019/09/11/russia-and-turkey-an-ambiguous-energy-partnership/>. Acesso em: 27 out. 2021.

KOZUVA. **Kozuva**. Disponível em: <https://www.kozuva.com.tr/en>. Acesso em: 18 nov. 2021.

KUSOW, Abdi Mohamed. The Genesis of the Somali Civil War: a new perspective. **Northeast African Studies**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 31-46, 1994. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/nas.1994.0004>.

LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MACIAS, Amanda. **U.S. sanctions Turkey over purchase of Russian S-400 missile system**. 2020. Disponível em: <https://www.cnn.com/2020/12/14/us-sanctions-turkey-over-russian-s400.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

MARTÍN, Ana López. *International Straits: concept, classifications and rules of passage*. Heidelberg: Springer, 2010.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e Guerra Local**: como fatores do equilíbrio internacional. 2008. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAXWELL, Daniel; FITZPATRICK, Merry. The 2011 Somalia Famine: context, causes, and complications. **Global Food Security**, Medford, v. 1, n. 1, p. 5-12, dez. 2012. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2012.07.002>.

MÜFTÜLER, Meltem; YÜKSEL, Müberra. Turkey: A Middle Power in the New Order. In: COOPER, Andrew F. (ed.). **Niche Diplomacy**. Londres: Palgrave Macmillan, 1997, p. 184-196.

MURINSON, Alexander. The Strategic Depth Doctrine of Turkish Foreign Policy. **Middle Eastern Studies**, Abingdon, v. 42, n. 6, p. 945-964, nov. 2006.

MURPHY, Teri; WOODS, Auveen. Turkey's international development framework: case study: Somalia. **Ipc-Mercator Policy Brief**, Istambul, v. 4, n. 1, p. 1-18, fev. 2014.

MURRAY, Leonie G. **Clinton, Peacekeeping and Humanitarian Interventionism: rise and fall of a policy**. London/New York: Routledge, 2008.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORDIC MONITOR. **Turkish Embassy in Somalia promotes Erdoğan-allied corrupt business group Albayrak**. 2019. Disponível em: <https://nordicmonitor.com/2019/08/turkish-embassy-in-somalia-promotes-erdogan-ally-corrupt-business-group-albayrak/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

NORDIC MONITOR. **Secret wiretap reveals how Erdoğan lobbied for Hudayi Foundation in Africa to claim his Islamic leadership**. 2020. Disponível em: <https://nordicmonitor.com/2020/06/12028/>. Acesso em: 18 out. 2021.

NYADERA, Israel Nyaburi; MOHAMED, Mohamed Salah; AGWANDA, Billy. Transformation of the Somali Civil-War and Reflections for a Post -Conflict Social Contract. **Gaziantep University Journal Of Social Sciences**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 1346-1366, 18 out. 2019. Gaziantep University Journal of Social Sciences. <http://dx.doi.org/10.21547/jss.536203>.

NYE, Joseph S.. Public Diplomacy and Soft Power. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [S.L.], v. 616, n. 1, p. 94-109, mar. 2008. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0002716207311699>.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **What does Turkey export to Somalia?** 2019a. Disponível em: [https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/tur/som/show/2019/](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/tur/som/show/2019/). Acesso em: 18 out. 2021.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **What does Turkey import from Somalia?** 2019b. Disponível em: [https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/import/tur/som/show/2019/](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/tur/som/show/2019/). Acesso em: 18 out. 2021.

OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Eastern Africa Drought Humanitarian Report No. 3**. 2011. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/burundi/eastern-africa-drought-humanitarian-report-no-3>. Acesso em: 20 set. 2021.

ÖNİŞ, Ziya; KUTLAY, Mustafa. Rising Powers in a Changing Global Order: the political economy of Turkey in the age of Brics. **Third World Quarterly**, [S.L.], v. 34, n. 8, p. 1409-1426, set. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.831541>.

ÖNİŞ, Ziya; YILMAZ, Şuhnaz. Between Europeanization and Euro-Asianism: foreign policy activism in Turkey during the AKP era. **Turkish Studies**, Ancara, v. 10, n. 1, p. 7-24, mar. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14683840802648562>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **UN declares famine in two regions of southern Somalia**. 2011. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2011/07/382072-un-declares-famine-two-regions-southern-somalia>. Acesso em: 04 out. 2021.

ORPHANS IN NEED. **What's the Difference between Zakat and Sadaqah?** 2020. Disponível em: <https://www.orphansinneed.org.uk/news/what-s-the-difference-between-zakat-and-sadaqah/>. Acesso em: 05 out. 2021.

ÖZKAN, Mehmet. Turkey Discovers Africa: implications and prospects. **SETA Policy Brief**, Sevilha, v. 1, n. 22, p. 1-8, set. 2008.

ÖZKAN, Mehmet. Turkey, Islamic Politics and the 'Turkish Model'. **Strategic Analysis**, Nova Delhi, v. 37, n. 5, p. 534-538, set. 2013a. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09700161.2013.821245>.

ÖZKAN, Mehmet. **Turkey's Religious and Socio-Political Depth in Africa**. 2013b. Disponível em: [https://ozkanmehmet.com/yhoamsoo/2021/05/2013\\_Turkeys\\_Religious\\_and\\_Socio\\_Political\\_De.pdf](https://ozkanmehmet.com/yhoamsoo/2021/05/2013_Turkeys_Religious_and_Socio_Political_De.pdf). Acesso em: 05 out. 2021.

ÖZKAN, Mehmet. **La política exterior de Turquía en el Siglo XXI: la diplomacia cultural y el poder blando**. Ancara: Center For Strategic Research, 2014a. (Sam Papers). 9.

ÖZKAN, Mehmet. Turkey's Religious Diplomacy. **The Arab World Geographer**, Toronto, v. 17, n. 3, p. 223-237, dez. 2014b.

ÖZKAN, Mehmet. **TURKEY'S INVOLVEMENT IN SOMALIA: assessment of a state-building in progress**. 2014c. SETA. Disponível em: [http://file.setav.org/Files/Pdf/20141021155302\\_41\\_somali\\_eng-web.pdf](http://file.setav.org/Files/Pdf/20141021155302_41_somali_eng-web.pdf). Acesso em: 18 out. 2021.

ÖZKAN, Mehmet. The Turkish Way of Doing Development Aid?: an analysis from the Somali laboratory. In: BERGAMASCHI, Isaline; MOORE, Phoebe; TICKNER, Arlene B. (ed.). **South-South Cooperation Beyond the Myths: rising donors, new aid practices?**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. p. 59-78.

ÖZKAN, Mehmet. Turkey in South-South Cooperation: new foreign policy approach in Africa. **Vestnik Rudn International Relations**, Moscou, v. 18, n. 3, p. 565-578, 2018a. Peoples' Friendship University of Russia. <http://dx.doi.org/10.22363/2313-0660-2018-18-3-565-578>.

ÖZKAN, Mehmet. Africa's Place in Turkey's Foreign Policy: from doubts to normalization. **Afriche e Orientali: L'Africa tra vecchie e nuove potenze**, Bolonha, v., n. 1-2, p. 41-53, jun. 2018b.

ÖZKAN, Mehmet; AKGÜN, Birol. Turkey's opening to Africa. **The Journal Of Modern African Studies**, Cambridge, v. 48, n. 4, p. 525-546, 4 nov. 2010. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0022278x10000595>.

ÖZKAN, Mehmet; ORAKCI, Serat. Viewpoint: Turkey as a “political” actor in Africa – an assessment of Turkish involvement in Somalia. **Journal of Eastern African Studies**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 343-352, jun. 2015.

PARLAR DAL, Emel. On Turkey's Trail as a “Rising Middle Power” in the Network of Global Governance: preferences, capabilities, and strategies. **Perceptions: Journal of International Affairs**, Ankara, v. 19, n. 4, p. 107-136, fev. 2014.

PARLAR DAL, Emel. Conceptualising and testing the ‘emerging regional power’ of Turkey in the shifting international order. **Third World Quarterly**, [S.L.], v. 37, n. 8, p. 1425-1453, 16 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2016.1142367>.

PARLAR DAL, Emel (ed.). **Middle Powers in Global Governance: the rise of Turkey**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

PARLAR DAL, Emel; GÖK, Gonca Oğuz. Locating Turkey as a ‘Rising Power’ in the Changing International Order: an introduction. **Perceptions: Journal of International Affairs**, Ankara, v. 19, n. 4, p. 1-18, fev. 2014.

PATMAN, Robert G. **Strategic Shortfall: The Somalia Syndrome and the March to 9/11**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

PERTHES, Völker. America's "Greater Middle East" and Europe: key issues for dialogue. **Middle East Policy**, Hoboken, v. 11, n. 3, p. 85-97, nov. 2004.

PEW-TEMPLETON. **Somalia**. 2020. Global Religious Futures Project. Disponível em: [http://www.globalreligiousfutures.org/countries/somalia#/?affiliations\\_religion\\_id=0&affiliations\\_year=2020&ion\\_name=All%20Countries&restrictions\\_year=2016](http://www.globalreligiousfutures.org/countries/somalia#/?affiliations_religion_id=0&affiliations_year=2020&ion_name=All%20Countries&restrictions_year=2016). Acesso em: 13 set. 2021.

RELIEFWEB. **Generosity at Ramadan helps millions of vulnerable children around the world**. 2017a. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/generosity-ramadan-helps-millions-vulnerable-children-around-world>. Acesso em: 05 out. 2021.

RELIEFWEB. **SOMALIA REPORT: IHH Humanitarian Relief Foundation (1996-2017)**. 2017b. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/IHH%20Somalia%20Activity%20Report.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

REPÚBLICA DA TURQUIA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Historic Somalia Summit in Ankara: Presidents of Somalia and Somaliland met in Ankara**. 2013. Disponível

em: <https://www.mfa.gov.tr/historic-somalia-summit-in-ankara-presidents-of-somalia-and-somaliland-met-in-ankara.en.mfa>. Acesso em: 20 out. 2021.

REPÚBLICA DA TURQUIA. PRESIDENCY OF THE REPUBLIC OF TURKEY. **Africa: Somalia**. 2021a. Disponível em: <https://www.tccb.gov.tr/en/exclusive/africa/somalia/>. Acesso em: 18 out. 2021.

REPÚBLICA DA TURQUIA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Turkish Representations**. 2021b. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/turkish-representations.en.mfa>. Acesso em: 20 out. 2021.

ROBINS, Philip. Turkish foreign policy under Erbakan. **Survival**, Birmingham, v. 39, n. 2, p. 82-100, jun. 1997. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00396339708442913>.

ROSS, Robert S.. Bipolarity and Balancing in East Asia. In: PAUL, T. V.; WIRTZ, J.; FORTMANN, Michel (ed.). **Balance of Power: theory and practice in the 21st century**. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. 267-304.

ROSSITER, Ash; CANNON, Brendon J.. Re-examining the “Base”: the political and security dimensions of turkey’s military presence in somalia. **Insight Turkey**, Ancara, v. 21, n. 1, p. 167-188, 2019. Insight Turkey/SETA Vakfi. <http://dx.doi.org/10.25253/99.2019211.09>.

RÜMA, İnan; ÇELİKPALA, Mitat. Russian and Turkish Foreign Policy Activism in the Syrian Theater. **Uluslararası İlişkiler/International Relations**, Istambul, v. 16, n. 62, p. 65-84, jun. 2019.

RUSSON, Mary-Ann. **The cost of the Suez Canal blockage**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-56559073>. Acesso em: 21 out. 2021.

SAFERWORLD AND IPC. **Turkey and Somalia: making aid work for peace**. making aid work for peace. 2015. Briefing. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/189392/turkey-and-somalia-making-aid-work-for-peace-pages.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa: from the Cold War to the war on terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa after the Cold War: sovereignty, responsibility and the war on terror**. Ohio: Ohio University Press, 2018.

SECURITY COUNCIL REPORT. **UN Documents for Somalia: Security Council Resolutions**. 2021. Disponível em: [https://www.securitycouncilreport.org/un\\_documents\\_type/security-council-resolutions/page/7?ctype=Somalia&cbtype=somalia#038;cbtype=somalia](https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/page/7?ctype=Somalia&cbtype=somalia#038;cbtype=somalia). Acesso em: 18 set. 2021.

SENNES, Ricardo. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SEUFERT, Günter. **Turkey shifts the focus of its foreign policy: from Syria to the Eastern Mediterranean and Libya.** 2020. Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP). Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-66994-6>. Acesso em: 27 set. 2021.

SHAY, Shaul. **Turkey and the war against Al Shabaab in Somalia.** 2020. Research Institute for European and American Studies (RIEAS). Disponível em: <http://www.rieas.gr/images/editorial/turkeysomalia9.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

SHEIKH, Abdi. **Turkey's anti-Gulen crackdown ripples far and wide.** 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-turkey-security-gulen-education-idUSKCN10A0AM>. Acesso em: 07 out. 2021.

SHUKLA, Manish. **NGOs supported by Turkey carrying out subversive activities in Africa.** 2020. Zee News India. Disponível em: <https://zeenews.india.com/world/ngos-supported-by-turkey-carrying-out-subversive-activities-in-africa-2317477.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

SIRADAĞ, Abdurrahim. Turkey-Africa alliance: evolving patterns in security relations. **African Security Review**, [S.L.], v. 27, n. 3-4, p. 308-325, 2 out. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10246029.2018.1550429>.

SLANTCHEV, Branislav L.. **National Security Strategy: the rise and fall of détente, 1971-1980.** The Rise and Fall of Détente, 1971-1980. 2014. Disponível em: <http://slantchev.ucsd.edu/courses/nss/lectures/detente-malaise.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

STATISTA. **Number of actual and attempted piracy attacks in Somalia between 2010 and 2020.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/250867/number-of-actual-and-attempted-piracy-attacks-in-somalia/>. Acesso em: 21 out. 2021.

SÜSLER, Buğra. Turkey: an emerging middle power in a changing world?. **LSE Ideas: Strategic Update**, Londres, v. 33, n. 1, p. 1-20, maio 2019.

SOUSA, Ricardo Real Pedrosa de. External Interventions and Civil War Intensity in South-Central Somalia: 1991-2010. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 28, n. 1, p. 57-86, dez. 2014.

TABAK, Seda. **TUSKON tarih oldu.** 2016. Sabah. Disponível em: <https://www.sabah.com.tr/ekonomi/2016/07/24/tuskon-tarih-oldu>. Acesso em: 07 out. 2021.

TANK, Pinar. **Turkey as a Humanitarian Actor: the critical cases of somalia and syria.** the critical cases of Somalia and Syria. 2015. Norwegian Peacebuilding Resource Center (NOREF) Report. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/e322a62c1a18b503d37ca6dca4b2188b.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

THUDIUM, Guilherme *et al.* Os Estudos de Segurança Internacional em Perspectiva Histórica: evolução teórica, regionalismo e a expansão da agenda securitária. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, XIV, 2017, Resende. **Anais**. Resende: Ministério da Defesa, 2017. p. 1-22.

TODAY'S ZAMAN. **Turkey-Somalia military agreement approved**. 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130623235606/http://www.todayszaman.com/news-297699-turkey-somalia-military-agreement-approved.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE (TUAC). **OECD MNE Guidelines: Turkish operated infrastructure in Somalia under scrutiny**. Turkish Operated Infrastructure in Somalia Under Scrutiny. 2021. Disponível em: <https://tuac.org/news/oecd-mne-guidelines-turkish-operated-infrastructure-in-somalia-under-scrutiny/>. Acesso em: 18 out. 2021.

TURKEY-AFRICA COOPERATION SUMMIT. **ANNEX FRAMEWORK OF COOPERATION FOR AFRICA – TURKEY PARTNERSHIP**. 2008a. Disponível em: <https://silo.tips/download/annex-framework-of-cooperation-for-africa-turkey-partnership>. Acesso em: 24 set. 2021.

TURKEY-AFRICA COOPERATION SUMMIT. **THE ISTANBUL DECLARATION ON AFRICA - TURKEY PARTNERSHIP**. 2008b. Disponível em: [https://www.iri.edu.ar/publicaciones\\_iri/anuario/CD%20Anuario%202008/Africa/ua/istambul%20declaration%20august%202008.pdf](https://www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/anuario/CD%20Anuario%202008/Africa/ua/istambul%20declaration%20august%202008.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.

TURKISH AIRLINES. **Flights to Somalia**. Disponível em: <https://www.turkishairlines.com/en-in/flights/country/somalia/>. Acesso em: 18 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Annual Report 2014**. 2014a. Disponível em: [https://www.tika.gov.tr/upload/2016/INGILIZCE%20SITE%20ESERLER/FAAL%C4%B0YET%20RAPORLARI/PDFLER/FR2014\\_ENG.pdf](https://www.tika.gov.tr/upload/2016/INGILIZCE%20SITE%20ESERLER/FAAL%C4%B0YET%20RAPORLARI/PDFLER/FR2014_ENG.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Turkish Development Assistance Report 2014**. 2014b. Disponível em: <https://www.tika.gov.tr/upload/2016/INGILIZCE%20SITE%20ESERLER/KALKINMA%20RAPORLARI/DA%20Report%202014.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Annual Report 2015**. 2015a. Disponível em: <https://www.tika.gov.tr/upload/sayfa/publication/2015/2015%20faaliyet%20raporu.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Turkish Development Assistance Report 2015**. 2015b. Disponível em: <https://www.tika.gov.tr/upload/2017/YAYINLAR/TKYR%202015%20ENG/KALKINMA%20.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Turkish Development Assistance Report 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.tika.gov.tr/upload/sayfa/publication/2016/Turkish%20Development%20Assistance%20Report%202016.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Annual Report 2017**. 2017. Disponível em:

[https://www.tika.gov.tr/upload/2018/2017%20Faaliyet%20Raporu/AR\\_2017%20web.pdf](https://www.tika.gov.tr/upload/2018/2017%20Faaliyet%20Raporu/AR_2017%20web.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Annual Report 2018**. 2018a. Disponível em:

<https://www.tika.gov.tr/upload/sayfa/publication/2018/T%C4%B0KA%20Annual%20Report%202018.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Turkish Development Assistance Report 2018**. 2018b. Disponível em:

<https://www.tika.gov.tr/upload/sayfa/publication/2018/TurkiyeKalkinma2018ENGWeb.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Annual Report 2019**. 2019a. Disponível em:

<https://www.tika.gov.tr/upload/sayfa/publication/2019/TIKAFaaliyet2019ENGWebKapakli.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Turkish Development Assistance Report 2019**. 2019b. Disponível em:

<https://www.tika.gov.tr/upload/sayfa/publication/2019/TurkiyeKalkinma2019WebENG.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TURKISH COOPERATION AND COORDINATION AGENCY (TİKA). **Turkish Development Assistance Report**. 2021. Disponível em:

[https://www.tika.gov.tr/en/publication/list/turkish\\_development\\_assistance\\_reports-24](https://www.tika.gov.tr/en/publication/list/turkish_development_assistance_reports-24). Acesso em: 17 out. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 751**, 24 abr. 1992a.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SOMALIA%20S%20RES%20751.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 775**, 28 ago. 1992b.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chap%20VII%20SRES%20775.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 794**, 03 dez. 1992c.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chap%20VII%20SRES%20794.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 814**, 23 mar. 1993.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chap%20VII%20SRES%20814.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 954**, 04 nov. 1994.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Somalia%20S%20RES%20954.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

URAS, Umut. **Turkey's Operation Peace Spring in Northern Syria: one month on.** 2019. Al Jazeera. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/8/turkeys-operation-peace-spring-in-northern-syria-one-month-on>. Acesso em: 29 set. 2021.

VILLELABEITIA, Ibon. **OIC pledges \$350 million to Somalia at Turkey summit.** 2011. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ozatp-turkey-somalia-20110817-idAFJ0E77G0NX20110817>. Acesso em: 05 out. 2021.

VISENTINI, Paulo. A África e as Potências Emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 41-68, 10 jul. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.45812>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an introduction.** Durham: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics.** Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1979

WEISS, Kenneth G. **The Soviet involvement in the Ogaden war.** Virginia: Institute for Naval Studies, 1980.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World interventions and the making of our times.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WIKIMEDIA COMMONS. **File:** The armed faction of the Somali territory in 1992.png. 2019. Elaborado por Skilla1st. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The\\_armed\\_faction\\_of\\_the\\_Somali\\_territory\\_in\\_1992.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_armed_faction_of_the_Somali_territory_in_1992.png). Acesso em: 15 set. 2021.

YALÇIN, Hasan Basri. The Concept of “Middle Power” and the Recent Turkish Foreign Policy Activism. **Afro Eurasian Studies**, Istambul, v. 1, n. 1, p. 195-213, maio 2012.

YARDIMELİ. **Yardıme.li.** 2021. Disponível em: <https://yardimeli.org.tr/en/>. Acesso em: 17 out. 2021.

YERYÜZÜ DOKTORLARI. **YERYÜZÜ DOKTORLARI SOMALİ'DE.** 2017. Disponível em: <https://www.yyd.org.tr/tr/haberler/yeryuzu-doktorlari-somalide>. Acesso em: 17 out. 2021.

YILDIZ, Güney. **Turkish-Russian Adversarial Collaboration in Syria, Libya, and Nagorno-Karabakh.** 2021. Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP). Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2021C22/>. Acesso em: 30 set. 2021.